

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Raphaela Campello

Minha munição é minha palavra, minha arma é a verdade: o populismo de direita
de Jair Bolsonaro à luz de Marine Le Pen

São Paulo

2023

MARIA RAPHAELA CAMPELLO

Minha munição é minha palavra, minha arma é a verdade: o populismo de direita
de Jair Bolsonaro à luz de Marine Le Pen

Versão original

Dissertação de mestrado apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo (USP)
como requisito para a obtenção de título de mestre
em Ciência Política.

Área de concentração: teoria política

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cm Campello, Maria Raphaela
 Minha munição é minha palavra, minha arma é a
 verdade: os populismos de direita de Jair Bolsonaro e
 Marine Le Pen / Maria Raphaela Campello; orientador
 Bernardo Ricupero - São Paulo, 2023.
 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Populismo. 2. Direita. 3. Jair Bolsonaro. 4.
Marine Le Pen. 5. Ernesto Laclau. I. Ricupero,
Bernardo, orient. II. Título.

Nome: CAMPELLO, Maria Raphaela.

Título: Minha munição é minha palavra, minha arma é a verdade: o populismo de direita de Jair Bolsonaro à luz de Marine Le Pen

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

AGRADECIMENTOS

Ao financiamento público que torna esta e milhares de outras pesquisas possíveis, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A meus professores e colegas do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

Àqueles que ao longo dos últimos anos contribuíram com suas ideias e seus ouvidos.

RESUMO

CAMPELLO, Maria Raphaela. **Minha munição é minha palavra, minha arma é a verdade**: o populismo de direita de Jair Bolsonaro à luz de Marine Le Pen. Dissertação (Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023)

Este trabalho pretende-se uma discussão, à luz das ideias de Ernesto Laclau, do populismo brasileiro à luz do caso francês. Tendo como ponto de partida a discussão teórica acerca do tema do populismo de direita, ambiciona-se justapor os casos chamando-se atenção para suas diferenças. Nesse movimento, pretende-se lançar luz sobre a contemporaneidade brasileira, bem como para o fenômeno global da ascensão da direita populista. Lança-se mão, para fazê-lo, dos instrumentos indicados pela Escola de Essex da análise de discurso: a história e o discurso.

Palavras-chave: Populismo, direita, Jair Bolsonaro.

ABSTRACT

CAMPELLO, Maria Raphaela. **My ammunition is my word, my weapon is the truth:** Jair Bolsonaro's populism under the light of Marine Le Pen. Dissertação (Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023)

This work is intended as a discussion, under the light of Ernesto Laclau's ideas, of Brazilian populism under the light of the French case. Taking as a starting point the theoretical discussion on the theme of right-wing populism, the aim is to juxtapose those cases, drawing attention to their differences. With this move, we aim to shed light on Brazilian contemporaneity, as well as on the global phenomenon of the rise of the populist right. To do so, the instruments indicated by the Essex School of Discourse Analysis are used: history and discourse.

Keywords: Populism, right-wing, Jair Bolsonaro.

LISTA DE SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
FA	Forças Armadas
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FN	Front National
IBF	Instituto Brasileiro de Filosofia
KGB	Komitet Gosudarstveno Bezopasnosti (Comitê de Segurança do Estado)
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RN	Rassemblement National

TFP	Tradição, Família e Propriedade
UE	União Europeia
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PERCURSOS E CONCEITOS.....	17
2.1 Populismo no pensamento político brasileiro e latinoamericano.....	18
2.2 Populismo na contemporaneidade.....	24
2.2.1 <i>Hegemonia e estratégia socialista</i>	26
2.2.2 <i>Populismo em Laclau</i>	32
2.2.3 <i>Laclau e o caso brasileiro</i>	36
2.2.4 <i>Europa: nacionalismo e populismo</i>	45
2.3 Em busca da direita	50
2.4 Uma nota acerca da análise de discurso e da História.....	57
3 O CASO LE PEN.....	61
3.1 Nada de novo no Front.....	61
3.3 Com a palavra, Marine Le Pen.....	71
4 O CASO BOLSONARO.....	87
4.1 Tudo como dantes no quartel de Abrantes	90
4.2 Com a palavra, Jair Bolsonaro.....	104
5 RUMO A UMA CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS.....	140
ANEXO A.....	146

ANEXO B.....	148
ANEXO C	149

1 INTRODUÇÃO

No mundo todo, a escalada da direita tem pautado em grande medida o debate público. A rápida ascensão, ancorada por vasto apoio popular, de líderes qualificados também como populistas, ou como pertencentes à nova direita, parece assombrar pesquisadores de várias partes do globo, suscitando um volume não desprezível de trabalhos dedicados a investigar, sob diferentes prismas, a possibilidade de uma crise da democracia.

O Brasil (diferentemente de alguns de seus vizinhos latino-americanos), embora jamais tenha chegado a figurar entre os maiores exportadores da literatura do realismo fantástico do século XX, pareceu redimir-se dessa falha por meio dos acontecimentos que se desdobraram, em vida real, ao longo dos últimos anos. Desde 2016, o impossível pareceu concretizar-se. Em meia década, observou-se o fim da era do Partido dos Trabalhadores (PT) e uma rápida escalada de direita encabeçada, a princípio, por Michel Temer e, em seguida, por Jair Bolsonaro. Como o tigre do “Bestiário” de Cortázar, malgrado sinistra, a figura de Bolsonaro (representante de um autoritarismo que persistiu ao tortuoso processo de redemocratização) esteve, ao mesmo tempo, presente e oculta na política brasileira ao longo do período democrático. Foi, contudo, estranhamente naturalizada e minimizada pela intuição (quase como olhar infantil) de que as instituições criadas em 1988 seriam por si só capazes de assegurar sua blindagem contra forças anti-democráticas.

A história que se desdobra, entretanto, está pautada pela presença do felino invisível. Com a eleição de Bolsonaro, em 2018, o animal pareceu revelar-se: saídos das sombras, exibem-se o autoritarismo militar e truculento, o anticomunismo delirante, o reacionarismo arcaico. A rápida escalada desafiou as capacidades perscrutadoras dos principais analistas, que recorriam (como recorrem) a conceitos dos mais diversos — exibindo raramente ares de consenso — para explicar o que por vezes pode parecer quase ininteligível. No Brasil, o termo “populismo” entrou

novamente em voga tanto entre especialistas como na mídia e entre o público geral — não sem despertar polêmica quanto a seu uso. Este fato não é, todavia, exclusividade nacional. No século XX diversos projetos de direita foram enquadrados, tanto pela mídia quanto pela literatura especializada, como populistas de direita, levantando extensos debates sobre a pertinência do termo em todo o globo.

O conteúdo ideológico das propostas assim designadas é de amplo e variado arco, que se estende de Rodrigo Duterte e Recep Erdogan a Viktor Orbán, passando por Donald Trump, e Jair Bolsonaro. Se pretende-se executar um estudo sério sobre o populismo à direita, parte dessa história, sem dúvida, também é Steve Bannon, ideólogo norte-americano e espécie de guru internacional. Há também, como ressaltava Ruy Fausto (2020), boas razões para incluirmos Vladimir Putin nesta lista, bem como os partidos de Matteo Salvini, na Itália, e Marine Le Pen, na França. Sem falar em Narendra Modi, na Índia. Acrescente-se o fato de que a “onda rosa” da América Latina foi amplamente, ela também, compreendida popularmente sob o signo do populismo e não surpreende, enfim, o intenso debate que circunda o conceito na atualidade. Aliás, o próprio Fausto afirma que “parece não haver conceito mais problemático, e sobre cujo conteúdo se trave mais discussão, do que o conceito de ‘populismo’” (FAUSTO, s.p., 2020).

Este é precisamente o tipo de conteúdo que pode falar ao coração daquele que tem na pesquisa sua vocação. Esse trabalho é um percurso instigado por vivo interesse, cujo ponto inicial foi a seguinte indagação: as categorias “populismo” e “direita” ajudam a pensar a ascensão dos movimentos que vêm colocado à prova as democracias ocidentais e, mais especificamente, o caso brasileiro?

Para responder a essa e outras perguntas, neste trabalho faz-se a opção de trabalhar com a definição de populismo tal qual oferecida pelo argentino Ernesto Laclau. Quanto à definição de direita, é principalmente das contribuições de Marcel Gauchet (1996, 2016) que nos valeremos. Antes de apresentarmos o argumento de Laclau e indagarmos-nos acerca de sua pertinência para os casos históricos em questão (justificando, assim, nossa escolha teórica), consideramos conveniente uma

introdução a esse debate na literatura brasileira. O percurso de confecção deste trabalho implicou, em primeiro lugar, aclarar o estado da arte dos estudos do populismo no Brasil, precisando quais as abordagens dominantes na literatura nacional — tributárias, como há de se ver, da experiência histórica da primeira metade do século passado, tanto no Brasil quanto alhures na América Latina —, bem como, conseqüentemente, seus méritos e limitações para a compreensão do que se verifica ser a experiência contemporânea. Não era possível, afinal, fiar-nos, como faz parte considerável daqueles que são referência internacional em estudos do populismo, na experiência e na produção europeias sobre o assunto. Na América Latina, e no Brasil, goza-se de muita bagagem acumulada.

O populismo tem sido tópico da sociologia nacional há quase um século, constando como ponto de destaque na produção de figuras não menos importantes que Francisco Weffort e Octavio Ianni. Pareceu-nos praticamente incontornável a menção aos autores, dada sua proeminência. À luz de nosso marco teórico e fundador, entretanto, pareceu adequado que destacássemos o fato de que a leitura contemporânea do populismo na academia brasileira parece ainda carregar elementos das interpretações do funcionalismo sociológico. Seguindo os passos da crítica tecida por Ernesto Laclau, discutiremos brevemente as implicações desse fato para a produção de Weffort e Ianni e, por consequência, para seus leitores, bem como sua adequação à leitura do tempo presente.

Assim, nosso trabalho se inicia com uma introdução ao debate sobre o populismo, sobretudo no Brasil. Nosso intento é o de desnaturalizar determinadas concepções que parecem estar tão enraizadas no entendimento do populismo (por exemplo, o papel do líder, ou de uma crise da modernidade que teria trazido o populismo à América Latina no início do século XX) que podem ser danosas à compreensão deste à maneira como pretendemos tratá-lo — isto é, utilizando-nos da interpretação de Ernesto Laclau, tema que se seguirá à introdução ao populismo no debate nacional.

No capítulo seguinte, trataremos da exposição e defesa do entendimento do populismo à luz da obra desse autor para os fins de nosso trabalho. Pretende-se

expor os dispositivos apresentados por Laclau que poderiam demonstrar-se férteis para a compreensão dos movimentos políticos da contemporaneidade, tanto no Brasil como no mundo. Argumentamos que apenas uma categoria ampla como a proposta por Laclau é capaz de dar conta da dissemelhança encontrada entre diferentes manifestações contemporâneas do populismo, bem como das manifestações tidas como “clássicas” desse fenômeno, como o peronismo e o varguismo no século passado. É com vistas a situar o Brasil em perspectiva mundial, bem como compreender o populismo de maneira totalizante, na forma do fenômeno global como ele parece apresentar-se, que optamos por trabalhar a experiência brasileira em contraponto com aquela francesa, que consideramos paradigmática daquilo que a literatura europeia por vezes designa como populismo de direita europeu. Trata-se igualmente de uma das mais antigas agremiações da direita europeia, e talvez uma das primeiras a ser entendida sob o signo do populismo de direita. É também partindo de uma perspectiva formal que se fará possível a discussão sobre a designação “direita”. Pretendemos demonstrar que perspectivas formais se demonstram particularmente proveitosas para tratar as diferenças.

Uma vez concluída a introdução ao populismo como categoria teórica no debate nacional — e, por contraste, no debate laclauiano —, bem como a exposição sobre os conceitos de direita e esquerda, o trabalho segue, por conseguinte, com aquilo que constitui seu núcleo: o estudo de dois casos paradigmáticos de populismo contemporâneo, a saber, o brasileiro e o francês. Propomos o ângulo da comparação, que nos parece frutífero para que possamos compreender exatamente a particularidade de cada caso, bem como iluminar as diferenças entre eles. Interessa-nos sobretudo o caso brasileiro. A comparação com um paradigmático caso europeu, entretanto, é capaz de conferir substância a uma análise que, de outra maneira, poderia parecer demasiado abstrata. Se, por nossas opções teórico-metodológicas, nos esquivamos dos absolutos, a comparação parece ser capaz de colocar nosso objeto, isto é, Jair Bolsonaro, em perspectiva.

Por outro lado, o ângulo da comparação, fazendo uso das categorias de Laclau — que, como assertaremos mais adiante, são capazes de colocar

lado-a-lado experiências dissemelhantes sem que se perca sua especificidade histórica —, parece demonstrar sua pertinência para a compreensão mais ampla do populismo como fenômeno global.

Essa abordagem contrasta com aquelas que parecem ser tendências dominantes de pesquisa, nas quais manifestações ditas populistas são estudadas individualmente, sem que se chegue a conclusões mais abrangentes sobre aquilo que talvez se possa designar como o fenômeno do populismo contemporâneo, ou onde o populismo é tratado como categoria teórica desvinculada de estudos empíricos. Nesse trabalho pretende-se, pelo contrário, lançar luz sobre o fenômeno brasileiro por meio do contraste entre casos concretos. Objetiva-se igualmente colocar à prova binômio formado por “populismo de direita” a partir de cada um de seus termos.

Se muito diferentes em sua manifestação, os discursos populistas têm em comum, para Laclau (2005), uma pauta negativa, que gira em torno de sua oposição ao “sistema”. Assim, o enquadramento de Jair Bolsonaro, no Brasil, e de Marine Le Pen, na França, por essa categoria, se daria não por uma questão de conteúdo discursivo mas, sim, por uma de forma. Como frutos de processos históricos distintos, os discursos populistas, em um e outro caso, se próximos na dimensão da negatividade, são de conteúdos destoantes. A título de exemplo, enquanto o liberalismo do projeto de poder da direita brasileira soaria estranho aos líderes franceses, a pauta anti-imigração do Rassemblement National não parece ecoar substancialmente no Brasil.

Percebemos tratar-se de manifestações políticas que se expressam de maneiras substancialmente diferentes, em contextos nacionais profundamente diversos. Temos, aí, os elementos que preparam o solo para uma análise comparativa, tal qual a define Marc Bloch (1928): uma semelhança básica entre os objetos, a partir da qual torna-se possível perceber com mais clareza as divergências entre eles. A comparação, para Bloch, consiste em

[...] escolher, em um ou mais meios sociais distintos, dois um mais fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar entre eles certas

analogias, descrever as curvas de suas evoluções, constatar as semelhanças e diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. Portanto duas condições são necessárias para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa similaridade entre os fatos observados — isto é evidente — e uma certa diferença entre os meios onde eles são produzidos. (BLOCH, 1928, p. 16 - 17, tradução nossa)¹

É verdade que, para nossos propósitos, a ênfase deve recair nas diferenças, que colocarão à prova a própria categoria de populismo de direita. Trata-se de um tipo particular de análise comparativa que, como sugerem Theda Skocpol e Margaret Somers (1980), é orientada pelo contraste. A despeito de nos aproveitarmos de uma contribuição teórica específica (a saber, aquela de Laclau) como fio condutor de nossa análise, a ideia aqui não é exatamente colocar em teste a teoria, mas conferir centralidade aos casos históricos em questão e a sua unicidade: o caráter *sui generis* que desenvolvimentos históricos particulares podem conferir a cada situação. O pesquisador que se volta para o contraste busca menos por generalizações do que pelas diferentes respostas que distintos contextos (ou casos) podem dar a uma mesma pergunta — revelando, assim, suas particularidades. Isso deve ser feito, entretanto, sem que aqueles que se interessam pela comparação em contraste desprezem “questões gerais que atravessam tempos e espaços específicos. De fato, isso é o que os motiva a conduzir estudos comparativos, em vez de relatos históricos de caso único”. (SKOCPOL, SOMERS, 1980, p. 192, tradução nossa)²

A partir da comparação torna-se possível, portanto, entender como discursos ditos populistas e de direita podem atuar em diferentes contextos nacionais, com efeitos variados. É preciso, pois, atentar para duas dimensões dos objetos. Primeiramente, deve-se testar duas hipóteses básicas: a de que Jair Bolsonaro e Marine Le Pen possam enquadrar-se como “populistas”, e a de que possam

¹ [...] faire choix, dans un ou plusieurs milieux sociaux différents, de deux ou plusieurs phénomènes qui paraissent, au premier coup d’œil, présenter entre eux certaines analogies, décrire les courbes de leurs évolutions, constater les ressemblances et les différences et, dans la mesure du possible, expliquer les unes et les autres. Donc deux conditions sont nécessaires pour qu’il y ait, historiquement parlant, comparaison : une certaine similitude entre les faits observés — cela va de soi — et une certaine dissemblance entre les milieux où ils se sont produits.

² general issues that cross-cut particular times and places. Indeed, this is what motivate them to do comparative studies rather than single-case historic accounts.

enquadrar-se como “de direita”. Havendo uma semelhança mínima, é precisamente a diferença que ilumina possibilidades variadas. Nesse sentido, o fato de discursos alocarem-se em contextos nacionais muito distintos abre a possibilidade de que possam vir a ter efeitos igualmente variados. Em suma, neste trabalho, nos perguntamos quais qual a pertinência da designação “populistas de direita” para dar conta das experiências políticas contemporâneas de França e, particularmente, do Brasil.

Iniciamos a terceira seção deste trabalho, “O caso Le Pen”, com o caso francês. Apresentamos a história do Rassemblement National e buscamos destrinchar duas noções estreitamente conectadas no discurso populista, sobretudo no caso francês: povo e nação. A análise empreendida nessa seção, de uma direita tão paradigmática quanto contrastante com o caso brasileiro, dará as bases para a seção seguinte, “O caso Bolsonaro”. À luz das observações sobre o nacionalismo no capítulo anterior, bem como das discussões acerca do populismo e da direita, será possível um movimento duplo: situar Bolsonaro em um contexto histórico e geográfico mais amplo, de um lado. De outro, compreender suas especificidades.

2 PERCURSOS E CONCEITOS

Este capítulo reflete parte do percurso intelectual que traçamos para os objetivos deste trabalho. É fruto particularmente da busca pela compreensão dos casos sobre os quais nos debruçamos à luz de conceitos que pudessem transpô-los para o reino do linguístico com alguma precisão. Em outras palavras, o movimento primeiro deste trabalho foi a busca por categorias que tornassem aquilo que observamos inteligível. Exploramos a literatura nacional e internacional buscando compreender como a disposição de forças políticas e a natureza de cada uma delas vêm sendo lidas e interpretadas nos momentos em que algo como uma ruptura populista, por vezes, ou uma onda de direita, em outros casos, parece balançar as democracias.

No caso brasileiro, colocamos em discussão uma literatura por vezes menosprezada no debate contemporâneo sobre o populismo, que tende a considerá-lo uma novidade. Ora, só é possível tratar o populismo como novidade a partir de um prisma essencialmente europeu. Assim, tratamos de trazer o debate sobre o populismo para a arena latino-americana novamente, dessa vez guiando-nos pela experiência do século XXI. É dessa forma que propomos o debate entre os brasileiros Octavio Ianni e Francisco Weffort e o argentino Ernesto Laclau. É também seguindo na mesma direção que propomos o debate do populismo à luz de uma outra categoria, a de nacionalismo, particularmente importante para os casos europeus aos quais parte expressiva da literatura sobre populismo no século XXI tem se dedicado.

Em seguida, buscamos refinar nossa compreensão do termo “direita”, entendendo que esta, como “populismo”, não é uma categoria óbvia. À luz das contribuições de Norberto Bobbio e Marcel Gauchet, buscamos conferir um olhar histórico aos conceitos de direita e de esquerda. O capítulo se encerra com mais uma designação que se demonstrou necessária; desta vez, para fins metodológicos. Trata-se daquela de análise do discurso. Partindo da matriz teórica cujos contornos já teremos, a essa altura, acabado de delinear, trataremos de expor nossas

ferramentas metodológicas. Apenas por meio de uma definição consistente de “populismo” e de “direita” tornou-se possível passar, finalmente, à análise de discurso de nossas fontes primárias, que serão tema dos capítulos 3 e 4, relativos aos estudos de caso de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro.

2.1 Populismo no pensamento político brasileiro e latinoamericano

O populismo é um fenômeno que vem merecendo atenção da literatura especializada há quase um século. No fim do século XIX, dois movimentos distintos ganharam (ou, mesmo, reivindicaram) essa alcunha. O chamado “populismo agrário” (MUDDE, 2000) do People’s Party foi encabeçado majoritariamente por fazendeiros no interior dos Estados Unidos, ao passo que os narodniks correspondiam a uma certa intelectualidade da Rússia czarista. Em comum, os movimentos tinham a ideologia anti-elitista que considerava o homem do campo e a vida rural as bases da sociedade. Em 1955, o historiador americano Richard Hofstadter atribuía sua existência, nos Estados Unidos, às incongruências existentes entre as estruturas políticas e sociais tradicionais e agrárias e o processo de modernização vigente.

Alinhados à ideia de que existe um processo universal e unidirecional (STAVRAKAKIS, 2017) de modernização, de cujas falhas o populismo é resultado, diversos autores latino-americanos — e alguns europeus, como o historiador britânico Alistair Hannessy (1969), que se debruçaram sobre a América Latina —, buscaram analisar as experiências desses países. É o caso do ítalo-argentino Gino Germani (1971) e do argentino Torcuato di Tella (1973), para mencionar apenas alguns nomes. Nessas análises, é frequente que o populismo americano e o russo sejam resgatados em uma tentativa de estabelecimento de uma espécie de antologia do populismo que parece ter como fio condutor — que justificaria que experiências tão discrepantes fossem colocadas lado-a-lado — o fato de que ele se manifestaria em contextos rurais e populares.

Resguardadas as especificidades de cada autor, se destaca que tanto os latino-americanos como o britânico norteiam-se pela ideia de modernização

unidirecional e pela dicotomia entre o moderno e o atrasado (além da ideia correlata de centro em oposição à periferia). O fenômeno populista é, assim, compreendido como fruto da transição acelerada pela qual passou a América Latina no começo do século XX, ingressando na modernidade tardiamente (em relação, claro, à Europa). Nesse processo, as estruturas políticas e sociais foram abaladas, sem, contudo, se perderem por completo. No campo, observou-se o êxodo rural; nas cidades, o processo de industrialização e o inchaço urbano. Apesar das novidades, as estruturas tradicionais, sobretudo no campo, resistiram.

O ponto chave desse tipo de explicação reside no fato de que a estrutura política, herdada da “pré-modernidade” latino-americana, demonstrou-se incapaz de absorver os conflitos que se deslocavam do campo para a cidade e as tensões sociais que possuíam caráter de novidade. As frações rural e urbana da classe trabalhadora se apresentavam desconectadas, assim como as novas burguesias urbanas e as antigas elites agrárias. A burguesia viu-se, assim, impossibilitada de cumprir seu suposto papel histórico de desencadear a revolução burguesa. Não sendo possível a hegemonia de nenhuma classe específica, e saturando-se as expectativas das pessoas quanto às possibilidades da vida urbana, tornou-se possível que emergissem lideranças populistas capazes de estabelecer uma ampla coalizão de sustentação. Alçados pela grande fragilidade das instituições modernas que serviriam para garantir a expressão política das demandas populares e a participação individual, essas lideranças exerceriam o papel de mediação entre as populações e as estruturas políticas. Nota-se, finalmente, que as diversas contribuições parecem convergir quanto à percepção de uma referência ao povo, presente no populismo, e uma crise hegemônica.

Essa interpretação, se foi, em alguma medida, criticada por autores brasileiros como Francisco Weffort (2003) e Octavio Ianni (1975), não foi plenamente superada. Laclau (2012) chega mesmo a sugerir que suas contribuições figuram como os melhores estudos na sociologia funcionalista latino-americana em torno do tópico do populismo. Como salienta Jorge Ferreira (2001),

No entanto, mesmo décadas depois, quando as críticas tornaram as ideias de Germani e di Tella desacreditadas, as imagens de "atraso", "desvio" e "manipulação" perdurariam. As representações imaginárias, sabemos, são capazes de resistir a críticas, mesmo aquelas formais, eruditas e com base na investigação empírica. (FERREIRA, 2001, p. 65-66)

Autores como Weffort e Ianni, à sua maneira, aderiram à ideia geral de que seria a ausência de estruturas políticas capazes de absorver as novas demandas (frutos de novos grupos e arranjos sociais) geradas pela chegada tardia da modernidade industrial na América Latina a raiz do fenômeno populista. A desarticulação das classes sociais seria o terreno no qual floresceria a manipulação do líder populista. Como destaca Angela de Castro Gomes (1996), tais interpretações sobre o populismo brasileiro são tributárias da influência das teorias da modernização, com quem Weffort e Ianni estabeleceram diálogo crítico.

Gomes (1996) sintetiza bem os contornos gerais que tomaram as ideias nascidas a partir dessa perspectiva. O populismo, nessa acepção, é caracterizado por três pontos chave. Trata-se, primeiramente, de uma política de massas: política vinculada aos proletários que, incapazes de adquirir consciência de classe na sociedade em transição, são interpelados pelo populismo. Ainda, o populismo é associado à formação e à decadência da classe dirigente, que cessa de apresentar-se como orientadora dos valores e do estilo de vida e como força capaz de orientar o Estado. Finalmente, o fenômeno se caracterizaria pela presença de líderes carismáticos capazes de mobilizar as massas. O populismo, portanto, tal qual a interpretação corrente entre os anos 1940 e 1960, tinha duas faces indissociáveis: a econômica, traduzida pela industrialização, e a política, traduzida pela experiência democrática dos anos Juscelino Kubitschek. (GOMES, 1996). Fácil é perceber a influência das ideias sobre o populismo do grupo isebiano sobre a literatura posterior.

À diferença dos intelectuais dos anos 1940 a 1960, entretanto, aqueles que executaram trabalhos sobre o populismo após 1964 procuravam identificar as razões do golpe militar e abrir os caminhos para a superação da ditadura. Nesse contexto, associou-se o golpe ao esgotamento do populismo, que passou a possuir uma clara

periodização (GOMES, 1996). Em Weffort (2003), o populismo aparece (após a Revolução de 30) como um estilo de governo (e, em certo sentido, um tipo de regime político) sensível às pressões populares e como política de massas às quais manipulava. Ele seria fruto de uma circunstância histórica em que a crise da oligarquia e do liberalismo e a ascensão da democratização e da urbanização desdobravam-se concomitantemente. Uma circunstância na qual fazia-se necessária a incorporação das massas populares à nova ordem urbana, industrial e democrática.

No Brasil, entretanto, esse processo teria acontecido de maneira distinta daquela encontrada nos países europeus, onde observou-se o estabelecimento de grandes partidos representativos de classes. Aqui, a relação entre o eleitorado e seus representantes seria mediada por uma relação individual, isto é, pelo líder. As condições brasileiras eram tais que operários e pequenos burgueses não eram nem representados pelas associações políticas, como partidos e sindicatos, nem se encontravam mais ligados à política tradicional: tratava-se de sujeitos que foram do campo para a cidade mas que, uma vez lá, não foram representados.

Aqui, no entanto, há uma importante ruptura com a interpretação proposta por autores como Gino Germani e a sociologia funcionalista, para quem, as massas se apresentariam como fenômeno pré-político, como forma social distinta e concertada das classes. Weffort, inspirado em Marx, propõe compreender a emergência das massas sob a luz da (debilidade da) consciência de classe. A massa, nesse sentido, é uma das expressões que pode tomar a classe que não foi capaz de constituir-se como classe para si, incapaz de ser representada pelas associações políticas modernas e ainda vinculada à política tradicional — posição à qual estariam particularmente propensas as populações operárias e a pequena burguesia de países como o Brasil. Em tais circunstâncias, o Estado passaria a se confundir com o líder, que expressaria a ideia de unidade do povo:

As massas enquanto se integravam ao sistema do assalariado capitalista reivindicavam um Estado impessoal, mas quando se mostram incapazes de reconhecer sua condição real de classe, só encontram meios de se exprimir pelo carisma, ou seja, pela mais irracional das formas de manifestação política. (WEFFORT, 2003, p. 37)

A unidade formada por Estado e líder carismático, em busca de legitimidade frente à situação de crise, estabeleceria um compromisso com as classes populares. Nesse sentido, a relação que se estabeleceu teria sido a de “manipulação populista”, remetendo à ideia de controle e tutela do Estado sobre as massas³, e seria precisamente o fim da possibilidade da tutela que havia determinado o esgotamento do populismo. (GOMES, 1996)

A premissa da manipulação das massas conjugada à repressão estatal, formulada por Weffort, persistiu às inovações e mudanças de perspectiva (como a rejeição da teoria da modernização) propostas por historiadores e cientistas sociais das décadas que se seguiram, demonstrando a relevância da qual ainda goza esse autor para os estudos do populismo contemporâneo. (FERREIRA, 2001). Também em Ianni, contemporâneo de Weffort, a noção de massa aparece. Para o autor (1975), em “O colapso do populismo” (texto de 1968), o populismo deve ser encarado como uma “estratégia política de desenvolvimento econômico”. A democracia populista assentava-se no desenvolvimento de uma política de massas. Indissociável desse tipo de política, cujo domínio no cenário brasileiro Ianni situa entre as décadas de 1930 e 1960, estava um tipo de economia particular, caracterizada pelo modelo de substituição de importações e pelo dirigismo estatal.

Nesse sentido, o populismo é definido por Ianni (1975) como um fenômeno histórico que se dá em função do desenvolvimento econômico. Fundamentalmente, neste autor também está presente a ideia de que foi uma circunstância econômica particular (aquela da introdução da sociedade industrial no Brasil) a origem de um arranjo político que se traduz na incapacidade da plena constituição das classes sociais fundamentais (isto é, burguesia e proletariado) e de sua organização dentro de instituições representativas tradicionais. O caráter incompleto da constituição das

³ Em que se pese algumas de suas demandas fossem também atendidas, para Weffort havia sempre uma dimensão de “traição”.

classes as teria tornado mais suscetíveis à manipulação populista em torno do amplo projeto de industrialização e desenvolvimento.

Com essa breve exposição, pretendeu-se indicar que determinados aspectos do populismo estiveram incorporados às análises dos cânones da literatura nacional e internacional ao longo do tempo. Primeiramente, a dicotomia entre o atrasado e o moderno como circunstância que fertilizou o terreno em que floresceu o populismo. Em segundo lugar, duas noções estreitamente conectadas: a de manipulação (e sua dimensão de “atendimento”, presente sobretudo em Weffort) e a de massa. Terceiro, o populismo caracterizado como “estratégia”, “estilo” político ou, mesmo, Estado ou regime — algo relacionado ao segundo ponto. Quarto, o líder carismático como cola que possibilita a emergência de uma política de massas.

Essa explicação comum merece, à luz dos acontecimentos do século XXI (na América Latina e alhures) ser revisada. Embora as leituras de Weffort e Ianni busquem se valer da tradição marxista para questionar o paradigma da modernização como base para a compreensão do populismo brasileiro, dificilmente pode-se dizer que obtiveram êxito em desvencilhar-se dessa perspectiva completamente. Desse modo, os autores absorvem de seus vizinhos argentinos ideias sobre o impacto das migrações sobre as condições políticas, o choque social causado pelo rápido êxodo rural, sobre a presença de uma cultura rural ou tradicional na periferia urbana, sobre a manipulação populista, a incapacidade de estruturas políticas nas periferias capazes de canalizar e conduzir a formação política por vias tradicionais, e aquela de que o problema residiria na incapacidade de tais estruturas dar um bom andamento para a vida dos grupos sociais urbanos.

Apesar de se valerem do arsenal teórico marxista, isso não implica a ausência dos argumentos da sociologia funcionalista em suas teses. Em última instância, o argumento modernizante está presente na exata medida em que o populismo é considerado como consequência da débil autonomia da classe operária, que acaba por ser manipulada. Esta compreensão, um dos eixos explicativos comuns que unem Weffort e Ianni, demonstra a convivência possível entre as proposições que se inclinavam em direção às explicações modernizantes e aquelas que privilegiavam o

ângulo da luta de classes. Vale acrescentar que a compreensão do populismo como “política de massas” pode acabar por minimizar o papel das camadas populares como agente constitutivo do fenômeno populista: embora a agência popular seja reconhecida, exercendo pressão sobre os mecanismos políticos, é ao Estado — na figura do líder — a quem se confere o papel de maior destaque. (GOMES, 1996).

Sobretudo, entretanto, pretende-se argumentar que a definição de populismo, tal qual elaborada pelos autores brasileiros e estrangeiros acima mencionados, peca ao circunscrever o fenômeno do populismo a uma circunstância histórica específica (a saber, a transição tardia para a modernidade latino-americana). O populismo, se entendido como estratégia ou estilo de ação mobilizador de massas, como “fenômeno das regiões atingidas pelo processo de urbanização” (WEFFORT, 2003, p. 28), como “expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo [...] e do processo de democratização do Estado” (WEFFORT, 2003, p. 69) ou, mesmo, concebido de maneira que “populismo” parece ser intercambiável com “getulismo” (como parece fazer Ianni), é um fenômeno que tem seus limites temporais e geográficos demarcados — como já salientava Angela de Castro Gomes (1996). Entendido dessa maneira, pertence ao passado e foi definitivamente enterrado (no Brasil e em países vizinhos) com a ascensão do militarismo dos anos 1960. Geograficamente, passaria a ser entendido como fenômeno circunscrito aos países de modernidade tardia.

2.2 Populismo na contemporaneidade

Parece cada vez mais difícil que tomemos a visão assentada no paradigma da modernidade como ponto de partida para os estudos do populismo — no Brasil e no mundo. Não se trata mais do estudo de uma manifestação histórica pontual, como encaravam cientistas sociais como Ianni e Weffort. O populismo não é mais visto como um fenômeno da introdução do industrialismo na América: à direita e à esquerda, o século XXI tem, ele também, testemunhado a ascensão e a queda de líderes e partidos chamados (de maneira majoritariamente pejorativa) por parte da

mídia, da literatura especializada e das pessoas comuns de populistas. Observamos uma sequência de vitórias eleitorais da extrema-direita na Europa (como na Polônia ou na Hungria, além de, mais recentemente, na Itália), bem como o sucesso eleitoral inédito de partidos historicamente marginalizados, como Rassemblement National (antigo Front National) francês — que disputou o segundo turno das eleições francesas a partir de 2016, feito repetido pela campanha de Marine Le Pen em 2022. No continente americano, a posse de Trump em 2017 pareceu anunciar a chegada da onda conservadora. Em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil, veio a corroborar essa hipótese.

Trata-se de expressões muito distintas daquilo que se chama comumente de populismo, e que merecem, para que o termo não caia em total imprecisão — ou tome, como tem sido o caso, uma conotação puramente pejorativa — estudos mais aprofundados. Afinal, pode ser difícil conceber projetos tão discrepantes como o francês, representado pela figura de Marine Le Pen e do Rassemblement National (antigo Front National de Jean-Marie Le Pen, um dos mais tempranos e paradigmáticos casos de populismo de direita europeu) e o brasileiro, onde destacamos a figura do presidente Jair Bolsonaro, como enquadrando-se em uma mesma categoria.

À luz da literatura e das circunstâncias contemporâneas, os esforços analíticos discutidos na seção anterior, ainda referenciais sólidos na academia brasileira, podem parecer insuficientes. Isto já apontava Laclau (2012), como veremos mais adiante. Com isso, não pretendemos sugerir que devam ser abandonados. Pelo contrário, a contribuição desses autores para o tópico está longe de ser desprezível.

Nessa seção, pretendemos promover um movimento contra-intuitivo. Em geral, almeja-se tornar um conceito, como “populismo”, o mais específico possível. Aqui, pelo contrário, se argumenta que a capacidade explicativa do conceito sobre o qual nos debruçamos aumenta quando o expandimos. Se autores como Weffort e Ianni buscaram definir o populismo como uma forma de regime político (e, possivelmente, de Estado, segundo Weffort, 2003) e de estratégia econômica, novas

abordagens buscam situá-lo em um nível teórico distinto. Aprofundemo-nos nessas ideias.

Em artigo de 1982, Margaret Canovan notava que, embora a inexatidão terminológica não seja algo raro em ciência política, na maioria dos casos há um terreno comum no qual autores de diferentes perspectivas podem encontrar acordo — mesmo que isto deixe espaço para eventuais disputas. À época, este não parecia ser o caso com “populismo”, termo que cobria “[...] um arco incomumente extenso de fenômenos diversos” (CANOVAN, 1982, p. 1, tradução nossa)⁴. A própria trajetória intelectual da autora, no entanto, é exemplar quanto ao movimento ocorrido durante as últimas décadas: o populismo tem sido desvinculado de conteúdos programáticos específicos, bem como de circunstâncias históricas pontuais. Cada vez mais, vem sendo entendido como um modo de organização da esfera do político pautado pela dicotomização (“nós” contra “as elites”), presente em tempos e espaços variados. Em 1999, a própria Canovan aproximou-se desse consenso embrionário — o qual ela, certamente, ajudou a alcançar — ao formular que o populismo seria, antes, um apelo ao “povo” contra a estrutura de poder e as ideias e valores dominantes. Neste rol de autores encontram-se o argentino Ernesto Laclau e a belga Chantal Mouffe.

2.2.1 Hegemonia e estratégia socialista

Se Francisco de Oliveira criticava a abordagem de seus companheiros pelo viés da teoria da modernização, as elaborações de Laclau e Mouffe (2014) podem ajudar a formular hipóteses sobre o populismo que transcendam o marxismo tal como entendido por autores como Weffort e Ianni. Nessa seção pretende-se expor sucintamente a proposta teórica dos autores para, em seguida, discutir-se sua adequação aos casos em debate.

Pioneiros daquilo que se batizou de “pós-marxismo”, Laclau e Mouffe aceitam a alcunha: trata-se, segundo eles, de reapropriar-se de uma tradição intelectual e ir além dela. Logo, ergueram-se sobre os ombros de Gramsci para produzir uma crítica

⁴ [...] an unusually wide range of diverse phenomena

original ao marxismo ortodoxo, considerado insuficiente para dar conta das complexidades da contemporaneidade. Também tomam empréstimo da proposta desconstrucionista e radicalmente antiessencialista de Jacques Derrida (inspirada por nomes como Heidegger e Nietzsche), inaugurada na década de 1960. Por essa corrente é que se abrem as portas do “pós”, questionando-se os paradigmas da tradição — inclusive a marxista. Burity assim sintetiza essa proposta de renovação:

Ao invés de se apresentar como um "para além de", uma ruptura ou uma *Aufhebung* hegeliana, inaugurando algo inteiramente novo e livre de paradoxos e imperfeições, a atitude desconstrutiva joga com as brechas e incompletudes do que é, do que se apresenta como clausura, como *fait accompli*, e ora reativa as questões originais, ora se abre resolutamente ao chamado do outro, ainda que sob a forma do que sempre já apontou, na própria tradição, para outras possibilidades de ser. (BURITY, 1997, p. 1)

A proposta de Laclau e Mouffe é de cunho ontológico: as novas questões que se colocam com a globalização e a era da informação seriam impensáveis no seio dos dois paradigmas ontológicos que governam o campo da discursividade marxista, isto é, o paradigma hegeliano e, posteriormente, naturalista.

Partindo dessa problemática, situada no ponto médio entre o marxismo e a psicanálise, Laclau e Mouffe revisitam o conceito de hegemonia em Gramsci, conferindo-lhe um caráter propriamente discursivo e identificando duas formas principais de articulação hegemônica.

A articulação é assim definida por Laclau e Mouffe:

No contexto dessa discussão, nós chamaremos de articulação qualquer prática estabelecendo uma relação entre elementos de tal forma que sua identidade é modificada como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, chamaremos discurso. (LACLAU; MOUFFE, 2014, tradução nossa)⁵.

Ela não consiste em um fenômeno puramente linguístico. Assim como o discurso (definido como um sistema diferencial de posições entre elementos linguísticos e

⁵ In the context of this discussion, we will call articulation any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from the articulatory practice, we will call discourse

não-linguísticos, um conjunto de fenômenos da produção social de significado) ela abrange a totalidade das instituições, rituais e práticas através das quais se estrutura a formação discursiva. Ela emerge da própria impossibilidade de fixação de significados de maneira plena; isto é, do fato de que nenhuma identidade social está blindada contra forças exteriores que impedem a identificação completa (uma vez que as identidades são, elas próprias, inteiramente relacionais). Da impossibilidade, portanto, de um princípio único que seja capaz de fixar significados inequivocamente; de estabelecer-se um significante transcendental cuja existência independa ou seja exterior ao sistema de diferenças. (LACLAU; MOUFFE, 2014).

Esse processo é o que Laclau e Mouffe, em seu trabalho seminal, *Hegemonia e estratégia socialista*, chamam de hegemonia: a construção de uma significação popular. A hegemonia consiste na articulação entre significantes (isto é, agentes sociais) que gera identidade coletiva. Nessa articulação, os significantes apenas possuem significado relacional (daí a necessidade de um “outro”, que surge concomitantemente ao povo). Quando um novo significante é incluído na cadeia, portanto, só pode adquirir significado por meio do estabelecimento de relações com os outros elementos, modificando a própria natureza da cadeia — processo que os autores denominam “antagonismo”.

Laclau e Mouffe afirmam haver dois tipos básicos de articulação hegemônica. No primeiro caso (lógica da diferença), a articulação se dá de modo diferencial. A hegemonia esteriliza os antagonismos anteriores e os reinscreve no seio de uma vontade popular por meio de um processo de negociação “dentro de uma ampla estrutura consensual estabelecida pelo discurso dominante sobre os parâmetros da vontade coletiva 'nacional-popular'” (JESSOP; MENGER, 2020, p. 297).

Há, entretanto, uma segunda forma de articulação hegemônica, que envolve o estabelecimento de um sistema de equivalências (na terminologia de Laclau e Mouffe, cadeia de equivalências) entre diferentes elementos discursivos. Em uma lógica diferencial, positiva, presume-se uma totalidade da comunidade, que opera sem divisões sociais. Assim, qualquer demanda legítima pode ser satisfeita de maneiras não-antagônicas e interadministrativas (LACLAU, 2005). Contudo,

quando as demandas não são satisfeitas, a articulação pode se dar de maneira negativa, em torno da própria insatisfação generalizada, não de forma propositiva. A lógica da equivalência reduz o número de posições que podem ser combinadas em um mesmo discurso. Apesar do caráter particular de cada demanda, elas são agregadas na formação de cadeias de equivalência. Por meio da cadeia, todas as determinações diferenciais objetivas dos termos se perdem. Quando todas as características diferenciais de um objeto tornam-se equivalentes, sua positividade torna-se impossível.

Por meio da equivalência expressa-se, portanto, o que o objeto não é. O que se observa é que determinadas formas discursivas, por meio da equivalência, anulam a positividade do objeto e conferem existência real à própria negatividade. Essa impossibilidade do real, portanto, ganha uma espécie de concretude. Penetrado pela negatividade e antagonismo, o social é incapaz de adquirir presença plena, e a objetividade de suas identidades é subvertida. A partir desse momento, a impossibilidade da relação entre a objetividade e a negatividade torna-se parte do social. Porque a identidade negativa não pode ser representada diretamente (ou seja, positivamente), sua representação apenas pode se dar por meio da equivalência entre seus momentos⁶ diferenciais. Daí a ambiguidade inerente às relações de equivalência:

dois termos, para serem equivalentes, devem ser diferentes — ou haveria uma simples identidade. Por outro lado, a equivalência existe apenas por meio do ato de subverter o caráter diferencial desses termos. Este é precisamente o ponto onde [...] o contingente subverte o necessário, impedindo-o de constituir-se plenamente. Essa não-constitutividade — ou contingência — do sistema de diferenças revela-se na falta de fixação introduzida pelas equivalências. O caráter último dessa falta de fixação, a precariedade final de toda a diferença, irá se revelar em uma relação de total equivalência, onde a positividade diferencial de todos seus termos é dissolvida. Essa é precisamente a fórmula do antagonismo que, assim, se estabelece como limite do social. (LACLAU; MOUFFE, 2014, loc. 2561. tradução nossa)⁷

⁶ Um momento, na terminologia de Laclau e Mouffe, é cada um dos elementos articulados que constituem as cadeias.

⁷ two terms, to be equivalent, must be different – otherwise, there would be a simple identity. On the other hand, the equivalence exists only through the act of subverting the differential character of those terms. This is exactly the point where, as we said earlier, the contingent subverts the necessary by preventing it from fully constituting itself. This non-constitutivity – or contingency– of the system of

Cada demanda, portanto, ao mesmo tempo que constituindo uma instância particular, se vê articulada com a totalidade negativa de demandas. A cadeia subverte o caráter plural das demandas e transforma todas as diferenças em identidade: ela elimina a separação entre as demandas, não elas mesmas. (LACLAU; MOUFFE, 2014). É importante notar que a relação entre lógica de diferença e lógica de equivalência não é de soma zero. A totalização parcial operada pela equivalência não elimina a cisão de toda identidade entre sua natureza diferencial ou equivalencial: pelo contrário, ela tem que operar fora das possibilidades estruturais que derivam dela. Portanto, tanto a diferença quanto a equivalência refletem-se uma na outra, e as diferenças continuam a operar dentro da equivalência. (LACLAU, 2005)

As diferenças cancelam-se reciprocamente, desde que sejam utilizadas para expressar algo idêntico presente em todas elas ou por uma referência comum a algo externo. A primeira dessas possibilidades, entretanto, é excluída pelos autores: uma determinação positiva é expressa de maneira direta, sem necessidade da construção de cadeias de equivalência. Já quanto à segunda, cabe uma ressalva: a exterioridade não pode, tampouco, ser algo positivo, já que isso significaria que a relação entre os dois polos também seria construída de maneira direta e objetiva, tornando impossível o cancelamento mútuo ao qual nos referimos, inerente à formação das cadeias de equivalência (JESSOP; MENGER, 2020). Assim, o corpo de cada demanda encontra-se cindido entre a particularidade do que ela ainda é e a significação mais ampla que ela carrega. Essa operação de uma particularidade em relação a uma significação universal é, precisamente, a hegemonia e, portanto, a identidade hegemônica pertence à ordem do significante vazio (LACLAU, 2005). Isto não se dá, contudo, por uma carência *empírica* da linguagem, incapaz de representar fidedignamente os significados da qual lhe incumbem, como postulava Cícero. Aqui, pelo contrário, afirma-se que esta se trata de uma carência *constitutiva*

differences is revealed in the unfixity which equivalences introduce. The ultimate character of this unfixity, the ultimate precariousness of all difference, will thus show itself in a relation of total equivalence, where the differential positivity of all its terms is dissolved. This is precisely the formula of antagonism, which thus establishes itself as the limit of the social

da linguagem, cuja consequência é o estabelecimento das cadeias de equivalência entre demandas particulares.

Tomemos emprestado de Laclau (2005) um exemplo que ilustra o processo de emergência e articulação de demandas particulares. Pensemos, pois, em um conjunto de trabalhadores rurais migrantes, que se instalam em uma periferia urbana. Confrontados com problemas de moradia, um grupo de pessoas busca soluções junto a autoridades locais. Se a demanda por moradia é satisfeita, o problema se dissolve. Contudo, se não o é, esse grupo começa a perceber que seus vizinhos também possuem demandas insatisfeitas: acesso ao transporte público, saneamento básico, escolas, etc. À medida que se estende a inação do poder público, as demandas insatisfeitas acumulam-se, ao passo que decresce a capacidade do sistema institucional de atendê-las todas individualmente. Nesse cenário, uma relação de equivalência é estabelecida entre elas, transformando demandas individuais em demandas democráticas (isto é, inserindo-as em um sistema estável de significação), e o resultado (se não há interferência de fatores externos) é um abismo crescente entre o sistema institucional e as pessoas.

Se o significado das demandas é em grande parte determinado pelo quadro simbólico no qual é inserido, a multiplicação de demandas não atendidas faz com que o próprio quadro comece a se dissolver. Nesse caso, elas devem construir um novo. É também por essa razão que a identidade de inimigo depende igualmente do processo de construção política. Se, no caso de demandas populares (em nosso exemplo, a demanda por moradia) o inimigo é bem delimitado (a prefeitura, ou a Secretaria Municipal de Habitação), à medida que as demandas se tornam revoltas pela cadeia de equivalência, sua identificação torna-se menos óbvia.

Nessas circunstâncias, a constituição de um aglomerado de demandas induz uma leitura simplificadora da realidade política, que tem como expressão o antagonismo entre o eu (ou nós) e o outro, contrapondo elementos populares e democráticos à ideologia do bloco dominante. De fato, a emergência de uma subjetividade popular só é possível com a delimitação de uma fronteira interna: como a equivalência se dá em termos negativos, é preciso identificar a fonte da

negatividade. Se, em uma lógica diferencial, o sujeito da demanda era ela própria — sujeito democrático, para Laclau (2005) —, na lógica da equivalência, o sujeito da demanda é expandido, de forma a conter a totalidade da cadeia equivalências — dando origem ao que o autor chama de sujeito popular. Assim, quanto menos as demandas puderem ser individualmente absorvidas por uma ordem política, maiores são as chances de que elas se aglutinem na forma de um sujeito popular. Apresentamos, portanto, as duas condições *sine qua non* para que se observe a uma ruptura populista: o laço equivalente (precipitado pela emergência da subjetividade popular) e o surgimento de uma fronteira interna.

2.2.2 Populismo em Laclau

É precisamente nesse terreno que Laclau (2005, 2013) situa o populismo. Em sua abordagem discursiva, Laclau sugere desvincular a categoria “populismo” de qualquer conteúdo particular⁸. O populismo é entendido como uma forma de articulação entre demandas sociais (insatisfeitas) e a ordem política. Nessa perspectiva, é o modo de articulação entre as demandas sociais e a ordem política que é comum aos populismos, não seu conteúdo, que é dificilmente definível. Essa frouxidão do termo não é casuística ou mera dificuldade intelectual dos autores que se debruçam sobre o fenômeno. Na verdade, seu caráter elusivo é a própria força e diferencial do populismo.

De fato, um consenso acadêmico começa a emergir em torno de uma definição mínima (STAVRAKAKIS et al., 2017) de populismo, ancorado, sobretudo, em abordagens ideacionais. Esse tipo de abordagem é tributário do trabalho de

⁸ Como é natural, ao longo das décadas em que Laclau se debruçou sobre a temática do populismo, seu pensamento apresentou tanto continuidades como dessemelhanças. Foge do escopo de nosso trabalho realizar uma recuperação histórica do pensamento laclauiano. Entretanto, vale dizer que o trabalho do autor pode ser dividido em três principais fases. Durante a primeira, ocupou-se sobretudo do desenvolvimento de uma teoria da ideologia, baseado nos trabalhos de Althusser e Gramsci. A segunda, por sua vez, foi marcada pela incorporação da filosofia pós-estruturalista e pelo rompimento com o determinismo marxista. Já a terceira destaca-se pela adoção de paradigmas advindos das elaborações de Jacques Derrida e Jacques Lacan. Considerando-se o desenvolvimento do pensamento do autor e as possibilidades teóricas e metodológicas advindas da possibilidade de pensar o populismo em termos discursivos, é sobretudo com os trabalhos posteriores a *Hegemonia e estratégia socialista* (inclusa esta mesma obra) que optamos por trabalhar.

estudiosos que enfatizaram os méritos das definições mínimas sartorianas quando se trata de pesquisa empírica comparativa; ao mesmo tempo, pode ser capaz de evitar certas deficiências presentes nessas definições. Autores como Canovan (1999), Van Kessel (2015) e Mudde e Kaltwasser (2017), parecem afastar-se, ainda que parcialmente, da ideia de populismo enquanto ideologia. Para Mudde (2017), cuja obra tornou-se uma das mais importantes referências contemporâneas do mundo anglo-saxão sobre o populismo, este pode ser considerado como uma ideologia “fina” (como em Stanley, 2008), que se conecta a outras ideologias, mais “espessas” (como, por exemplo, o liberalismo ou o socialismo), gerando toda sorte de combinações e, conseqüentemente, subtipos populistas. Apesar de reconhecerem a dificuldade de estabelecer-se características comuns entre contextos ditos populistas, abordagens como essa, de cunho ideacional, conferem determinada ênfase ao papel conjunto de ideias e crenças de atores populistas. É o caso, por exemplo, da noção, preconizada por Mudde (2017), de que populistas tenderiam a ser hostis aos direitos das minorias (uma vez que eles desafiariam a concepção homogênea de povo que também seria uma característica basilar do populismo), ou que o moralismo e o anti-pluralismo estariam na essência da divisão populista. Observa-se, portanto, que as definições “mínimas” de populismo, de acordo com vertentes ideacionais, não são tão mínimas. (KATSAMBEKIS, 2022)

Apesar dos inegáveis méritos de tais propostas, autores como Katsambekis (2022) apontam que há substantivos ganhos em despir a abordagem ideacional dos elementos que lhe conferem rigidez desnecessária, avançando na capacidade analítica do conceito de populismo. É precisamente nesse sentido que atuam as teorias formalistas, como aquela proposta por Ernesto Laclau. Com a abordagem formal do populismo, o que se observa é o esvaziamento da noção de “populismo” de qualquer conteúdo ideológico particular — tornando essa abordagem verdadeiramente mínima. Assim, rejeita-se uma visão idealista centrada no suposto moralismo homogeneizante que seria característico da ideologia populista, cujo resultado seria a separação de dois campos antagônicos — o do povo e o das elites

corruptas. (STAVRAKAKIS et al., 2017). Como aponta Laclau, “o populismo é, muito simplesmente, um modo de construir o político”. (LACLAU, 2013, p. 28).

As abordagens ideacionais e formais do populismo, portanto, parecem estar situadas em diferentes níveis analíticos. Como teorias de curto e médio alcance, as abordagens ideacionais diferenciam-se da abordagem sistêmica de Laclau, cujas propostas, se partem do populismo, chegam a atingir toda a esfera do político, configurando-se como teoria de longo alcance. É exatamente por essa razão que os trabalhos de Laclau orientam este trabalho: com as lentes laclaunianas parece possível que nos tornemos capazes de vislumbrar nossos objetos a uma certa distância e os justapor no interior de um mesmo quadro analítico.

Para Laclau, no terreno do político, pautado pela diferença e equivalência, o discurso populista (como, aliás, qualquer outro discurso) tenta dominar o campo da discursividade e conter a diferença inerente a ele. A especificidade desse tipo de discurso reside no elemento que se constitui como centro — para Laclau e Mouffe (2014), o ponto nodal. O conceito é uma apropriação daquilo que Lacan havia denominado *point de caption*. Na psicanálise lacaniana, uma imagem em sonhos não expressa sua própria particularidade mas, sim, a pluralidade de fluxos similares de pensamentos inconscientes. Como o *point de caption* lacaniano, o ponto nodal, na teoria do discurso de Laclau e Mouffe, é um significante capaz de agregar em si diversos (e, frequentemente, paradoxais) significados. É aquilo que unifica um campo, constitui uma identidade, é uma palavra à qual as “coisas” elas mesmas se referem para se reconhecer em sua unidade, que resulta do próprio processo de nomeação, isto é, atribuição de um nome à “coisa”. Para tornar-se um nome, entretanto, o significante deve tornar-se vazio:

Quando falamos sobre “significantes vazios” [...] queremos dizer que há um espaço no interior do sistema de significação que é constitutivamente irrepresentável; nesse sentido, ele permanece vazio, mas é um vazio que eu posso significar, porque estamos lidando com um vácuo dentro da significação. (LACLAU, 2005, p. 105, tradução nossa)⁹

Para Laclau, como para Freud, unificação simbólica de um grupo em torno de uma individualidade é inerente à formação de um povo. No discurso populista, demandas específicas, uma vez esvaziadas, passam a representar toda a cadeia de significações:

Esse processo pelo qual uma demanda particular passa a representar uma cadeia de equivalências incomensurável com ela é, é claro, o que nós chamamos de hegemonia. As demandas do Solidarnosc, por exemplo, começaram como sendo as demandas de um grupo específico de pessoas da classe trabalhadora em Gdansk, mas à medida que foram formuladas em uma sociedade oprimida, onde muitas demandas sociais eram frustradas, ela se tornaram significantes do campo popular em um novo discurso dicotômico (LACLAU, 2005, p.39, tradução nossa)¹⁰

Nessa interpretação, a particularidade do populismo reside na maneira como, a partir do esvaziamento de demandas insatisfeitas e da cristalização de um significado comum, emerge um entendimento de povo, de comunidade. O grande vazio, aí, é precisamente quem somos “nós”, e ele é preenchido pela negatividade. A dicotomia apontada por Laclau no trecho acima diz respeito ao fato de que a emergência de um povo carrega consigo, forçosamente, o surgimento de seu oposto: o “outro” definido como polo de poder. Para ele há, em toda sociedade, uma reserva de sentimentos crus anti-*status quo* que se cristalizam em alguns símbolos de maneira relativamente independente das formas de sua articulação política, e é precisamente sua presença que intuitivamente percebemos quando chamamos um discurso ou mobilização de populista.

⁹ When we talk about 'empty signifiers' [...] we mean that there is a place, within the system of signification, which is constitutively irrepresentable; in that sense it remains empty, but this is an emptiness which I can signify, because we are dealing with a void within signification.

¹⁰ This process by which a particular demand comes to represent an equivalential chain incommensurable with it is, of course, what we have called hegemony. The demands of Solidarnosc, for instance, started by being the demands of a particular working-class group in Gdansk, but as they were formulated in an oppressed society, where many social demands were frustrated, they became the signifiers of the popular camp in a new dichotomic discourse.

Contudo, a constituição de algum tipo de universalismo retórico — e, conseqüentemente, algum nível de dicotomização do social — não é característica exclusiva do populismo. O esvaziamento de significantes é necessário para a construção de qualquer tipo de identidade coletiva — já que a identificação é, em última instância, impossível — na lógica hegemônica. Na verdade, pode-se argumentar que esta seja uma característica de toda a esfera do político, entendido com algum tipo de representação. O populismo é apenas uma das formas que essa pretensão à universalidade pode tomar. Assim, é cabível afirmar que todo discurso político (isto é, que lida com antagonismos) que funda um “outro” relativo ao “nós” apresenta algum grau de populismo. Daí pode-se inferir a razoabilidade de se pretender utilizar dessa categoria como eixo comparativo entre as experiências políticas sobre as quais nos debruçamos.

Para distinguir o discurso populista de outros discursos (presentes, muitas vezes, em uma mesma sentença), cabe avaliar qual o grau de centralidade do povo a quem o discurso se refere. Isso significa um movimento duplo. De um lado, buscar identificar o esvaziamento (ou, em outras palavras, o condensamento de significados) dos significantes associados a esse povo. Do outro, significa inverter a equação e executar o mesmo movimento dos significantes associados ao “outro”. É precisamente esse movimento que se pretende realizar nos casos brasileiro e francês, determinando-se, assim, a pertinência da categoria laclauniana para sua comparação.

2.2.3 Laclau e o caso brasileiro

Para além de fornecer um quadro comparativo básico, a interpretação de Ernesto Laclau pode demonstrar-se útil para a compreensão do fenômeno populista para além dos limites (temporais e geográficos) dentro dos quais foi inscrito pela literatura examinada na seção 2.1. Laclau admite que a emergência dos populismos seja fruto de uma crise das estruturas políticas, como fazem Ianni e Weffort. Sua

abordagem, contudo, abre os caminhos para que pensemos o populismo como possibilidade emergente de crises de representação como um todo.

Em outras palavras, o populismo, sob essas lentes analíticas, certamente foi uma característica dos discursos políticos que prevaleceram entre as décadas de 1930 e 1960 e isso se deu, de fato, pela incapacidade das estruturas políticas vigentes de absorverem de maneira interadministrativa as demandas populares. Não se trata, porém, de uma manifestação específica da conjuntura de transição para a modernidade pela qual a América Latina passou tardiamente. Pelo contrário, a ruptura populista é facilitada por qualquer crise orgânica¹¹ que teste os limites da representação, abrindo o caminho para a dicotomização das identidades políticas e procurando vias extra-democráticas para a afirmação de demandas. Assim encarado, o populismo torna-se interessante ângulo de análise não apenas para os desdobramentos políticos da primeira metade do século XX como também para a compreensão de eventos posteriores.

Convém, aqui, retomar o diálogo com a historiadora e cientista política Angela de Castro Gomes. Como é sabido, Gomes é um dos mais importantes nomes da literatura dedicada ao trabalhismo no Brasil. Diferentemente da literatura nacional sobre o populismo examinada nesse artigo, em vista dos inúmeros avanços conquistados pelas classes trabalhadoras no Brasil a partir da presidência de Getúlio Vargas, ela e os pesquisadores que optam pela utilização do termo “trabalhismo” para designar os projetos políticos enterrados pelo regime militar parecem ler esse momento histórico de maneira mais favorável aos regimes designados como “populistas”. Mesmo o termo “populismo”, segundo essa tradição, serviria para apagar a memória do trabalhismo.

Daniel Aarão Reis Filho (2001) é assertivo quanto à existência de um projeto propriamente político por trás da opção de Weffort e Ianni de utilizarem-se da categoria “populismo”, e omitirem menção ao trabalhismo. De fato, definido em seus

¹¹ Entendida, seguindo Gramsci, no décimo terceiro caderno de seus *Cadernos do Cárcere* (2000), como conjuntura onde há o enfraquecimento geral do sistema relacional que define as identidades em um dado espaço político e social e onde, por consequência, observa-se a proliferação de elementos flutuantes.

aspectos políticos e econômicos como estratégia, estilo ou regime, “populismo” serviu a designar de maneira pejorativa as experiências brasileiras entre os anos 1930 e 1960. Em Ianni, a definição de populismo parece esbarrar com aquela de trabalhismo, sem que o autor se preocupasse em definir com precisão esse segundo termo. O populismo, neste caso, é caracterizado pela substituição de importações, pela caracterização do Brasil como potência autônoma, pela política de massas, pelo dirigismo estatal e pela política externa independente (REIS FILHO, 2001). Já o trabalhismo, doutrina efetivamente reivindicada por líderes como Getúlio Vargas e João Goulart, não é mencionado pelo autor. Embora na obra analisada de Weffort (2003) essas definições não pareçam se sobrepor tão nitidamente, o autor não faz menção à ideologia trabalhista ou examina a distinção entre a fração da classe trabalhadora ligada ao comunismo e aquela próxima da tradição trabalhista.

O que autores como Gomes e Reis Filho parecem sugerir (para além do apagamento deliberado da memória do trabalhismo, por suposto) é que o conceito de populismo — poroso, algo amorfo, elusivo, de difícil e insólita definição nas obras dos autores analisados — é menos preciso para tratar da sequência que se estende de Vargas a Goulart do que “tradição trabalhista”, esta sim concreta e precisamente delineada (e reivindicada) enquanto ideologia e projeto políticos. Trata-se de um programa nacionalista, estatista e popular, definido pela política externa independente, pelo intervencionismo regulador e desenvolvimentista no campo econômico. (REIS FILHO, 2001)

Acreditamos que as duas tradições — que apresentam, sem dúvidas, seus méritos analíticos — possam ter-se confrontado com algo como uma falsa dicotomia. Melhor dizendo, cremos que o debate aqui, transcende o nível categorial: estende-se para o campo metodológico ou, mesmo, epistemológico (e político). Com a literatura laclauiana acima exposta, pode-se sugerir que “populismo” e “trabalhismo” possam ser entendidos como conceitos pertencentes a níveis analíticos distintos.

Weffort (2003) trabalha em uma chave marxista clássica na qual o populismo é um fenômeno ideológico. Isto é, trata-se da expressão ideológica dos interesses

de uma classe particular (ao mesmo tempo, parece transcender a esfera da ideologia ao configurar-se objetivamente como regime e estilo políticos). Aqui, entretanto, uma importante diferença separa este autor de Ernesto Laclau. A ideologia, em *A ideologia alemã* (2010), de Engels e Marx, é entendida como sistema de ideias através da qual indivíduos compreendem o mundo. Opera, para os autores, como uma falsa doutrina subserviente aos interesses da classe dominante, como entreposto que oblitera a apreensão da verdade. Nesse sentido, para a tradição marxista clássica, a ideologia seria responsável pela “falsa consciência” — termo de Lukács (1972) — das classes trabalhadoras que impediria, em última instância, a revolução. É propriamente nesse sentido que o populismo parece ser entendido por Weffort enquanto tradução (2003, p. 37) da ideologia pequeno-burguesa¹². Coagida por ela, a classe trabalhadora não podia reconhecer-se como tal e operar em prol de seus próprios interesses. O autor, como bom marxista, localiza no conflito de classes o fulcro da crise atravessada pelo Brasil à época.

Em Laclau (2013, 2006), entretanto, a questão toma outros contornos. O antagonismo, em oposição às ideias de contradição ou oposição real, pressupõe a heterogeneidade radical, a existência de espaços de representação que não são dialeticamente mediados. Para o autor, a História não é o terreno onde uma história unificada e coerente se desdobra. Se as forças sociais são agregações de uma série de elementos heterogêneos unidos pela articulação política, é claro que essa articulação é constitutiva e basilar, não a expressão de um movimento profundo. Aliás, essa constatação básica está na origem da crise do marxismo, para Laclau (2013): ao perceber, por exemplo, que a base de sustentação de Luís Bonaparte não era dada por uma classe fundamental, mas por grupos sociais heterogêneos. Marx teria, portanto, chegado perto de concluir que a heterogeneidade não é a antítese da unificação política, mas a própria condição dessa unificação.

¹² Note-se que o populismo, aqui, aparece como fenômeno ideológico sem, necessariamente, constituir-se como ideologia em si: o estilo ou Estado populistas são traduções da ideologia pequeno-burguesa. Este ponto distancia o autor de pesquisadores como Angela de Castro Gomes.

Sendo as classes sociais heterogêneas e plurais, não há qualquer razão em particular para que se pense que a localização dos sujeitos nas relações de produção possam ser pontos de antagonismo privilegiados: o capitalismo, em seus rumos, os produz em abundância. É o caso das crises ecológicas ou da exploração imperialista. Para Laclau, a dialética não dá conta do antagonismo:

Afirmar que há antagonismo inerente porque o capitalista extrai mais-valia de seu empregado é claramente insuficiente, porque para haver antagonismo é necessário que o trabalhador *resista* a tal extração. Mas se o trabalhador é conceitualmente definido como “aquele que vende sua força de trabalho”, é claro que eu poderia analisar essa categoria à exaustão e ainda seria incapaz de deduzir logicamente dela a noção de resistência. Essa resistência emergirá — ou não emergirá — apenas em termos da maneira como o próprio trabalhador — não sua determinação conceitual pura — é constituído. Isso significa que o antagonismo não é inerente às relações de produção, mas é estabelecido entre as relações de produção e uma identidade que é externa a elas. *Ergo*, em antagonismos sociais estamos lidando com uma heterogeneidade que não pode ser dialeticamente recuperável. (LACLAU, 2005, p. 149, grifos do autor, tradução nossa)¹³

Ainda, ao se conceber que a ideologia possa implicar em distorções na percepção da classe operária da realidade do mundo, tem-se como consequência necessária a ideia de que há percepções corretas e não distorcidas da condição objetiva dessa classe. Para Laclau, no entanto, essa realidade não existe *a priori*: ela é constituída discursivamente no decorrer do processo de significação e nomeação. A unidade do objeto não possui qualquer base até então: “o nome é o fundamento da coisa” (LACLAU, 2005, p. 109, tradução nossa)¹⁴. Embora não rejeite a categoria “ideologia”, Laclau (2005) a entende como uma metáfora absoluta que

¹³ To assert that there is an inherent antagonism because the capitalist extracts surplus-value from the worker is clearly insufficient, because in order to have antagonism it is necessary that the worker *resists* such extraction. But if the worker is conceptually defined as 'seller of labour-power', it is clear that I can analyse this category as much as I like, and I will still be unable to deduce from it logically the notion of resistance. That resistance will emerge — or not emerge — only in terms of the way the actual worker — not its pure conceptual determination — is constituted. This means that the antagonism is not inherent to the relations of production but it is established between the relations of production and an identity which is external to them. *Ergo*, in social antagonisms we are dealing with a heterogeneity which is not dialectically retrievable.

¹⁴ [...] the name is the ground of the thing

constitui o horizonte da representação possível em um dado contexto e estabelece os limites daquilo que é “dizível”.

Nesse sentido, a alienação, ou “falsa consciência”, para Laclau (2012) não pode ser compreendida como expressão da colonização ideológica de uma classe pela outra. Esse fenômeno corresponderia, sim, às situações em que as interpelações de contradições (sem caráter de classe) das quais o indivíduo faz parte são sujeitas a um princípio articulador de uma classe diferente daquela à qual o indivíduo pertence. Para Laclau, “É possível determinar o pertencimento de classe de um movimento ou ideologia e, ao mesmo tempo, determinar o caráter não classista de algumas das interpelações que o constituem.” (LACLAU, 2012, p. 164, tradução nossa)¹⁵. Dessa forma, o populismo apenas pode ser compreendido como um elemento que não repousa nem no momento em si nem em seu discurso ideológico (que sempre tem um pertencimento de classe), mas nas contradições não classistas articuladas naquele discurso.

Em suma, enquanto Weffort (2003) encara o populismo enquanto fenômeno ideológico ligado à ideologia burguesa, Laclau dificilmente o faria: o populismo, em Laclau, é um modo de constituição do político, pertencendo a uma esfera analítica (se assim pudermos colocá-lo, fazendo uso de uma metáfora) de maior diâmetro. Encontra-se ligado à ideologia apenas na medida em que é esta que expressa os limites daquilo que é passível de tradução discursiva.

O próprio Laclau (2012) teceu críticas ao elemento marxista presente nas interpretações de Ianni e Weffort. Para o autor, essa literatura sofre de um grave reducionismo de classe e considera o populismo como superestrutura necessária de um processo econômico e social, a saber, aquele que se relaciona com a industrialização por substituição de importação. O autor nota, igualmente (de maneira um tanto similar ao que fizeram os autores que reivindicam o trabalhismo examinados anteriormente), que as formas ideológicas pelas quais o populismo se manifesta não se relacionam diretamente a um caráter de classe. Por esse motivo, não podem ser tidas necessariamente como reacionárias, fruto da dominação

¹⁵ it is possible to assert the class belonging of a movement or an ideology and, at the same time, to assert the non-class character of some of the interpellations which constitute it.

burguesa. Se Germani (1971) já notava que certas formas de modernização não são compatíveis e podem, mesmo, reforçar formas tradicionais, Laclau (2012) leva essa conclusão às suas últimas consequências. Admitindo-se a exatidão da premissa de Germani, deve-se concluir que uma sociedade possa possivelmente ser mais tradicional¹⁶ que outra quanto a algumas de suas características, mas mais moderna do ponto de vista de sua estrutura. Assim sendo,

Um elemento estrutural é introduzido na análise, e dele segue-se a necessidade de abandonar a análise de transição em termos de um contínuo de características e atitudes, e confrontá-lo como uma série descontínua de estruturas. (3) Consequentemente, se os elementos considerados isoladamente perdem a significância neles mesmos, uni-los em paradigmas de uma “sociedade tradicional” e uma “sociedade industrial” não faz sentido. (LACLAU, 2012, p. 155 — 156, tradução nossa¹⁷)

Para Laclau, portanto, paradigmas apenas explicam a si mesmos. Sua adoção, por sua vez, teve consequências não desprezíveis para a análise de processos políticos concretos, e foi ela a responsável pelo fato de que o populismo brasileiro tenha sido lido como expressão reacionária da dominação burguesa. No caso do impacto produzido pela vinda dos migrantes, notadamente, o paradigma da modernidade foi responsável pela seguinte leitura: 1) a cooptação das massas rurais recém urbanizadas pelo populismo foi possibilitada por sua falta de experiência política (relativamente aos trabalhadores europeus); 2) enquanto o atraso no desenvolvimento levou essas massas prematuramente à ação política, a ausência de consciência de classe produziu formas desviantes de mobilização (relativamente, novamente, ao caso europeu) e não resultou na organização autônoma da classe como tal.

¹⁶ Laclau (2012) nota, igualmente, que autores da sociologia funcionalista se utilizaram amplamente da dicotomia entre o “moderno” e o “atrasado” sem preocupar-se em definir conceitualmente esse atraso, o que resulta em uma dada frouxidão teórica das propostas para as quais tal dicotomia é central.

¹⁷ a structural element is introduced into the analysis, from it follows a need to abandon the analysis of transition in terms of a continuum of features and attitudes, and to confront it as a discontinuous series of structures. (3) Consequently, if the elements considered in isolation lose significance in them-selves, to unite them in the paradigms of a 'traditional society' and 'industrial society' is meaningless.

É, evidentemente, problemático que, por um lado, se meça o grau de modernidade dessas ideologias de acordo com o paradigma constituído pela experiência dos trabalhadores europeus e, por outro lado, seu grau atraso pelo desvio em relação a esse mesmo paradigma. Trata-se, antes de mais nada, de uma questão de ponto de vista: aquele de quem, com os pés cravados no solo da produção acadêmica europeia, volta os olhos para o continente americano — o que, não raro, pode provocar leituras que, se persuasivas, têm mais a dizer sobre a experiência e as impressões daquele continente do que deste. Foi esse o caso da leitura da sociologia funcionalista sobre as migrações na América Latina.

Confrontados com o fato de que, chegando aos centros urbanos, migrantes se defrontaram com a exploração de classe que os transformou em proletários, além das condições de precariedade dos serviços públicos (razão pela qual entraram com uma conflituosa relação com o Estado), a literatura interpretou que sua reação (a saber, aquela de expressar o antagonismo com a nova sociedade pela afirmação de símbolos, valores e ideologias trazidos de suas sociedades de origem, rurais e atrasadas) foi conservadora. Por trás da aparência tradicionalista, entretanto, repousa um elemento profundamente transformador:

[...] esses “elementos rurais” são simplesmente a matéria bruta a qual a prática ideológica dos novos migrantes transforma para expressar novos antagonismos. Nesse sentido, a resistência de determinados elementos ideológicos a sua articulação no discurso dominante dos setores urbanos mais antigos *pode* expressar exatamente o oposto do tradicionalismo: uma recusa de aceitar a legalidade capitalista que, nesse sentido — refletindo o mais radical dos conflitos de classe — expressa uma atitude mais “avançada” e “moderna” do que o sindicalismo à moda europeia (LACLAU, 2012, p. 157, grifo do autor, tradução nossa)¹⁸

A conclusão do autor é que o significado de elementos ideológicos associados ao populismo devem ser buscados nas estruturas de significado mais

¹⁸ [...] these 'rural elements' are simply the raw materials which the ideological practice of the new migrants transforms in order to express new antagonisms. In this sense, the resistance of certain ideological elements to their articulation in the dominant discourse of older urban sectors *can* express exactly the opposite of traditionalism: a refusal to accept capitalist legality which in this sense -reflecting the most radical of class conflicts — expresses a more 'advanced' and 'modern' attitude than European-style trade unionism.

amplas das quais esses elementos não são senão momentos, não nos paradigmas ideais — e eurocentrados. (LACLAU, 2012).

Algo, entretanto, vale ser notado. Embora não pudessem dar-se conta desse fato, pesquisadores marxistas, ao relutar em definir o populismo enquanto ideologia política específica (como “trabalhismo” o é para a literatura referente), encontravam um ponto de interseção com Laclau. Da percepção do populismo como algo mais amplo que a ideologia pode ter derivado mesmo a dificuldade de defini-lo com maior acurácia — algo que se torna evidente ao avaliarmos as mudanças de posição quanto ao tema pelas quais passaram Ianni e Weffort ao longo de suas carreiras¹⁹. Além disso, constataram, habilmente, que o populismo parecia se tratar de uma forma política que se propagava com facilidade em períodos de crise política e hegemônica — aqueles períodos em que, para Laclau, o caráter flutuante dos significantes se torna mais acentuado e o sistema simbólico parece precisar de uma reformulação radical.

À luz de Laclau, sugerimos que os líderes trabalhistas das décadas de 1940 e 1950 certamente mobilizaram o discurso populista. O trabalhismo, entretanto, pode ser (acreditamos, de maneira profícua) compreendido como uma determinada manifestação possível do fenômeno populista em certa circunstância histórica. Insere-se no quadro populista mais amplamente definido — nos moldes de Laclau. Com este movimento retém-se parte considerável dos ganhos analíticos das tradições do marxismo e do trabalhismo brasileiros.

A abordagem laclauniana é capaz de conservar a especificidade ideológica de Vargas ou Goulart, apontada e trabalhada em minúcia pela literatura trabalhista. É, ao mesmo tempo, capaz de sustentar importantes *insights* da tradição marxista exposta, dentre os quais destacamos a emergência do populismo como fruto de crise hegemônica e da incapacidade de vazão das estruturas políticas em relação às pressões populares.

Compreendido de maneira verdadeiramente mínima e formal, o populismo transcende circunstâncias e ideologias. Pode apresentar-se tanto à direita como à

¹⁹ Para maior detalhamento do percurso intelectual de Weffort, ver Mussi e Kaysel (2020).

esquerda, de um ou outro lado do Equador, neste século ou no passado, e não foi enterrado pelo golpe de 1964. Na verdade, emerge esporadicamente, no Brasil e alhures, embalado por correntes de crise. Não coincidentemente, deparamo-nos, contemporaneamente e por todo o globo, com o que parece ser mais uma de suas emergências à superfície.

O ângulo de pesquisa dominante na literatura brasileira até o presente, entretanto, torna difícil o estudo de nosso populismo tal qual ele se apresenta hoje. Confinada por seu classismo, por sua circunscrição histórica e geográfica e por seu ponto de vista essencialmente modernizante e europeu, a abordagem tradicional dos estudos do populismo no Brasil e na América Latina parece não dar conta dos eventos que se desdobraram a partir da segunda metade do século XX. Por essa razão, consideramos pertinente trazer um ponto de vista genuinamente latino-americano e contemporâneo, representado pelo pensamento de Ernesto Laclau, para a pesquisa. Nosso trabalho consiste em um esforço para que se traga uma abordagem ainda marginal para o interior da academia brasileira, aliando considerações teóricas com pesquisas empíricas. Ao mesmo tempo, pretende-se contribuir para a literatura especializada internacional sobre o populismo, uma vez que a experiência e a bagagem (teórica e analítica) advindas da América Latina são frequentemente obliteradas por uma literatura europeia que insiste em despir o populismo de sua historicidade.

2.2.4 Europa: nacionalismo e populismo

A abordagem de Laclau parece apresentar também ganhos analíticos quando direcionada à íntima relação entre populismo e nacionalismo que por vezes resulta em indiferenciações, cujo impacto não deve ser subestimado. Parece claro que esses dois elementos são atribuídos frequentemente aos mesmos indivíduos ou movimentos. Nacionalistas e populistas dirigem-se a um “povo”, pregam a união frente aos inimigos, e líderes tidos como populistas (utilize-se ou não da definição de

Laclau) tornam-se frequentemente notórios por suas políticas xenofóbicas e discursos ufanistas.

Os fatos de que o Estado-nação seja o contexto do debate democrático e da representação e que partidos populistas normalmente se apresentem no nível nacional são fatores que podem igualmente contribuir para a confusão prevalente entre as ideias de populismo e nacionalismo, com ressaltam De Cleen e Stavrakakis (2017). Especialmente na literatura europeia esta confusão parece prevalecer. No continente, o populismo foi reduzido à experiência própria, isto é, aos partidos de direita xenofóbica. Reduziu-se, assim, a aplicabilidade do conceito a outras formas de populismo, cuja concepção de povo seja distinta daquela marcada pelo Estado-nação. Os autores ressaltam que essa confusão oblitera a visão da dimensão propriamente populista (e, não, nacionalista) do populismo. Essa literatura aceita a associação entre “povo” e “nação” sem considerar que isso pode ser um resultado do condicionamento do campo simbólico pelo domínio do Estado-nação, sempre presente como plano de fundo dos fenômenos sociais. A separação das duas dimensões pode contribuir para uma conceptualização mais fina de um e outro conceito, bem como a avaliação mais precisa do caráter democrático das manifestações populistas. (DE CLEEN; STAVRAKAKIS, 2017)

Para os autores, portanto, deve-se abandonar perspectivas que concebem populismo e nacionalismo como projetos políticos que representam categorias político-sociais pré-existentes. Uma abordagem discursiva da questão permitiria encarar populismo e nacionalismo como elementos profundamente envolvidos na construção das categorias que afirmam representar. Nossa atenção, assim, é direcionada para as formas como se constituem as identidades no discurso político. (DE CLEEN; STAVRAKAKIS, 2017).

Sob as lentes da teoria do discurso somos capazes de encarar o nacionalismo como algo pertencente a um nível analítico similar àquele do populismo tal qual definido por Laclau. O nacionalismo é um discurso que representa o mundo como sendo constituído por diferentes nações, pautado pela relação de pertencimento (mais ou menos rígida, de acordo com o caso) ou não pertencimento a cada uma

delas. Essas nações, por sua vez, são construídas como uma comunidade orgânica e soberana (no sentido de sua autonomia decisória) da qual todos os membros são considerados parte e a partir da qual o Estado legitima-se.

Não é, portanto, o Estado que orienta o discurso nacionalista, mas a nação:

alegitimidade do Estado depende de sua representação da nação soberana. [...] Tempo compartilhado (um passado, presente e futuro compartilhados) e espaço (um território compartilhado com fronteiras e características distintas) — bem como a linguagem compartilhada, costumes e assim por diante — servem para diferenciar aqueles que estão dentro e aqueles que estão fora do grupo, para obscurecer a contingência (histórica) da nação, bem como fornecer legitimidade à soberania da nação sobre um território (DE CLEEN; STAVRAKAKIS, 2017, p. 310, tradução nossa)²⁰

Populistas e nacionalistas operam de maneira distinta. Como aponta Stavrakakis (2017), quando nacionalistas se referem ao povo, esse significante encontra-se na periferia da cadeia de significação ou remete à “raça”, “nação”, noções que funcionam, no discurso nacionalista, como pontos de referência originais e míticos que tentam fixar permanentemente o significado; isto é, operam como pontos nodais em torno dos quais articulam-se outros significantes:

Nesse sentido, enquanto discursos populistas (predominantemente inclusivos) podem potencialmente expandir as significações associadas com “o povo” — mesmo incluindo imigrantes —, os usos nacionalistas (predominantemente exclusivos) de “o povo” tentam prender e limitar sua fluidez. (STAVRAKAKIS, p.8, 2017, tradução nossa)²¹.

Assim, seguindo-se a teoria do discurso, a nação pode ser vista como “uma comunidade soberana limitada que existe através do tempo e é ligada a um determinado espaço, e que é construída por meio de uma oposição dentro/fora entre a nação e seus grupos externos” (DE CLEEN; STAVRAKAKIS, p. 318, 2017,

²⁰ the state’s legitimacy depends on its representation of the sovereign nation (see Jenkins and Sofos 1996). Shared time (a shared past, present and future) and space (a shared territory with borders and distinct characteristics)—as well as the shared language, customs and so forth that follow from this—serve to differentiate in-group from out-group, to obscure the (historical) contingency of the nation, as well as to provide legitimacy for the nation’s sovereignty over a territory

²¹ In this sense, whereas (predominantly inclusionary) populist discourses potentially expand the chain of significations associated with “the people” — even including immigrants — (predominantly exclusionary) nationalist uses of “the people” attempt to arrest and limit this fluidity

tradução nossa)²². Nessa construção, são os significantes esvaziados associados à nação que assumem a centralidade da cadeia de equivalências.

A definição, evidentemente, remete ao clássico trabalho de Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas* (2008). Na obra, Anderson busca identificar os processos por meio dos quais se formaram e transformaram a nação moderna e o nacionalismo contemporâneo ao longo de, pelo menos, dois séculos de história, em uma lógica que sobrepôs o nacionalismo “popular” àquele que figurava como política de governo. O nacionalismo oficial — isto é, aquele que emanava de cima para baixo, servindo aos interesses estatais — constituiu-se como política deliberada de autodefesa daqueles que ocupavam postos de privilégio no antigo sistema dinástico e imperial europeu (já decadente no século XIX) frente a um segundo movimento: aquele de um nacionalismo linguístico e popular, constituído paulatinamente pelas peregrinações e, posteriormente, pela expansão do capitalismo editorial. Os laços existentes entre a aristocracia europeia, que se ligava por relações familiares (envolvendo matrimônios e heranças vultosas), eram concretos. Já as comunidades linguísticas eram, essencialmente, imaginadas. Foi precisamente pela necessidade de conter a formação de comunidades linguísticas que poderiam abalar o prestígio e poder das antigas aristocracias que as forças dinásticas conservadoras buscaram, por meio do nacionalismo oficial, “esticar a pele curta e apertada da nação sobre o corpo gigantesco do império” (ANDERSON, 2008, p. 131).

No entanto, como ressalta Laclau (2003), ao comentar o trabalho de Anderson

²² a limited and sovereign community that exists through time and is tied to a certain space, and that is constructed through an in/out opposition between the nation and its out-groups

Porque a cadeia de equivalências constituindo a comunidade imaginada pode avançar em muitas direções, eu não acho que as “imagens” que estabilizam essas cadeias sejam necessariamente ligadas à construção de espaços “nacionais”. A experiência do mundo contemporâneo certamente não mostra a generalização de qualquer tipo de universalismo, mas não mostra tampouco qualquer padrão uniforme que leve ao estabelecimento da comunidade nacional como o quadro dominante da vida coletiva. (LACLAU, 2003, p. 27, tradução nossa)²³

Para entender a produção de significado por um discurso é preciso atentar à centralidade dos elementos, a quais elementos estão combinados e, sobretudo, como se dá a articulação entre esses elementos.

Para fazê-lo, De Cleen e Stavrakakis propõem uma metáfora espacial da estrutura de significado que nos permitiria entender a articulação entre populismo e nacionalismo em um mesmo discurso. Enquanto o nacionalismo se articula em termos de dentro/fora, o populismo se articula em termos de alto/baixo, referindo-se a posições ou *status* hierárquicos. Nesse sentido, enquanto o nacionalismo contrapõe o povo nacional aos outros povos, o populismo contrapõe o povo-oprimido ao “outro”, polo de poder.

Populismo e nacionalismo são, portanto, formas discursivas diferentes, que articulam significantes por vezes diferentes em torno de dicotomias também diferentes. Isso não significa que a literatura que aproxima essas duas formas esteja completamente equivocada ao fazê-lo. De fato, parece que, em muitos casos, populismo e nacionalismos estão articulados — em termos da teoria do discurso — em um mesmo discurso político. Quando isso acontece, os elementos desses discursos adquirem significados outros. Isso explica por que, quando diferentes sujeitos os articulam, os resultados podem ser dramaticamente diferentes. O resultado da equação dependerá da localização do discurso nos eixos dentro/fora e alto/baixo.

²³ Because the chain of equivalences constituting the imagined community can advance in many directions, I do not think that the “images” which will stabilise those chains are necessarily attached to the construction of “national” spaces. The experience of the contemporary world certainly does not show the generalisation of any kind of universalism, but it does not show either any uniform pattern leading to the establishment of the national community as the dominant framework of collective life.

O que De Cleen e Stavrakakis propõem é um quadro teórico (e uma metáfora espacial) em que a separação entre populismo e nacionalismo é clara, para que seja possível estudar como opera essa articulação. Identificando-se os pontos nodais e a estrutura espacial, pode-se elucidar a natureza da relação entre nacionalismo e populismo em cada discurso.

Partindo desse marco, no próximo capítulo, examinaremos a estrutura espacial em que se enquadra o discurso de Marine Le Pen. Antes, contudo, faz-se necessário, em guisa de conclusão de nosso capítulo introdutório, ocuparmo-nos do significado da “direita”. Dessa forma, estarão dadas as bases conceituais sobre as quais se erguerá a análise de discurso. Concluído este capítulo, esperamos que ao menos três noções básicas estejam claras: a de populismo, a de nacionalismo e a de direita.

2.3 Em busca da direita

Nas seções anteriores dedicamo-nos a precisar nossa compreensão de “populismo”. Fizemo-lo buscando verificar se a categoria “populismo de direita” possibilita a compreensão e a aproximação dos fenômenos políticos francês e brasileiro da contemporaneidade. Antes de seguirmos para a análise de nossos casos empíricos, entretanto, é preciso que nos detenhamos sobre a conceptualização de direita. Como vimos, a tendência dominante na pesquisa acadêmica e jornalística é de tomar como dada a definição de populismo. Não é diferente com aquela de “direita”. Uma vez que aspiramos ao refinamento teórico, entretanto, é necessário clarificar nosso entendimento desta, ao menos para os propósitos de nosso trabalho.

Como vimos, a categoria “populismo” pode ser tida como uma das mais contestadas e debatidas entre especialistas da ciência política. É curioso, entretanto, que os termos “direita” e “esquerda” sejam usados de maneira praticamente indiscriminada, sem que seja suscitado o debate sobre a definição desses termos, que parecem razoavelmente genéricos e abrangentes. Por um lado, pode parecer

que a definição de direita e esquerda seja óbvia em termos empíricos; por outro, é possível que observadores tenham dado o assunto por esgotado com a conversão do livreto de Norberto Bobbio, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (2011), em um clássico contemporâneo de maneira praticamente instantânea. A avidez com que o livro foi recebido pelo público (sobretudo italiano), entretanto, pode ser indicativa de que as definições de direita e esquerda podem não ser tão claras quanto o uso constante desses termos pode sugerir.

Mirando no eleitorado italiano muito mais que no público acadêmico, é natural que Bobbio tenha buscado simplificar ao máximo uma discussão assaz complexa. Procuremos resumir sucintamente as conclusões do autor sobre o tema. De um lado, se reconhece que “direita” e “esquerda” não são conceitos absolutos, ou qualidades intrínsecas ao universo político, Bobbio afirma que o critério mais frequente adotado para distinguir a direita da esquerda é a posição divergente quanto ao ideal de igualdade. Em suas palavras,

[...] pretendo simplesmente reafirmar minha tese de que o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de “esquerda”, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais. (BOBBIO, 2011, p. 125)

O igualitário, nesse sentido, é aquele que acredita que a maior parte das desigualdades são sociais e, portanto, elimináveis. O “inigualitário” (BOBBIO, 2011, p. 120), por sua vez, é aquele que crê que as desigualdades são naturais e não podem ser eliminadas. Uma das mais convincentes provas históricas da validade da “tese da igualdade”, afirma, seria o fato de que um dos temas principais das esquerdas históricas tem sido o fim da propriedade privada dos meios de produção, considerada um dos maiores obstáculos à igualdade. (BOBBIO, 2011, p. 135)

Essa tese tem sido recuperada à exaustão quando se trata do debate sobre a diferenciação entre direita e esquerda. Aqui, entretanto, pretende-se questioná-la. Não o fazemos sem fortes razões. Na coletânea *Realms of Memory* (1996), de

Pierre Nora, pode-se encontrar um dos mais férteis escritos sobre a distinção entre direita e esquerda, redigido pelo historiador, filósofo e sociólogo francês Marcel Gauchet. O empreendimento intelectual de Gauchet é distinto daquele de Bobbio. Como historiador, preocupou-se em reconstituir os caminhos percorridos pelos vocábulos “direita” e “esquerda” (no sentido político, é evidente) desde sua emergência no contexto da Revolução Francesa.

A princípio, esclarece o autor, os termos se associavam aos trâmites internos do parlamento. Não pautavam e não se relacionavam com a opinião pública, cuja preferência, em termos de identificação política, era por expressões mais bem consolidadas (e até mesmo folclóricas), como “vermelhos” e “brancos”. O advento do sufrágio universal (masculino), entretanto, fundou uma nova necessidade de identificação política. Os termos “direita” e “esquerda” voltaram à circulação na segunda metade do século XIX, embalados pela liberalização do Segundo Império, as eleições de 1869, a queda da Comuna de Paris e, finalmente, a República de 1875. Por fim, o *Affaire Dreyfus*²⁴ solidificou a ideia de que havia “duas França”, que se confrontavam nas questões mais elementares: verdade, justiça, religião, nação e revolução.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o papel dos termos já estava consolidado — do lado do eleitorado muito mais do que de seus representantes. Essa mudança reflete o advento da democracia moderna e suas implicações no âmbito da representação. Muito mais do que a disputa entre partidos divergentes, a democracia moderna consiste, sobretudo, na representação pacificadora das relações de força existentes (GAUCHET, 1996). Assim, “a sutileza única de esquerda e direita em caracterizar posições relativas foi um casamento entre a

²⁴ O caso Dreyfus (*l'affaire Dreyfus*) foi um assunto de Estado que se transformou no maior conflito social e político da Terceira República. Teve início em 1894 quando o capitão Alfred Dreyfus, um judeu de origem alsaciana, foi condenado pela justiça por haver supostamente fornecido documentos secretos aos alemães no contexto da anexação da Alsácia e da Mosela. A fragilidade das provas contra o capitão, entretanto, resultou em uma ampla campanha a favor de sua libertação, da qual participaram intelectuais como Georges Clemenceau e Émile Zola, e na consequente divisão da sociedade francesa. O estado de discórdia que se prolongou por mais de uma década: de um lado, os *dreyfusards*, que defendiam sua inocência, do outro, os *antidreyfusards*. A condenação de Alfred Dreyfus demonstrou-se um erro judiciário, ou mesmo um complô judiciário, que se desdobrou em um contexto particularmente propício ao antissemitismo, que escalava rapidamente na França.

simplificação radical e a possibilidade de uma nuance ampliada” (GAUCHET, 1996, p. 264).

A adoção dessa linguagem solucionava três problemas simultaneamente: como lidar com mudanças no próprio terreno do confronto emergente da criação de novos e variados partidos políticos; como lidar com contradições, dadas as diferenças existentes não apenas entre os campos políticos mas no interior de cada um deles; e como lidar com a intercambialidade entre ator e observador, quando a representação se mostrava como a materialização das divisões sociais. Por outro lado, fez também com que o par fosse ressignificado, perdendo totalmente sua relação com a divisão geográfica parlamentar. Na mesma época, a significação de outros termos (como “republicano” ou “nacionalista”) também passou por mutações notáveis, e o vácuo resultante na esfera das representações foi preenchido pela oposição entre “direita” e “esquerda”. (GAUCHET, 1996)

Sua força vinha precisamente do fato de que os termos se demonstraram capazes de restaurar uma identidade estável no confronto — às custas de sua própria relativização. O poder dessas designações, afirma Gauchet, vem precisamente de sua abertura infinita, cujos significados poderiam ser sempre ampliados ou modificados. Em sua abstração, direita e esquerda funcionavam como noções de memória que permitiam a manutenção da continuidade histórica: permitiram com que as pessoas encarassem o conflito político como conflito político, qualquer que fosse sua forma de manifestação. Dos girondinos contra os montanhistas, dos nacionalistas contra os socialistas, dos liberais contra os monarquistas — as pessoas passavam a entender que a história sempre foi a mesma, uma do conflito. (GAUCHET, 1996)

Essa constatação representava uma mudança fundamental na maneira de se compreender a política e a sociedade. Se, por séculos, esta última foi encarada sob o signo da unidade, representada figurativamente pela ideia de “corpo” social, a adoção dos termos “direita” e “esquerda” como referências fundamentais da identificação política trouxe o dissenso para o interior da concepção de sociedade. A ideia de uma sociedade que, ao contrário de um corpo, não apresentava perfeita

unidade e coesão representava um desafio para ideólogos da direita, que consideravam a divisão como nociva, artificial e contrária à busca pela harmonia. Já à esquerda consolidava-se o entendimento de que a divisão e o conflito poderiam ser propulsores de um futuro de concórdia.

Estas não são características intrínsecas a um ou outro lado (como, note-se, não poderiam ser as concepções em torno da igualdade ou da desigualdade), mas o produto de um momento histórico específico, quando a ideia liberal do processo representativo dava lugar a nossa democracia de partidos e conflitos. Curiosamente, com o aproximar da Segunda Guerra, mesmo que o par fosse rejeitado tanto pelos comunistas (que acreditavam que uma divisão entre direita e esquerda camuflaria a verdadeira divisão, isto é, a de classes) quanto pelos fascistas (cujas preocupações giravam em torno de ideias de nação, harmonia e união, e os quais se afirmavam “nem de direita, nem de esquerda”), nos momentos de maior tensão ela não foi enquadrada em termos de uma disputa entre o fascismo e o comunismo, mas de uma entre a direita e a esquerda. (GAUCHET, 1996)

A situação histórica revitalizou a lógica estrutural básica que leva à adoção de “direita” e “esquerda” como termos básicos de identificação: quando a bipolaridade é intensa, não pode ser contida dentro de um sistema bipartidário, de maneira tal que as facções tendem a se multiplicar em vez de se reunirem. Nesse caso, argumenta Gauchet, a tendência é que se formem núcleos de opinião que se dividem de forma tripartite, na forma de uma direita, uma esquerda e um centro que, por sua vez, estão eles mesmos divididos: as tendências radicais fazem com que a esquerda e a direita possam se dividir cada uma em dois, ao mesmo tempo em que a presença dos polos direito e esquerdo favorece a divisão do centro em centro-esquerda e centro-direita²⁵. O que se observava, em termos práticos, era que tanto um quanto outro campo encontravam-se tão divididos internamente que só podiam ser unidos metafisicamente, e nenhum partido se encontrava em posição de impor seu nome ou marca sobre os demais. (GAUCHET, 1996)

²⁵ A tendência tripartite da opinião política também é destacada por Bobbio (2011).

O autor conclui, portanto, que o maniqueísmo não ocorre em sistemas bipartidários, onde o centro é o maior campo de batalha. Ele tem lugar em locais que, como a França, são permeados por uma ampla variedade de opiniões e partidos políticos. Assim, o que persiste historicamente é a própria estrutura que acabamos de apresentar, que impõe insistentemente divisões tripartites na política, e não o conteúdo das reivindicações, que é relativamente indeterminado. A esquerda, se teve sua origem nos direitos dos indivíduos, foi forçada a se confrontar com a questão da primazia do social. A direita, por sua vez, se tem suas raízes no desejo de se preservar a autoridade e o corpo social uno, acabou sendo permeada pela lógica empreendedora e forçada a reconhecer as demandas de atores econômicos. (GAUCHET, 1996)

Direita e esquerda têm hoje, portanto, uma vida totalmente independente da matriz na qual se originaram. Transcenderam os conteúdos específicos do contexto revolucionário e a própria França para se tornarem categorias universais precisamente por sua abertura, que dá conta da diversidade e multiplicidade da política contemporânea e permite com que atores possam se identificar fisicamente com o grupo ao qual aderem. (GAUCHET, 1996)

Na França, o que se pode hoje observar é uma dissociação das direitas. Se os temas contumazes do conservadorismo foram abandonados em prol da agenda neoliberal (e europeia) que tomou fôlego nas últimas décadas do século XX, a extrema-direita atual tem buscado resgatá-los, sob forma de protesto. Cindida, a direita apresenta duas faces: uma, liberal, a outra, conservadora. As opiniões dividem-se de maneira tal que, para Gauchet, “[...] o ponto de equilíbrio entre elas, quer tenha a cara do conservadorismo liberal ou do liberalismo conservador, vai ser cada vez mais difícil de ser sustentado” (GAUCHET, 2016, p. 40, tradução nossa)²⁶. Do lado conservador, vale notar, observou-se a consolidação de um conservadorismo de novo tipo, um que se inspira nas mudanças trazidas pelo neoliberalismo e a globalização. Perturbado pelas consequências econômicas e identitárias, sobretudo pelos fluxos migratórios intensificados, o neoconservadorismo

²⁶ [...] le point d'équilibre politique entre elles, qu'il ait le visage d'un conservatisme libéral ou d'un libéralisme conservateur, va être de plus en plus difficile à tenir.

reformula componentes tradicionais para agregá-los às demandas geradas por essa configuração inédita. Fazendo-o, busca exercer atração sobre as classes populares cuja tendência em relação a uma direita preocupada com interesses econômicos de grande porte é de afastamento.

De seu lado, a esquerda também se submeteu a importantes transformações cujo resultado parece ter sido, similarmente, o afastamento de uma parte de seu público alvo, isto é, classes à margem do capitalismo. A primazia do neoliberalismo e o colapso do socialismo de Estado parecem ter deslocado o eixo que, durante o século passado, separava a direita da esquerda. Pouco a pouco, a esquerda, em sua maioria, abandonou ideais revolucionários mais ambiciosos e reconverteu-se na parte defensora dos direitos — onde podemos destacar a importância da pauta antirracista, por exemplo. Enquanto parte da direita e da esquerda convergem no terreno do liberalismo, deixam campo livre para uma nova direita neoconservadora que insiste sobre temas de união e se coloca como alternativa ao *establishment*, constituído tanto pela direita quanto pela esquerda de governo. Ou, ao menos, este é o caso da França.

A esta altura, deve estar suficientemente claro o campo ao qual Marine Le Pen pertence. Uma objeção fácil, entretanto, é que o caso brasileiro não parece se enquadrar nos mesmos termos. Jair Bolsonaro, se a princípio não demonstrava particular inclinação ao liberalismo econômico, aproximou-se progressivamente dos postulados do neoliberalismo, como veremos no capítulo 4.

À luz dos autores que serviram de base para essa seção, entretanto, parece tornar-se crescentemente claro que o fato de que aquilo que chamamos de direita no Brasil e na França possam apresentar conteúdos destoantes — principalmente no que diz respeito à posição que ocupa a agenda neoliberal em seu interior — não deve ser suficiente para que possamos descartar Bolsonaro ou Le Pen como líderes da direita (a despeito de que esta primeira negue insistentemente pertencer à direita, à moda dos fascistas franceses do século passado).

À guisa de conclusão dessa seção, devemos enfatizar que é natural que o conteúdo das direitas, através do tempo e do espaço, seja divergente. Na verdade

— e esta é a grande contribuição de Gauchet para nossa discussão, mesmo que o autor tenha se dedicado exclusivamente ao estudo do caso francês — pouco interessa a nós a busca por similaridades de conteúdo, tanto entre Marine Le Pen e alguma espécie de ideal de direita (que poderia, por exemplo, incluir determinadas inclinações econômicas) quanto entre o conteúdo das propostas de Le Pen e Bolsonaro. O que deve nos interessar é o posicionamento de cada um dos líderes no contexto do embate de forças no interior de seus Estados. É a partir do respectivo contexto nacional que seremos capazes de inferir o posicionamento de um e outro no espectro da representação política.

Nesse sentido, a própria polarização promovida pelo populismo, como abordada anteriormente, não deixa dúvidas: em um como em outro caso, a política se conforma discursivamente em dois polos. O termo “direita” torna possível conferir identidade estável ao confronto político que se vem se desdobrando ao longo dos séculos, é o que permite apreender a historicidade e a continuidade do conflito político, é o que permite compreender a ascensão de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro dentro de um continuum histórico de antagonismo. É precisamente esse *continuum* histórico que pretendemos resgatar ao longo dos próximos capítulos.

2.4 Uma nota acerca da análise de discurso e da História

O historiador Pierre Rosanvallon (2010) nota que a história deve ser concebida não apenas como a iluminação do pano de fundo do tempo presente mas, sim, como seu laboratório em atividade. Com isso, pretendia afirmar que as mais urgentes e importantes questões de nosso presente apenas podem ser plenamente compreendidas à luz de seu passado — ou, melhor, de sua gênese: “É desse diálogo permanente entre o passado e o presente que o processo instituinte das sociedades pode se tornar legível” (ROSANVALLON, 2010, p. 77). Pela investigação histórica, pretende-se restituir a “espessura e a densidade” das contradições que modulam o político. A história, enquanto ferramenta, ajuda a

explorar aquilo que o autor denomina de “ângulo morto” das ciências sociais, ao mesmo tempo em que se nutre dos aportes fornecidos por estas.

É partindo do poderoso *insight* de Rosanvallon, sobre a importante relação que pode haver entre as ciências sociais e a história, que damos início ao escrutínio do Rassemblement National. Pretende-se expor a evolução de suas ideias e sua penetração na sociedade francesa ao longo de seus quase cinquenta anos de existência.

A partir das considerações de Laclau, buscaremos, em seguida, fazer da análise de discurso nossa ferramenta, a partir da qual pretende-se examinar o ângulo do populismo em Le Pen. Se os discursos são os principais recursos com os quais se legitima e naturaliza a realidade, a análise de discurso é precisamente o que permite desnaturalizá-la. Nesse movimento, demonstra-se aquilo que ela carrega de histórico e contingente. É por esta razão que a abordagem histórica se faz tão necessária: uma abordagem discursiva do sentido significa compreendê-lo não como fruto da vontade individual do sujeito (racional e consciente) que o enuncia, mas de seu contexto. Significa compreender o enunciado enquanto elo em sua cadeia discursiva, de modo que o enfoque se desloque para a própria cadeia (DVOSKIN, 2017).

A análise do discurso é, necessariamente, interdisciplinar. Envolve, de um lado, um quadro teórico que permita analisar a realidade social na qual se produzem os discursos. Por outro, enraíza-se na linguística: o entendimento da linguagem como uma sistema próprio, correlato, mas que não é determinado pela relação que detém com aquilo a qual se refere, é tributário do legado de Ferdinand Saussure. Saussure propôs a distinção de dois níveis da língua: *langue* (a estrutura da linguagem, imodificável) e *parole* (ancorada na *langue*, refere-se à maneira como as pessoas combinam os signos em suas falas). O primeiro deles, isto é, o nível da estrutura, goza de um lugar privilegiado na tradição saussuriana e tornou-se o objeto principal da linguística, enquanto o segundo, o nível do uso corrente, tem sido frequentemente tido como aleatório demais para estudo científico (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002).

Os pós-estruturalistas — seguindo, em grande parte, algumas das linhas traçadas por Michel Foucault, como é o caso de Laclau e Mouffe — firmaram-se sobre a ideia de que a linguagem é um sistema próprio onde a relação entre signo e significante não é dada pela realidade mas, sim, pelas relações que esses signos detêm entre si. Entretanto, rejeitam a ideia de que a linguagem possa ser uma estrutura estática e totalizante de dois níveis evidentemente distintos. Se a estrutura, por um lado, pode existir, ela própria deve ser dinâmica. Nesse sentido, não há apenas um único sistema de significado, mas vários; ou seja, discursos, através dos quais modificam-se os significados. A significação, entendida como um processo social de negociação e conflito, é a fixação de um sentido, como se uma estrutura saussuriana existisse. A análise de discurso é o campo onde se busca mapear os turbulentos processos pelos quais a significação — e a normalização, a hegemonização — ocorre. É a desconstrução a operação que revela que uma relação hegemônica é contingente. Este é precisamente o objetivo da análise de discurso: desconstrução, a contextualização no processo político e histórico das estruturas naturalizadas (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002).

Isto posto, é notório que, a despeito do lugar que ocupa a linguística nos trabalhos de Laclau e Mouffe, os autores não empreendem expressivas análises de material empírico, concentrando-se em desenvolver sua teoria. Suas categorias teóricas podem, no entanto, converter-se em ferramentas de análise de discurso. Pontos nodais, mitos, cadeias de equivalência, formações grupais, significantes flutuantes, hegemonia, antagonismo, entre outros, podem ajudar a observar como se organizam os discursos, as identidades e o espaço social:

Quando significantes-chave são identificados no material empírico específico, a investigação pode começar com como discurso, identidade e o espaço social, respectivamente, estão organizados discursivamente. Isso é feito investigando-se como os significantes-chave se combinam com outros signos. (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002, p. 50, tradução nossa)²⁷

²⁷ When key signifiers are identified in specific empirical material, the investigation can begin of how discourses, identity and the social space respectively are organised discursively. This is done by investigating how the key signifiers are combined with other signs.

O pesquisador deve buscar identificar os significados que os signos adquirem e quais significados excluem por meio de seu posicionamento. Deve identificar onde os discursos operam lado a lado em harmonia e seus pontos de antagonismo. Qual sua relação com a ordem estabelecida. Quais intervenções hegemônicas se operam para superar o conflito. (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002)

Como ponto de partida para resolver essas questões, sugerem Jørgensen e Phillips, os pontos nodais dos discursos específicos devem ser identificados, bem como sua relação com outros signos no discurso. É, então, possível identificar as batalhas pela fixação de significados e começar a mapear a estruturação (parcial) de determinados domínios discursivos por discursos específicos.

Essa abordagem, assentada no quadro teórico de Laclau e Mouffe, entretanto, pode ser enriquecida pelas ferramentas teóricas desenvolvidas por outras correntes da análise de discurso. Tomaremos emprestadas de Fairclough (1992) algumas delas que podem, sem danos para uma ou outra tradição, ser empregadas na análise textual empírica orientada pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe. (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002)

Para Fairclough (1992), não há um conjunto de procedimentos padrão definido para a análise de discurso. O pesquisador pode ter distintas abordagens a depender da natureza do projeto e de sua própria visão sobre o discurso. Além disso, cada analista possui a própria bagagem analítica que vai além das ferramentas linguísticas propriamente ditas: a análise de discurso deve ser, antes de mais nada, interdisciplinar. O processo e o resultado dependem, portanto, da bagagem interdisciplinar daquele que se dispõe à empreitada. As próprias questões que a análise de discurso busca responder devem ser definidas no exterior da própria análise. É por essa razão, e buscando inserir Marine Le Pen no quadro mais geral do discurso nacionalista do *Rassemblement National*, que o próximo capítulo se inicia com o histórico do partido. Em um processo genealógico, esperamos que a história possa se prestar não apenas a iluminar a situação contemporânea, mas demonstrar-se, como preconizava Rosanvallon, seu laboratório em atividade.

3. O CASO LE PEN

Este capítulo é composto por duas seções. Na primeira, buscaremos pintar um retrato — ainda que um tanto impressionista — do Rassemblement National (RN), sobre o pano de fundo da história. Não se trata, em absoluto, de estabelecer as origens do Rassemblement National: seria impossível fazê-lo. A história do Rassemblement o antecede em séculos. Passa pela constituição de uma direita francesa, pela colonização e pelo colaboracionismo, para citar apenas alguns dos eventos mais marcantes. O Rassemblement não tem essência ou, se a tem, foi constituída, para citar Michel Foucault, “peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (FOUCAULT, 1998, p. 13) e por figuras que lhe eram interiores, como seu polêmico ex-presidente, Jean-Marie Le Pen, cujo flerte com o negacionismo e o antissemitismo transformou-o em *persona non grata* no seio do próprio partido, culminando em sua expulsão pela filha no ano de 2015. A tarefa é de demonstrar o que há de contínuo e descontínuo, o que há de acidental e contingente no passado do partido; é restituir sua proveniência, isto é, o conjunto de acontecimentos por meio dos quais ele se formou e se transformou e que, muito antes de ser herança que se solidifica, é um conjunto de camadas heterogêneas e fissuras que tornam instável o próprio herdeiro. Ou herdeira. (FOUCAULT, 1998).

3.1 Nada de novo no Front

Na década de 1960, o hiato de uma década vivido pela extrema direita francesa após o fim da Segunda Guerra Mundial parecia dar sinais de chegar ao fim. Com a alta do anticomunismo (característico do período de Guerra Fria no Ocidente) e a Revolução Argelina, a extrema direita viu a oportunidade de agrupar-se em torno de um objetivo comum: a defesa do território (alegadamente) francês. (IGOUNET, 2014)

No início da década de 1970, o grupúsculo fascista Ordre Nouveau (bastião do neofascismo francês) deparou-se com a imperiosa necessidade de agrupar os

grupos de direita nacionalista que se haviam pulverizado pelo país caso tivesse pretensões à expansão. Seu uso da violência, especialmente nos confrontos com a Liga Comunista, o colocava na posição de grupo extremista e isolado. Foi buscando conferir à agremiação ares de credibilidade, garantir sua maior penetração nas massas e participar da disputa eleitoral que, em junho de 1972, no Grande Hotel de Paris, a estratégia do frente nacional foi adotada oficialmente. (CAMUS, 1996)

Impunha-se, entretanto, a tarefa de escolher uma face para o movimento. Se quisesse tornar-se verdadeiramente popular, o frente não poderia associar-se abertamente às reputadas figuras do *Ordre Nouveau*, como François Duprat. Foi nesse contexto que um ex-combatente da Argélia e ex-deputado pujadista²⁸, Jean-Marie Le Pen, foi convidado a liderar o movimento que, ainda no mesmo ano, se consolidou como partido político: o Front National. Seu texto fundacional, “O que quer o Front nacional: os princípios do Estado nacional” expõe as diretrizes do partido, dadas em torno de cinco eixos principais: família, escola, trabalho, nação e Estado nacional. Associada a esses eixos constava a ideia, inspiradora de profundas inseguranças, de uma aguda crise atravessada pela França, marcada pela decadência intelectual, moral e física, pela destruição da família e pela corrupção. Em torno dessa retórica, o Front reunia a geração de nacionalistas vencidos da história recente francesa: colaboradores de Vichy, *partisans* da Argélia e, mesmo, monarquistas (IGOUNET, 2014). À época, deplorava-se a ausência de uma direita realmente digna desse nome.

Progressivamente, e por força de Duprat, a imigração tornou-se tema importante na agenda frontista, associada à crise e à decadência (material, moral e intelectual) da França, alvo de denúncias constantes do partido. A permanência do *Ordre Nouveau* no seio da agremiação seria breve, no entanto; após entrar em um conflito sangrento com a Liga Comunista nas ruas de Paris, em 1973, o grupo (bem como a própria Liga Comunista) foi banido da política francesa e obrigado a

²⁸ Apesar de sua curta duração, o movimento pujadista foi um dos mais proeminentes movimentos da direita (e, de maneira geral, daqueles que emergiram no pós-guerra). Galgado em artesãos e comerciantes, o movimento foi encabeçado por Pierre Poujade, crítico da Quarta República francesa e da descolonização da Argélia. Com sua extinção, após a fundação da Quinta República, em 1958, a direita francesa fragmentou-se.

dissolver-se. Em seguida, seus membros foram progressivamente ostracizados e removidos do birô político do Front²⁹, até a cisão oficial no fim do mesmo ano. Desde então, o Front foi progressivamente passando por um longo e praticamente constante processo de “desdiabolização”, como pretendemos demonstrar. De grupúsculo ligado a nazistas, já nos seus primeiros anos de existência o Front buscou estabelecer distanciamento de seus elementos mais extremistas e da imagem que aportavam à organização. Aos poucos, foi se aproximando de forças da direita democrática, em detrimento de suas relações com agremiações nazistas e fascistas. (STOCKEMER, 2017)

Se a ruptura oficial com o Ordre Nouveau representou um baque para o Front (então esvaziado de militantes e em situação econômica crítica), representou também uma mudança de tônica: seria apenas nas eleições da década de 1980 que os imigrantes passariam a figurar com centralidade na agenda de Le Pen, ligados diretamente à segurança pública e ao desemprego. A corrente associada a Jean-Marie Le Pen, agora imperante no birô político do partido, trouxe consigo a tônica anticomunista.

A partir de então, acumulando funções tão altas quanto aquelas de presidente e secretário geral do partido Le Pen buscava cultivar, à moda de Louis XIV, a ideia de que o partido “*c’est moi*”. O Front passava a ser sua empreitada política pessoal, destinada a durar por décadas. Durante a primeira presidencial do partido, em 1974, cartazes do Front anunciavam a centralização e davam a tônica para as campanhas que se seguiriam ao longo dos quarenta anos em que Le Pen se apresentaria à corrida presidencial: sem mensagem, sem logo, exibiam apenas a figura sorridente de Jean-Marie Le Pen. Apesar do mau resultado nas urnas, essa eleição o firmaria como líder da extrema-direita francesa. (IGOUNET, 2014)

Sob a presidência de François Mitterrand (eleito em 1981), do Partido Socialista, a legislação sobre imigração e as medidas de deportação de imigrantes irregulares foram afrouxadas, assim como determinadas medidas de segurança, como a anistia de prisioneiros e a proibição das batidas policiais aleatórias. Naquela

²⁹ O birô político do Front Nacional, quando da entrada de Le Pen, foi dividido em terços: um para o próprio Le Pen, um para o ON e o terço restante para agremiações que se juntassem posteriormente.

década, o pluralismo religioso (e racial) tornou-se uma realidade incontornável na França, ao arripio das forças conservadoras e religiosas. Se africanos, a princípio, ocupavam posições temporárias no mercado de trabalho, a partir da presidência de Giscard d'Estaing (entre 1974 e 1981) sua contribuição tornou-se permanente, aumentando as preocupações com o suposto parasitismo de estrangeiros sobre o sistema de previdência social francês e sua alegada incapacidade de adaptar-se à cultura francesa. (STOCKEMER, 2017). Com o choque do petróleo e o aumento do desemprego, imigrantes foram acusados de estarem roubando os empregos de franceses. Nesse momento, “Um milhão de desempregados é um milhão de imigrantes demais” tornou-se o *slogan* do Front (IGOUNET, 2014). Com Mitterrand, a França buscou implementar políticas contra-cíclicas para combater os efeitos da crise, mas o resultado foi o aprofundamento do desemprego e, conseqüentemente, da disposição anti-imigração. (STOCKEMER, 2017)

Apesar da indisposição que manifestava quanto aos imigrantes africanos, ao longo de suas décadas de existência, o Front buscou suavizar seu discurso (movimento, começamos a ver, recorrente) e evitar acusações de racismo, instruindo seus membros sobre o cuidado no uso de determinadas palavras. A moderação do discurso frontista, que poderia tornar o partido mais palatável ao público geral — e, em especial, abrir os caminhos para alianças importantes com outros partidos da direita —, era o plano de Bruno Mégret, número dois do partido, de formação gramsciana e, durante os anos 1990, rival de Jean-Marie Le Pen. Adicionada à mitigação do discurso racista, uma veia social viria a modificar o discurso frontista oficial. O Front passou a colocar-se como defensor dos trabalhadores franceses frente à dupla conformada pelo desemprego e imigração, buscando (com certo sucesso) a penetração nos setores mais populares da sociedade francesa. (IGOUNET, 2014).

O sucesso da nova fórmula frontista foi atestado pelos importantes ganhos obtidos nas eleições europeias de 1984 (para a segunda legislatura do Parlamento Europeu, colocado em funcionamento em 1979) quando, sob o título de “Frente de oposição nacional pela Europa das Pátrias”, Le Pen encabeçou a lista que

conquistou cerca de 11% dos votos válidos. Estas, por sua vez, serviam de trampolim (em termos publicitários bem como financeiros) às legislativas de 1986, nas quais o FN conquistou não menos que 35 cadeiras para seus deputados. O partido saía oficialmente, assim, das margens da política francesa e preparava-se para se tornar o maior partido de direita da França. Dois anos depois, em 1988, com uma campanha que omitia o nome e a logo do Front — visando desvinculá-lo de uma imagem extremista e atrair maiores parcelas do eleitorado —, Jean-Marie angariaria cerca de 14% dos votos, advindos sobretudo de comerciantes, pequenos empresários e artesãos, ao passo que o então presidente Mitterrand seria reeleito. (IGOUNET, 2014)

À expansão iniciada na década de 1980 e à estratégia de suavização do discurso em grande parte por ela responsável, contudo, impunha-se um grave obstáculo: o próprio presidente do Front. Se, a princípio, as frequentes bravatas antissemitas de Le Pen foram consideradas tropeços, tornava-se progressivamente evidente que o presidente era inflexível quanto a sua intenção de denunciar um lobby judaico-midiático globalista, como exposto na entrevista concedida a Jean Madiran:

Jean Madiran: Você falou várias vezes da influência de um “lobby globalista”. O que podemos saber das pessoas e grupos que o constituem, de seus objetivos?

Jean-Marie Le Pen: Não é para pessoas que têm formação política que eu vou ensinar quais são as forças que visam estabelecer uma ideologia globalista, reducionista, equalizadora. Eu acho que a utilização que é feita dos direitos humanos é totalmente errada e abusiva, mentirosa: há uma Maçonaria. Eu acredito que a [Comissão] Trilateral tem um papel nisso. As grandes internacionais, como a internacional judaica, jogam um papel não negligenciável na criação desse espírito antinacional. (IGOUNET, 2014, loc. 5706, tradução nossa)³⁰

³⁰ Jean Madiran : Vous avez plusieurs fois parlé de l'influence du « lobby mondialiste ». Que peut-on savoir des personnes ou des groupes qui le constituent, et des buts qu'il poursuit ? Jean- Marie Le Pen : Ce n'est pas à des gens ayant votre formation politique que je vais apprendre quelles sont les forces qui visent à établir une idéologie mondialiste, réductrice, égalisatrice. Je pense à l'utilisation qui est faite des droits de l'homme tout à fait erronée et abusive, mensongère : il y a la Maçonnerie. Je crois que la Trilatérale joue un rôle. Les grandes internationales, comme l'internationale juive, jouent un rôle non négligeable dans la création de cet esprit antinational.

Jean-Marie Le Pen convertia-se publicamente, assim, em um notório negacionista, empenhado em minimizar a importância do Holocausto para a história da Segunda Guerra Mundial e chegando, mesmo, a incorporar o negacionismo à ideologia frontista. Tornou-se célebre a assertiva de que o Holocausto teria sido não mais do que um “detalhe” na história da guerra. O presidente do Front chegou, mesmo, a participar da depredação de um cemitério judaico em 1990, contribuindo para um período de profunda crise no partido, que se somava a uma forçada reformulação de seus alvos de preferência (passando do anticomunismo ao anti-imigraçãoismo) após a queda do Muro de Berlim. Se Bruno Mégret (tornado ideólogo oficial do FN durante a década de 1990) buscava criar um partido com sérias perspectivas de governo, capaz de confrontar diretamente os partidos de esquerda, Le Pen, em crescente autoritarismo, dificultava essa missão. Mais do que isso, o presidente parecia adotar deliberadamente uma estratégia isolacionista, anunciando que os ataques da oposição não faziam senão fortalecer o partido. (IGOUNET, 2014)

O mesmo desafio foi encontrado por Marine Le Pen, sua filha mais velha, quando herdou um partido já devastado pelas disputas internas entre seu pai e Mégret (que, após perseguições e expurgos de Le Pen, havia deixado o Front, junto com seus seguidores, para fundar uma nova agremiação), em 2011. A imagem que Marine buscava passar, à frente do partido (mulher jovem, moderna, divorciada, mãe de família, advogada) dificilmente poderia conciliar-se com os rompantes negacionistas do pai. Na verdade, para a nova geração do partido por ela encabeçada, o debate acerca da Segunda Guerra Mundial, não apenas em nada contribuía para o FN como era, mesmo, contra-produtivo, afastando milhares de potenciais eleitores.³¹

A filha de Le Pen não tinha tempo para revisitar o passado. Portava um ambicioso projeto de reformulação do Front Nacional, que passava pela suavização do discurso e do campo simbólico e imagético (com a reformulação dos símbolos e

³¹ Este foi o ponto determinante para que Marine Le Pen determinasse a expulsão de seu próprio pai do partido, em 2015. Na ocasião, Jean-Marie havia minimizado, mais uma vez, o Holocausto.

logos do partido) frontista³², à moda de Mégret — isto é, na forma, muito antes que no conteúdo. Passava igualmente por uma virada social. Como Mégret, a nova presidente queria que o FN se mostrasse um partido capaz de governar, demonstrando portar uma ideologia mais consensual. Como parte da estratégia, o Front passava a designar outros movimentos como extremistas e de extrema-direita, buscando marcar sua diferença. Já no campo social, Marine Le Pen pretendia fazer uma campanha social, comunitarista, à esquerda, voltada para as periferias, onde o centro discursivo se tornasse a luta contra a islamização e a defesa da laicidade.³³

A jovem presidente havia notado que o que afastava o eleitorado de seu partido não era sua postura quanto ao Islã ou à imigração, mas o antissemitismo. Sua estratégia de “desdiabolização” voltava-se, portanto, para esse aspecto da ideologia da velha guarda frontista. Parte do plano consistia em alimentar a temática da “nova resistência”, buscando demonstrar que a resistência francesa aos nazistas encontrava eco na atual batalha encabeçada pelo partido na defesa da nação. Somava-se uma mudança de vocabulário que afastasse o partido e as mídias a ele simpáticas de termos racistas e antissemitas. Alguns dias após assumir o partido, Marine Le Pen foi a público denunciar o que se passou nos campos nazistas como “barbárie”.

Enquanto o antissemitismo desaparecia, na nova fase do velho Front novas temáticas tomaram robustez: o protecionismo, o “euroceticismo”, soberanismo, anti-globalismo, questionamento da Zona Schengen, saída do zona do euro... Sua plataforma, se aderida a temas que se tornaram a marca do FN (como a imigração, a segurança pública e a identidade nacional), promovia uma guinada em direção aos trabalhadores: a marca Le Pen, agora, incluía aumentos dos salários e um projeto de re-estatização, além de uma léxico marcadamente à esquerda, incorporando elementos como “república” e “laicismo”. Assim, o partido acenava às bases populares que vinha cultivando ao longo das últimas décadas (inclusive com a

³² A partir da iniciativa de Marine Le Pen, tal processo passou a figurar no léxico do Front National como “desdiabolização”.

³³ É interessante notar que a “virada islamista” acompanhou uma nova lei anti-racismo na França. Referir-se a árabes como muçulmanos poderia contornar possíveis complicações legais.

criação de seções sindicais no seio de diversos setores profissionais a partir de 1995).

A consequência dessas medidas foi o melhor resultado eleitoral do partido desde a década de 1980, no auge da era Mégret (e apogeu do próprio partido até então): na primeira eleição presidencial da qual participou, em 2012, Marine Le Pen angariou 12,8% dos votos. Ao contrário do seu antecessor, no entanto, Marine descartava a aliança ampla com a direita: preferia a linha “nem direita, nem esquerda”. Ela esperava contribuir para a implosão da direita e ver o Front colocar-se como principal partido. (IGOUNET, 2014)

De fato, ao longo dos onze anos em que esteve à frente da agremiação, foi precisamente isso o que observou. O partido que, em 2018, se tornou Rassemblement National — como parte da estratégia de desvenciliação da imagem negativa do velho Front —, consolidou-se como uma das mais duradouras alémdas mais exitosas experiências daquilo que uma determinada literatura (além da imprensa) costuma denominar populismo de direita europeu. (WODAK; KHOSRAVINIK; MRAL, 2013) (BETZ, 1994)

Paralelamente, beneficiou-se do progressivo desgaste dos partidos tradicionais franceses, cujo epítome deu-se nas eleições de 2016, quando os maiores e mais tradicionais partidos (a saber, o Socialista e o Republicano) foram incapazes de chegar ao segundo turno das eleições presidenciais. Naquele ano, o partido tornou-se uma das duas maiores forças eleitorais da França. Desde então, vinha experienciando uma forte escalada, refletida no *boom* de filiações (de 22.000 membros em janeiro de 2011 para 83.000 em dezembro de 2014), nos repetidos sucessos eleitorais (sobretudo a nível europeu, onde tornou-se o maior partido da chamada “direita radical”) e na simpatia expressa em sondagens de opinião pública (onde, entre outros, foi possível constatar uma queda de vinte pontos percentuais na taxa de entrevistados que consideravam o Front Nacional um “perigo” entre 2002 e 2012). (STOCKEMER, 2017).

Sob a fachada da moderação do Rassemblement National (RN), contudo, parece sobreviver uma retórica que guarda profundas similaridades com aquilo que

o Front, sob a liderança de Jean-Marie Le Pen, outrora defendia — a saber, políticas anti-imigratórias, baseadas no nacionalismo e na intolerância. (STAVRAKAKIS et al., 2017). Se o programa do Le Pen pai ligava a imigração ao problema de segurança pública, desemprego e marginalidade (refletindo-se, em última instância, em um problema de identidade nacional), a retórica de sua filha não minimizou essas questões.

Como seu pai, Marine também demonstra-se enfática quanto aos temores da globalização, da imigração, da europeização e do avanço da ideologia neoliberal para a cultura, a nação e o povo franceses. Autores como Stockemer (2017), entretanto, notam que a presidência de Marine Le Pen dotou o discurso frontista de um fundo mais anti-elitista. Nesse sentido, o RN (Rassemblement National) e sua presidente aparecem como os únicos defensores legítimos de uma democracia autenticamente popular frente às elites corruptas nacionais e internacionais. Como ocorreu com a suavização da imagem do RN, também podemos observar a escalada progressiva a longo prazo desse elemento popular, passando pela conquista dos trabalhadores e penetração no mundo sindical da década de 1990. Trata-se de uma guinada neoconservadora que afastou essa franja da direita francesa daquela representada pelo Partido Republicano. Mudando estrategicamente seu conteúdo discursivo, o Rassemblement National tornou-se capaz de atrair uma parcela do eleitorado francês que, a partir do deslocamento do eixo das representações políticas promovido pelo primado do neoliberalismo e pela conversão paulatina da esquerda francesa em parte defensora dos direitos individuais, viu-se politicamente disponível.

Ainda, sob a liderança de Marine uma diferença importante emergiu no Front. Se, para Jean-Marie, a ideia de povo incluía uma conotação racial, hoje este não é mais o caso. O que se observa em Marine Le Pen é um “racismo diferencialista”, que enfatiza a incompatibilidade entre determinadas culturas (sobretudo o Islã) e os valores autenticamente franceses. Nas palavras de Balibar (2021a), o racismo francês converteu-se em “racismo sem raças” (p. 56), onde a hereditariedade biológica deu lugar às diferenças culturais. Nesse sentido, a cultura também pode

funcionar como espécie da natureza: se a diferença cultural opera como verdadeiro “meio natural” do homem, seu desaparecimento está fadado a gerar conflitos. Mais uma vez, a direita francesa via-se em uma posição que buscava enfatizar a importância da união e da tradição, enquadradas pelo nacionalismo e pelo racismo. Entretanto, trata-se, para Balibar (2021a), de um racismo de segunda posição, uma teoria que aprendeu com o conflito entre racismo e antirracismo. A partir dessa ótica, o objeto do racismo deixa de ser, por exemplo, “o árabe”, e passa a ser o árabe enquanto drogado, o árabe enquanto estuprador, etc. Segundo Balibar (2021b, p. 93), “[...] na Europa moderna, as novas ‘classes perigosas’ do proletariado internacional são tendencialmente incluídas na categoria da ‘imigração’, que se torna, por excelência, o *nome da raça* nas nações em crise da era pós-colonial.” Há, portanto, um elemento racial que se combina com o discurso nacionalista. Dessa maneira, as fronteiras externas do estado são transpostas para seu interior. São o racismo e a etnicidade forçosamente fictícia (pois não há Estado que possua verdadeiramente uma base étnica) aquilo que viabiliza a constituição de uma nação francesa ideal. Sem eles, a nação pareceria uma construção arbitrária, e o apelo do patriotismo não se dirigiria a ninguém em específico (BALIBAR, 2021c). A centralidade desse novo “nome da raça” (em substituição das antigas categorias propriamente raciais) é precisamente o que torna possível com que, hoje, um certo nacionalismo francês se apresente como tal.

Em suma, o imigrante, tal qual concebido pelos nacionalistas de extrema-direita, figura não como uma ameaça étnica propriamente dita (como vimos anteriormente, esse tipo de discurso poderia acarretar graves complicações legais, possivelmente uma das maiores razões pelas quais acabou por ser abandonado), mas uma ameaça à história, à cultura e à civilização francesas. (STAVRAKAKIS et al., 2017). Tem-se aí, fundamentalmente, uma operação de identidade entre povo e nação, onde é esta última o centro em torno do qual se articulam outras noções periféricas.

Isso se torna evidente quando partimos para a análise das manifestações de Marine Le Pen na Assembleia Nacional, enquanto representante da região de

Pas-de-Calais³⁴, entre 6 de junho de 2017 e 20 de maio de 2018. Esse será o tema da próxima seção. Ao examinarmos o discurso lepenista, esperamos que se torne mais clara a situação de Marine Le Pen na metáfora espacial proposta por De Cleen e Stavrakakis (2017). Buscaremos identificar a natureza das oposições configuradas discursivamente por Marine Le Pen, isto é, se seu discurso se articula em termos de alto/baixo ou dentro/fora. Ao fazê-lo, será possível distinguir o componente propriamente populista daquele nacionalista.

3.2 Com a palavra, Marine Le Pen

A análise de discurso não é tarefa simples. Uma série de obstáculos se impõem ao pesquisador que pretende utilizá-la como método analítico. A primeira delas diz respeito à definição da amostragem de materiais. Aqui, nos utilizaremos dos discursos parlamentares de Marine Le Pen. Uma análise da integridade desse material, entretanto, mostra-se inexequível. Trata-se das sessenta e quatro intervenções feitas por Marine Le Pen na Assemblée Nationale entre 6 de julho de 2017 — estreia de Le Pen na Câmara — e 19 de maio de 2020 — data em que iniciamos nosso trabalho documental.

Fairclough (1992) sugere que o pesquisador determine amostras típicas ou representativas de determinada prática social pela qual se tenha interesse. Assim, para a execução desse trabalho, após extensa análise da íntegra de nosso *corpus* documental, optamos por alguns discursos particularmente expressivos no que diz respeito àquilo que Fairclough denomina “ethos”, ou seja, à maneira como são constituídas as identidades sociais. Para além disso, pretendemos atentar a outras chaves analíticas propostas pelo autor, como a escolha de palavras e a gramática.

³⁴ Apesar de viver em La Celle-Saint-Cloud (região metropolitana de Paris), Marine Le Pen escolheu a região de Pas-de-Calais para se estabelecer eleitoralmente em 2006. A antiga região carbonífera sofreu agudamente com a desindustrialização a partir da década de 1980, chegando a apresentar as mais altas taxas de desemprego do país. O tópico da imigração também encontra forte eco na região, onde migrantes realizam tentativas de cruzar o Canal da Mancha diariamente — situação que passava por fase aguda às vésperas das eleições regionais que levaram Le Pen à Assembleia Nacional em 2017. Por conta dessas questões, a região reúne eleitores próximos ao perfil buscado pelo Rassemblement National.

Contudo, para a própria montagem dessa amostra foi necessário um trabalho prévio de codificação. Para os objetivos deste trabalho, optamos por um sistema de codificação que buscava identificar e ressaltar quatro noções que nos suscitavam particular interesse. Foram elas as noções de “nós” e de “outro”, bem como duas categorias correlatas: a de “problemas” (associada ao “outro”) e a de soluções (associada a “nós”).

Ao longo da análise preliminar do corpus documental, uma primeira constatação chamou atenção: a baixíssima incidência da palavra “povo” (*peuple*) e falta de centralidade da noção de “nação” (*nation*). Também a categoria “nós” pareceu, ao fim da análise, esvaziada se comparada ao seu oposto, isto é, à categoria de “outro”. É nessa categoria que parece residir o fulcro do discurso lepenista. Partindo de Laclau, essa constatação não deve surpreender, uma vez que as identidades se constituem precisamente pela oposição — ou, em suas palavras, pela negatividade.

Ao referir-se aos problemas da nação e a seus causadores, Le Pen não poupou palavras. Os inimigos de Le Pen — e da França — parecem ser o “grupo majoritário” (na Assembleia), os “abutres das finanças”, os países que vêm nas empresas francesas interesses estratégicos, a “grande distribuição”, os industriais estrangeiros, a Comissão Europeia, a União Europeia, a ideologia dos governistas, o modelo mundialista, a esquerda, os “clandestinos”, o governo, os ricos, o presidente Emmanuel Macron, os dirigentes franceses e europeus, as ONGs (organizações não-governamentais) cúmplices de imigrantes clandestinos, a própria Assembleia Nacional, os mundialistas, os tecnocratas, os financistas internacionais, os governos de experts, a “maioria fora do território” (*majorité hors sol*), a oligarquia esclarecida, os jihadistas, os soldados do Estado Islâmico, os islamistas, os estrangeiros condenados, os estrangeiros culpados, a ideologia judiciária, a ideologia imigracionista, os delinquentes, os criminosos, certos magistrados, jornalistas, juízes de aplicação, a Justiça, os comunistas e socialistas, o partido République En Marche!, “certas pessoas” e determinados “elementos”, aqueles que tentam fazer com que o problema da imigração seja percebido como uma questão de raça — e

não de patriotismo e nacionalismo —, determinados deputados, estrangeiros que fraudam o asilo, associações, os alemães, os sucessivos governos da França, os dirigentes franceses, vocês (dirigindo-se aos colegas na Assembleia) — que escolhem entre a soberania e a submissão — e “sua” ideologia, os terroristas, os piratas somalis, a Comissão Europeia de Direitos Humanos, federalistas que querem mais União Europeia e menos nação, europeístas, patriotas europeus, as administrações europeias, a máquina tecnocrática de Bruxelas, as potências financeiras mundialistas, os lobbies, a ideologia, os ultraliberais, as mesquitas radicais, os fundamentalistas islamistas, os autores de atentados, os “grandes grupos” e grandes empresas.

Aos grupos acima elencados Marine Le Pen associa uma série de problemas que avassalam a França, a saber: os tratados de livre comércio, a debilidade do apoio público, escolhas políticas ideológicas, o aumento da exportação de carne americana, o fato de que os franceses tenham menos direitos que os “clandestinos”, a submersão na imigração, a política irresponsável de assentamento rural de migrantes, a ausência total de representatividade das grandes correntes de pensamento na França, troca da “verdade biológica” pela expressão da vontade ou do reconhecimento (referindo-se a questões de identificação social de gênero), a clivagem política entre mundialistas e nacionais, o Comprehensive Economic and Trade Agreement (acordo comercial com o Canadá), a abertura dos mercados, o risco sanitário, a concorrência desleal no comércio internacional, a mundialização, a ideologia mundialista, a financeirização, o individualismo, a imigração, o método de governo por impostos, a fratura social francesa, a obsolência do regime, a presença de jihadistas, as penas leves, o laxismo, lentidão e falta de organização do judiciário, a recusa ao fechamento do país, o tráfico de drogas, a liberdade de criminosos, o enriquecimento do Estado sob pretexto de transição ecológica, a configuração do sistema público de saúde (*Aide Médicale d'État*) que torna o país atrativo para a imigração clandestina, a desindexação das aposentadorias e das moradias populares, os escândalos de corrupção, a insegurança, a violência extrema, o desemprego massivo (sobretudo na Mayotte, arquipélago francês localizado na

costa africana pelo qual Le Pen demonstra particular interesse), a departamentalização da Mayotte, o esquecimento de alguns indivíduos pela República, a colonização da Mayotte pelos comores, as medidas de austeridade, a impossibilidade de deportação de “delinquentes”, o *laissez-faire* consular, as transferências de dinheiro para o exterior, as fraudes nos pedidos de asilo, o fato de que um a cada três franceses não possa pagar pelos tratamentos médicos, os atentados à soberania e à independência da França por entidades supranacionais, o fato de que o Estado se apague frente ao privado, a europeização forçada, o abandono da soberania jurídica, a anglo-saxonização do direito francês, a instabilidade do regime de proteção social, a falta de vontade política de fechar mesquitas salafistas e islamistas, o terrorismo, o endividamento público, o déficit, a pressão fiscal, a desordem, a pobreza e os recuos sociais e sanitários.

A partir dessa codificação, algumas correlações feitas pela enunciadora saltaram aos olhos. Nos discursos de Le Pen, nota-se que o direito de asilo e a “ideologia” daqueles que defendem o acolhimento de imigrantes associa-se à falta de cuidados médicos, ao desemprego, ao sofrimento, à falta de moradia, ao endividamento, ao déficit, à pobreza, aos recuos sanitários e sociais, à desordem, a Bruxelas e às últimas gestões “calamitosas” do país. Chama igualmente atenção que a soberania, no discurso de Le Pen, liga-se às ideias de nação, submissão, ordem jurídica francesa, povo, Comissão Europeia de Direitos Humanos, Estados, europeístas, europeização forçada e desaparecimento dos espaços nacionais³⁵. A nação e sua unidade, por sua vez, conectam-se com traição, ideologia mundialista, torrente migratória e crise do sistema social e penal. A nação também se encontra ligada ao povo, à soberania, aos patriotas europeus, à nacionalização forçada e ao desaparecimento dos espaços nacionais.

Finda a análise geral da íntegra dos discursos de Marine Le Pen, bem como sua codificação e a determinação de correlações que suscitem interesse, foi possível selecionar alguns trechos particularmente relevantes para nossa análise,

³⁵ Aqui, encontra-se algum tipo de positividade, associada ao “nós” que buscamos identificar (ainda que de maneira menos substantiva do que aquela verificada quanto àquelas categorias associadas aos “outros”).

ou, como chamaria Fairclough (1992), “amostras típicas”. Aqui, começaremos por reproduzir discurso proferido no dia 18 de julho de 2017 por Marine Le Pen, em tópico orçamentário. Consideramos essa manifestação uma amostra exemplar das impressões de Le Pen quanto à relação entre União Europeia, os governos franceses, a crise e o povo francês. Os grifos são nossos, visando melhor visualização das informações de interesse.

Senhor Presidente, Ministro, Senhoras e Senhores Deputados, o projeto de lei que temos perante nós convida-nos a aprovar as contas de 2016. A exposição de motivos que a acompanha apresenta os dados do orçamento do Estado com, é preciso dizer, uma indecente auto-satisfação perante uma dramática situação. Isso está em grande medida ligado ao **desemprego massivo** que registramos há anos: a **dívida e o déficit** são a consequência dessas escolhas **econômicas desastrosas**, mas essa observação é também o resultado de anos, e mesmo décadas, de gestão calamitosa de fundos públicos.

Dizemos com veemência e repetiremos enquanto for necessário: é inaceitável continuar a impor uma carga tributária insuportável sobre nossas **famílias e empresas** ou impor cortes orçamentários injustos em áreas onde o dinheiro público é mais do que útil, enquanto manutenção de despesas que os **franceses** não deveriam ter de suportar. O custo da **imigração** [...] e aquele da **União Europeia**, a **má gestão** resultante da fraude social e fiscal generalizada, o custo da insegurança: são verdadeiras fontes de economia para o Estado, para os hospitais e para as comunidades. Eis o verdadeiro problema que um governo corajoso deveria enfrentar.

Acima de tudo, estas contas fazem parte do ciclo infernal de exigências de **austeridade** que nos são impostas por **Bruxelas** e que, no entanto, como todos sabem, só produzem **desordem, sobreendividamento, pobreza e retrocessos sociais e de saúde** nos países onde se aplicam — basta, aliás, para se convencer disso, olhar para o horror econômico e social imposto ao povo grego. (JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa³⁶)

Gostaríamos de destacar alguns pontos dessa declaração. Primeiramente, é preciso chamar atenção para o nexos estabelecido entre determinadas categorias utilizadas por Marine Le Pen. De um lado, temos a dívida, o déficit, o desemprego e as decisões econômicas desastrosas, dos quais são vítimas as “empresas” e “famílias”, equalizadas aos “franceses”, que parecem converter-se em ponto nodal dessa cadeia de equivalência entre demandas insatisfeitas. Do outro lado, estão os governos franceses — responsáveis por décadas de decisões econômicas

³⁶ Em razão de sua extensão, os documentos originais se encontram na seção “Anexos”. Em razão de sua centralidade para nossos trabalhos, versões traduzidas, ainda que extensas, encontram-se no corpo do texto.

desastrosas — e a União Europeia (representada, por vezes, pelo signo “Bruxelas”). Esta é tida como causadora maior da “desordem, sobreendividamento, pobreza e retrocessos sociais e de saúde”. Temos aí o primeiro indício de que a divisão que a presidente do Rassemblement National opera pode situar-se predominantemente no eixo dentro/fora, como proposto por De Cleen e Stavrakakis (2017). Começa a delinear-se uma oposição entre os franceses e forças externas e eles, como a União Europeia (UE).

Cabe apontar, ainda, para a maneira como o processo (de crise) se conecta ao sujeito da União Europeia (UE). O governo, apesar de deter sua parcela de culpa, parece estar submetido à UE: “*Acima de tudo*, estas contas fazem parte do ciclo infernal de exigências de austeridade que nos são impostas por Bruxelas”. Destacamos igualmente o seguinte trecho: “[...] a escassez orçamental do Executivo, a injustiça das políticas prosseguidas e o vergonhoso abandono do interesse nacional face às iníquas exigências de austeridade que nos impõem Bruxelas”. Aí se encontram, igualmente, sinais de que a União Europeia carregaria, em última instância, a culpa pelas injustiças do governo francês. Le Pen continua:

A esta dramática situação das contas de 2016 somam-se hoje as revelações do Tribunal de Contas sobre os encobrimentos que afetaram as [contas] de 2017. Esta venerada instituição até se permite qualificar como falsas as previsões do governo anterior. Foi para o novo [governo] o pão bento³⁷: faltarão 8 bilhões de euros nos cofres para cumprir a meta de déficit de 2,8%, 4 a 5 bilhões para chegar a 3%; eis uma boa razão para cortar ainda mais os orçamentos essenciais da Nação — mas é um tanto fácil.

Na verdade, apesar das promessas de campanha, continuamos a dissimular, rejeitamos responsabilidades e compensamos apertando o cinto dos **franceses**. É comovente, quando sabemos que um dos principais culpados pela deriva de nossas contas públicas em 2016 e por este buraco repentinamente revelado no verão de 2017 não é outro senão o atual **Presidente da República**. O Sr. Sapin, o bode expiatório ideal do momento, o confirmou: o Ministro da Economia do Sr. Hollande, Emmanuel Macron, estava ciente dos excessos que sua política deixou na França.

Também é muito fácil hoje aproveitar essas revelações para sangrar nossas administrações enquanto consideramos receber novos **migrantes** ou criar um orçamento para a **primeira-dama**. É claro que estou pensando em nossas agências de aplicação da lei, escandalosamente afetadas, e em nossos exércitos, cujos fundos serão brutalmente cortados este ano, colocando nossa defesa em virtual suspensão de pagamento e nossos soldados em perigo.

Nossos **soldados** realizam suas perigosas missões com equipamentos de outra época ou sem receber os bônus que lhes são devidos. Isso é inaceitável.

O general de Villiers ousou dizer uma palavra forte e honesta à representação nacional: a ira de nosso arrogante presidente caiu sobre ele de maneira humilhante e perfeitamente inadequada. Seu desprezo pelas nossas **Forças Armadas** é inaceitável, tanto quanto os cortes claros que as restrições orçamentárias lhes impõem.

Por todas essas razões, para nós [o voto] será: não. Acreditem, nunca deixaremos de fustigar a escassez orçamental do Executivo, a injustiça das políticas prosseguidas e o vergonhoso **abandono do interesse nacional** face às iníquas exigências de **austeridade** que nos impõe **Bruxelas**.

(JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa)

Destacamos que ao governo e às instituições supranacionais se opõem as “famílias e empresas” (trecho anterior), os “franceses”, os “soldados” e as “Forças Armadas”. Interessante notar que Le Pen se coloca nitidamente ao lado dessas categorias. Isto é evidenciado pela grande recorrência do pronome possessivo “nosso(s)”, que se justapõe às famílias, às empresas e às forças armadas. Note-se a importância desse pronome cuja ausência é notável quando a enunciadora refere-se, por exemplo, à União Europeia, de quem ela estabelece distanciamento. Note-se, igualmente, que o referido pronome é utilizado para referir-se à “nossa

³⁷ A expressão pão bento (*pain bénit*) é usada para se referir a algo percebido como uma dádiva de Deus; como algo que recebeu a bênção divina.

administração”, e agências públicas vilipendiadas pelos sucessivos governos e pela União Europeia, de maneira a criar uma espécie de oposição entre aqueles que se supõe serem os verdadeiros “chefes” das administrações, isto é, o povo francês, e o governo e a União Europeia.

Solidifica-se a impressão de que Le Pen funda dois polos discursivos, divididos pelo eixo dentro/fora. O primeiro refere-se àquele do opressor, representado pela UE (que se liga tanto a “Bruxelas” e a medidas econômicas liberais, quanto ao governo — representado pelo presidente e, mesmo, pela primeira-dama — e, fundamentalmente, aos imigrantes). O segundo é aquele dos oprimidos, representado pelos franceses. Simultaneamente, Le Pen parece colocar-se como parte desse segundo grupo ou, mesmo, como sua porta-voz na Assembleia.

Destacamos mais um conjunto de manifestações da deputada como objeto de análise³⁸. Desta vez, no dia 3 de dezembro de 2018. Na ocasião, a Le Pen debatia um projeto de lei concernente à modificação do código penal francês. No seguinte trecho, refere-se a uma emenda que tinha por objeto as penas impostas a pessoas que cometeram delitos:

³⁸ As manifestações não são contínuas: se deram ao longo do dia de trabalhos parlamentares. Le Pen também fez outras intervenções pontuais ao longo da sessão legislativa. Contudo, por sua concisão e pelo fato de se tratar-se sobretudo de comentários sobre falas de colegas, optamos por omiti-las.

Obviamente, vocês são a favor [da proposta em questão]. Não estamos muito surpresos.

No entanto, vocês devem se lembrar que a pena da qual estamos falando é uma pena alternativa à prisão. Vocês sabem o que é preciso ter feito para ser condenado ao regime fechado? Vocês sabem a gravidade dos atos que é preciso ter cometido, em nosso país, diante do colapso da escala das penas, para ser condenado a um regime fechado? Vocês sabem quantas vezes você tem que ter reincidido para ser condenado a uma pena de prisão em regime fechado?

Embora esta já seja uma pena modificada, um presente, de certa forma, dado a quem deveria ir para a prisão, vocês nos explicam que devemos ser flexíveis caso o sujeito em questão retorne um pouco tarde se foi convidado para um coquetel. Vocês percebem o que **os franceses** sentem quando os ouvem? Eles são confrontados pela a **delinquência** todos os dias, todos os dias encontram pessoas lá embaixo, nas ruas, que deveriam estar na prisão.

Já pensaram que há anos os **governos** não executam a política penal que deveria ter sido executada, que não demonstram a firmeza que deveriam ter demonstrado, e **vocês** insistem nisso excessivamente, de forma completamente desconectada da realidade daquilo que vivem as **vítimas!** Perdão por dizer palavrões e falar sobre as vítimas. Sei que nesta **assembleia** elas são sistematicamente dispensadas de imediato, mas, bom, mesmo assim! Não é preciso muito! Um pouco de decência para com elas! Eu acho que é preciso seguir a razão em suas proposições e em seus argumentos. (JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa)

Aqui, novamente chama atenção a dicotomização. De um lado, há as vítimas da delinquência, ao lado das quais Le Pen se coloca. Essas vítimas são, por sua vez, equalizadas com os “franceses” de maneira geral, de quem se supõe sentir-se chocados pelas propostas da Assembleia. De outro, os sucessivos governos franceses, acusados de conivência e inação perante a delinquência, a própria Assembleia e as “pessoas” que deveriam estar na prisão.

Em seguida, a deputada dispõe sobre um artigo concernente aos crimes cometidos por estrangeiros:

Esta emenda, à semelhança das anteriores, tem o mérito da clareza e da simplicidade. Tende a incluir na lei que qualquer **estrangeiro condenado** será automaticamente proibido de permanecer na França. Esta proibição será pronunciada definitivamente em caso de crime e por dez a vinte anos em caso de crime punível com mais de cinco anos de prisão.

É estonteante aceitar que um **estrangeiro**, desfrutando da hospitalidade que lhe foi concedida não por este ou aquele **governo**, mas pela **França**, se permitisse violar não apenas as leis da hospitalidade, mas as do país. Isso vale para uma contravenção, para uma contravenção punida com mais de cinco anos de prisão, mas ainda mais para um crime. Nada pode justificar — e poucos franceses entendem — que permitamos, ao contrário de dezenas de outros países, que estrangeiros condenados por um crime permaneçam em nosso território no final de sua pena, se possível, aliás, às custas do governo: eles têm direito à assistência médica estatal se forem ilegais, à cobertura universal de saúde se não forem, à assistência habitacional, à renda ativa solidária, e assim por diante.

Esta situação é insuportável. Não é insuportável para a **Marine Le Pen**, Senhora Ministra, mas para os **franceses**. Se quisesse ver as urnas ou se, com o seu governo, tivesse a coragem de organizar um referendo — estou usando muitos palavrões esta noite: vítimas, referendo... — provavelmente descobriria que mais de **noventa por cento dos franceses** querem que os **estrangeiros** culpados de um crime sejam banidos para sempre e que aqueles que cometeram um crime sejam banidos por dez a vinte anos.

A **sua** resistência a esta medida de bom senso fala muito, uma vez mais, sobre a sua **ideologia judicial** e sobre esta **ideologia imigracionista** que já demonstrou com outros textos que foram aprovados nesta **Câmara**. (JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa)

Notemos que, nesse trecho, a deputada faz referência a alguns dos temas que, em análise preliminar do *corpus* documental, constatamos serem centrais. A saber, os estrangeiros, a “ideologia imigracionista” e “ideologia judicial” (referindo-se a um suposto laxismo judicial) e uma suposta conivência dos governos franceses e da própria Assembleia (“esta Câmara”, “sua resistência”, “vocês”) com criminosos e estrangeiros em situação irregular (a quem Le Pen se refere, com frequência, como “clandestinos”).

Como ao referir-se a criminosos no trecho examinado anteriormente, Le Pen se coloca como porta-voz da quase totalidade dos franceses (“não é insuportável para Marine Le Pen [...], mas para os franceses”, “mais de noventa por cento dos franceses”). “Marine Le Pen”, aqui, torna-se notadamente equivalente aos franceses — que, por sua vez, como vimos no trecho anterior, equivalem, *grosso modo*, às vítimas. Vale dizer que Le Pen realiza uma operação em que, para colocar-se como porta-voz do povo francês, o descola do governo (ou dos governos)

democraticamente eleito. Isso se evidencia no trecho “não por este ou aquele governo, mas pela França”, onde os termos “governo” e “França” estão em relação de oposição.

Ao mesmo tempo, os estrangeiros criminosos parecem converter-se em “estrangeiros”, de maneira geral, uma vez que não são apenas aqueles que cometem crimes que usufruem dos benefícios do Estado de Bem-Estar francês. O crime parece residir não apenas no ato que burla as leis e os leva ao cárcere: parece estar no próprio fato de gozar da previdência francesa, financiada, supõe-se, com o dinheiro dos franceses, em detrimento dos próprios franceses. É o que se observa na nossa próxima amostra de discurso, dessa vez, referente às discussões do dia 20 de abril de 2018:

Aí está, o plano está tomando forma! Na verdade, este não é um plano secreto, como nossos colegas dos Republicanos vêm dizendo há vários dias. Vocês organizam a imigração. Este é o elo entre "asilo" e "imigração", as duas palavras-chave do título deste projeto de lei: vocês mesmos admitem que estão fazendo uso do direito de asilo para organizar uma nova corrente de imigração, permitir que os imigrantes ilegais beneficiem do alojamento que vocês negam aos nossos próprios compatriotas, os mais modestos, que não têm acesso a moradia e vão para a rua. Os sem-teto são cada vez mais numerosos, mas isso não parece atingir sua humanidade. Vocês estão organizando uma nova rota de imigração. Vocês organizam a submersão migratória da França. (JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa)

Parece oportuno tecer alguns comentários sobre a integralidade do que foi exposto até então. Pelos trechos selecionados, duas grandes cadeias de equivalência são articuladas. A primeira delas parece articular-se em torno dos franceses, que tornam-se um ponto referencial e mítico, ao qual busca-se fixar significados pela negação. Nela, os franceses associam-se à França (e, não, ao governo francês), às empresas, às famílias, às vítimas, às forças de segurança e à própria Marine Le Pen³⁹. Do outro lado, temos Bruxelas. Bruxelas representa a desordem, o sobreendividamento, a pobreza, os retrocessos sociais e de saúde, o

³⁹ É interessante notar o quão “curta” é a cadeia que caracteriza positivamente esse povo, em relação à ampla gama de termos que servem para definir o inimigo designado.

desemprego, a má gestão, a dívida, o déficit, o abandono do interesse nacional, a austeridade. Bruxelas teria cooptado os governos e os membros da Assembleia Nacional, cuja ideologia judicial e imigracionista resulta (e, aí, remetemo-nos ao outro extremo da cadeia), na desassistência aos franceses. Para Le Pen, as vontades legítimas do povo francês são soterradas pelas decisões de instituições que usurpam a soberania popular — inclusive em seu direito de dizer não às imigrações e às decisões das instituições supranacionais da União Europeia.

Fica evidenciado que o povo, no sentido em que adquire nos discursos de Le Pen, define-se em sua relação a exterioridades como a União Europeia, os demais países da Europa e, mesmo, o próprio governo francês que, submisso a Bruxelas, que não permite aos franceses tomar decisões que o libertariam de sua posição de subjugo às instituições europeias. Por meio do referendo popular, segundo Le Pen, o povo poderia subverter essa situação.

Trata-se um povo, portanto, que mesmo quando colocado como oposto a uma elite nacional, encontra-se nessa posição porque essa elite é ela própria sujeita à ordem globalista; esta, sim, identificada como o maior inimigo da nação francesa. Temos aí os elementos chaves para os quais apontou Laclau em sua análise do populismo. A partir do esvaziamento de determinadas demandas (como a segurança, o superávit, o emprego, a previdência social), emergiu um entendimento de povo, de comunidade. O vazio objetivo deste “francês” que é desenhado, por sua vez, é preenchido pela negatividade, pela construção de um “outro” que assume a forma de Bruxelas.

Há, contudo, uma particularidade na maneira como se esboçam essas categorias, isto é, a do povo e a do anti-povo, e que se demonstra importante para a análise comparativa em relação ao Brasil. Como sugerem Stavrakakis et al. (2017), a soberania popular, no caso francês, parece ser equivalente à soberania nacional. A oposição mais marcante e importante estabelecida é entre o conjunto povo-nação — representado pela equivalência entre os franceses e a França (em oposição aos governos franceses) — e a União Europeia. Analisando-se a íntegra de nossos

documentos, torna-se claro que nacionalismo e protecionismo são os antídotos à ameaça externa, que se relaciona tanto às imigrações quanto à austeridade.

Tendemos a concordar com os autores (2017), que afirmam que determinados elementos populistas estão presentes no discurso de Le Pen, sobretudo na defesa da soberania popular (via referendo) frente a instituições perniciosas, que seria capaz de empoderar o povo a despeito das diferentes posições sociais. Mas esses elementos estão subordinados à equivalência, em última instância, entre soberania popular e soberania nacional. Nesse sentido, afirmam, é a nação francesa que opera como o significante transcendental do povo — ainda que nem a palavra “povo”, nem a “nação” tenham centralidade. Isso significa que o discurso de Le Pen — esperamos que, a esta altura, isto já esteja claro — é um discurso onde o populismo se faz presente (na medida em que existe uma cadeia de equivalências em torno de um povo esvaziado e preenchido pela negatividade, isto é, uma cadeia que se forma, em última instância, em torno dessa própria negatividade), mas que carrega uma marcante carga nacionalista. Parece confirmar-se a impressão de que o discurso de Marine Le Pen se pauta pela oposição, mas não uma oposição qualquer: uma que se dá no eixo dentro/fora, tal qual sugerido por De Cleen e Stavrakakis (2017). Utilizando-nos da metáfora gráfica por eles sugerida, parece plausível afirmar que o populismo, em Le Pen, aproxima-se bastante da ordenada nacionalista.

Em conclusão, gostaríamos de sugerir que a força desse elemento nacionalista e xenófobo do discurso de Le Pen traduz e só pode ser compreendido à luz da tradição colonialista e anti-migração da qual o Rassemblement National é herdeiro, à qual nos referimos na seção “Nada de novo no Front”. Certamente, Le Pen carrega a bagagem de seu pai, que notorizou-se no combate a um *lobby* globalista judeu décadas antes que o altermundialismo se tornasse uma questão premente nas relações internacionais. De seu pai herdou, igualmente, a forte tendência a fazer dos imigrantes bodes expiatórios para as questões sociais nacionais. De maneira mais ampla, entretanto, é possível dizer que o crescente apoio do qual o partido tem gozado ancora-se na história da própria França, da qual

o Rassemblement não é, ele mesmo, senão um reflexo — como colocamos anteriormente, a história do Front é muito anterior ao próprio Front, e remetermo-nos a sua suposta origem seria um erro, bem como o seria atribuí-la unicamente a seus membros ou elementos internos. Essa tradição passa pelo colonialismo e pela descolonização, que estão na origem daquilo que Achille Mbembe (2005) classifica como etno-nacionalismo racializante:

O princípio que preside a ideia nacional francesa não foi totalmente limpo de toda suspeita étnica e, pela força das coisas, racializante. No fundo, quanto mais se invoca ritualmente os “valores da República” e o universalismo para se opor àquilo que se chama de “comunitarismo”⁴⁰, mais colocamos a nu (...) essa realidade. (MBEMBE, 2005, p. 141, tradução nossa)⁴¹.

De fato, parece-nos interessante a proposta de Bancel, Blanchard e Lemaire (2007) de que a emergência vigorosa no debate público da questão colonial francesa, via debates sobre a imigração, parece dar-se como um sintoma do retorno do recalcado, isto é, dos tempos de invisibilidade quando apenas as franjas mais extremas da política (como o próprio Front) ousavam levantar o tópico. Nesse sentido, “o longo encobrimento desta parte da história nacional explica a natureza desordenada e compulsiva de seu desvelamento, que se desdobra hoje no confronto de memórias concorrentes, cada uma tentando impor sua ‘parte da verdade’” (BANCEL; BLANCHARD; LEMAIRE, 2007, tradução nossa⁴²).

A literatura mostra que o colonialismo deixou sulcos profundos nas sociedades colonizadoras: na cultura popular e erudita, nos discursos e na cultura política, nas representações do “outro”, nas relações internacionais, nas políticas migratórias, no imaginário, no direito e nas formas de governo (BANCEL; BLANCHARD; LEMAIRE, 2007). Na França, entretanto, observa-se uma

⁴⁰ No debate francês, designa a ideia de que as diferenças entre grupos étnicos e religiosos e o resto da sociedade devem ser valorizadas.

⁴¹ le principe qui préside à l'idée nationale française n'a pas été totalement épuré de tout soupçon ethnique et, par la force des choses, racialisant. Au fond, plus on invoque rituellement les « valeurs de la République » et de l'universalisme pour les opposer à ce que l'on appelle le « communautarisme », plus on met à nu (...) cette réalité.

⁴² la longue occultation de ce pan de l'histoire nationale explique le caractère désordonné et compulsif de son dévoilement, qui se déploie aujourd'hui dans la confrontation de mémoires concurrentes, chacune tentant d'imposer sa « part de vérité ».

idiosincrasia curiosa. Malgrado o fim do colonialismo e a passagem do tempo, o país parece haver nutrido uma espécie de nostalgia colonial ou, mesmo, um revisionismo colonial institucionalizado, que tomou especial impulso por volta da década de 1990 — conjuntura da qual o Front soube se aproveitar. Desde então, por várias vezes o Estado francês demonstrou seu desejo de estabelecer um discurso colonial positivo e normalizante. Em 11 de novembro de 1996, o presidente Jacques Chirac, ao inaugurar um monumento em homenagem às vítimas civis e militares dos eventos no Norte africano, falava da “importância e da riqueza da obra que a França realizou ali e da qual ela se orgulha” (BANCEL; BLANCHARD; LEMAIRE, 2007, p. 16, tradução nossa)⁴³.

Le Pen, seu nacionalismo desconcertante e sua crescente popularidade justificam-se, de um lado, pelo medo da invasão da República e, do outro, pelo temor do desvanecimento da própria ideia da República francesa tal qual ela se coloca: a fratura colonial apresenta-se dentro da crise da identidade nacional e da dificuldade de integrar a brutalidade do colonialismo no quadro mais geral do republicanismo do qual este mesmo colonialismo fez parte. O colonialismo francês, como afirmam Bancel e seus colaboradores (2007), vai de encontro à própria representação da nação francesa: foram homens republicanos que deram impulso à conquista, e foi o republicanismo e os valores caros aos franceses que serviram de justificativa à empreitada. A epopeia colonial que se estendeu sobre os cinco continentes foi feita em nome dos valores universalistas e dos direitos do homem:

É porque a França postula a igualdade dos homens que ela tem, mais do que os outros, o direito de colonizar o mundo. Com a onda de conquistas coloniais contemporâneas, afirma-se um sistema de valores que a República tornaria seu a partir de 1871. (BANCEL; BLANCHARD; LEMAIRE, 2007, p. 37, tradução nossa)⁴⁴

Um sistema de valores fundado sobre o progresso encarnado por Comte, pela igualdade, pela educação, pelo laicismo e pela grandeza da nação e que, no século

⁴³ l'importance et la richesse de l'œuvre que la France a accomplie là-bas et dont elle est fière.

⁴⁴ C'est parce que la France postule l'égalité des hommes qu'elle a, plus que d'autres, le droit de coloniser le monde. Avec la vague des conquêtes coloniales contemporaines s'affirme un système de valeurs, que la République fera siennes à partir de 1871.

XX, foi posto em xeque pelo internacionalismo dos novos movimentos revolucionários, dos sindicatos, dos operários e das feministas. Passados sessenta anos da crise que representou a descolonização da Argélia, a questão colonial efervesce novamente face à pós-colonialidade e à globalização em seu caminho de unificação do mundo, em seus mercados e suas populações, trazendo à baila as profundas contradições e temores que circundam a ideia de nação francesa. (BANCEL; BLANCHARD; LEMAIRE, 2007). Marine Le Pen é o produto de seu tempo.

4 O CASO BOLSONARO

No capítulo anterior, buscamos estabelecer uma espécie de genealogia do Rassemblement National que permitisse a compreensão historicamente situada de sua forma contemporânea, bem como a inserção de Marine Le Pen no contexto mais amplo do conflito político francês e, mais precisamente, no campo das direitas. Nesse capítulo, objetivamos tecer algumas considerações sobre o caso brasileiro à luz do francês, destacando suas particularidades.

Nossas pretensões de execução de um movimento analítico centrado na História para o caso brasileiro, entretanto, demonstraram-se ambiciosas. A construção de uma genealogia de Jair Bolsonaro, ou do bolsonarismo, não é tarefa simples. Eleito pela primeira vez em 1988 para a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão, Bolsonaro pertenceu, desde então, a outras oito agremiações políticas.

Salta aos olhos, portanto, uma primeira diferença fundamental em relação ao caso anteriormente analisado: a ausência de uma base partidária organizada que alçasse Bolsonaro ao sucesso eleitoral em 2018. Pelo contrário, o candidato parece ter se tornado o ponto de fusão de uma parcela tradicionalmente conservadora do eleitorado brasileiro que se encontrava difusa até então, apenas vagamente alinhada, à direita, ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) até o segundo mandato de Dilma Rousseff. Virtualmente desconhecido das corridas eleitorais de grande porte até então, isolado politicamente, gozando de pouquíssimo tempo nas plataformas televisivas ou recursos financeiros, Bolsonaro impressionou uma parcela não desprezível dos melhores analistas ao galgar um caminho triunfante rumo à presidência da república. Mais ainda, elegeu-se rejeitando o que indicam todos os manuais de campanha: moderação do discurso visando atrair os eleitores de centro. (NICOLAU, 2020).

É verdade que, em países onde o chefe do Executivo é eleito pelo sistema majoritário de dois turnos, como o Brasil ou a França, os eleitores moderados tendem a afastar-se de opções de extrema-direita ou esquerda, migrando para o

candidato adversário no segundo turno. Foi precisamente esta a história da derrota do (então) Front National em 2017 e da alçada improvável de Emmanuel Macron à presidência, história que acabou por repetir-se nas eleições de 2022, garantindo a reeleição do presidente francês. Aqui, por outro lado, Bolsonaro elegeu-se a despeito de haver se tornado quiçá o mais controverso dos políticos brasileiros, célebre pelas homenagens prestadas ao regime militar de 1964 e seus verdugos. (NICOLAU, 2020).

Este parece ser um dos possíveis fios condutores — um particularmente profícuo — se objetivarmos traçar algo como uma genealogia de uma direita adormecida, uma direita que permaneceu viva, não obstante latente, após a redemocratização, e a qual Bolsonaro parece simbolizar. André Singer (2022), seguindo os passos de Perry Anderson (2019), sugere que a direita brasileira contemporânea tenha passado por um ciclo de longa duração dividido em duas fases. A primeira teve seu início marcado pelo golpe de 1964, que permitiu com que a direita cultivasse, por meio da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e seu sucessor, o PDS (Partido Democrático Social) uma “extensa base de massa que nunca deixou de existir, ser competitiva e apoiar o regime enquanto este vigorou” (SINGER, 2022, p. 4). Essa fase, em que a direita era óbvia, se estenderia temporalmente para além do próprio regime militar com as presidências de José Sarney e Fernando Collor, ambos egressos das agremiações que apoiaram a ditadura. Tratou-se da era de ouro da direita conservadora e estatista do século XX.

A presidência de Fernando Henrique Cardoso teria dado início a uma segunda fase, em que a direita teria permanecido, nas palavras de Singer (2022, p. 6), “excluída do jogo decisivo” — isto é, deficitária de uma candidatura viável à presidência. Associando-se ao PSDB, o PFL (Partido da Frente Liberal, hoje Democratas) inviabilizou candidaturas identificadas com a direita. A etapa que se estendeu de 1994 a 2018 foi, segundo Singer (2022, p. 7), “dominada por opositores de 1964 e da direita, partidos originalmente do campo da esquerda, sendo que um deles, o PSDB, deslocou-se para o centro no curso da transição presidida por Itamar”. Tratou-se de uma época em que a face mais proeminente de uma direita

ainda envergonhada da ditadura militar era constituída pelos liberais, reunidos em *think tanks* pró-mercado. Essa fase duraria até a ascensão de Bolsonaro.

A marcha de Bolsonaro ao poder sinalizou o início de uma nova fase da direita, marcada, segundo o autor, pela reativação da pré-disposição conservadora do eleitorado brasileiro. Singer (2022) demonstrou a consistência de uma opção conservadora do eleitorado brasileiro através das décadas: enquanto apenas partidos de centro e de esquerda demonstravam-se competitivos nas eleições presidenciais, parte não desprezível do eleitorado brasileiro encontrava-se disponível para a propaganda direitista. Ao passo que a direita desistia de ter candidato próprio, a esquerda havia seguido a fórmula básica do sucesso eleitoral descrita por Nicolau (2020), isto é, a moderação do discurso em busca da atração do público centrista, que representa (incluindo-se posições de centro-direita e centro-esquerda⁴⁵) cerca de metade do eleitorado brasileiro. Com o centro dilatado, o eleitor poderia escolher apenas entre opções minoritárias, forçando o deslocamento dos partidos ao centro caso pretendessem ganhar eleições majoritárias. Por outro lado, como observamos anteriormente, é plausível afirmar que o primado do neoliberalismo, iniciado na década de 1980, em associação com o declínio do socialismo de Estado, tenha deslocado o eixo político que divide a direita da esquerda em escala mundial. Assim, não surpreende que, no Brasil, a esquerda tenha dado consideráveis passos em direção ao centro.

A tendência do eleitorado brasileiro à identificação com a direita e centro-direita do espectro político, entretanto, significou um cenário diferente para Bolsonaro, assim como tinha sido para Collor antes dele. Se a unificação da direita — isto é, a capacidade de manter a centro-direita colada ao bloco conservador — permite vencer em segundo turno, a estratégia adotada por um como pelo outro foi não a de moderação, mas a de permanente agitação. Ter um inimigo a se combater, nesse sentido, é precisamente a goma que garante a aderência de setores amplamente divergentes da direita em um mesmo bloco eleitoral. (SINGER, 2022).

⁴⁵ No gráfico 1, no entanto, as posições de centro-direita foram agregadas à direita; as de centro-esquerda, à esquerda.

Foi dessa maneira que Bolsonaro percebeu-se capaz de reativar uma massa eleitoral adormecida. O regime de 1964 havia cultivado uma base que se desdobraria no Partido Progressista (PP) e no Democratas, posteriormente mobilizada por Collor e — após mais um período de latência — por Bolsonaro. Este trouxe de volta a própria massa cultivada pelo regime militar e buscou mobilizar o discurso do inimigo que conferia a suposta legitimidade desse regime. A ameaça comunista o ajudou a fincar suas garras em setores dos mais diversos da sociedade brasileira. Aliás, o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2020) demonstra que o anticomunismo foi “um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira” (MOTTA, 2020, p. 21).

É partindo da problemática de Bolsonaro como herdeiro e parte integrante da tradição anticomunista brasileira (que historicamente demonstrou-se capaz de aglutinar uma direita heterogênea) que este capítulo pretende traçar os contornos — ainda que tortuosos — da longa marcha da reativação de uma direita que acabou por não se encontrar em um partido, mas em um homem. Ou, melhor dizendo, em um mito.

4.1 Tudo como dantes no quartel de Abrantes

Se, como vimos, Marine Le Pen vem buscando desvencilhar-se do peso da tradição e da história daquilo que há de mais sombrio na direita europeia, o caso de Bolsonaro apresenta-se como diametralmente oposto. Ao longo de sua carreira política, Bolsonaro vem reiteradamente expressando sua admiração pelo regime de 1964, seus (assim chamados) heróis e ideais. Como veremos em maior profundidade mais adiante (na seção referente à análise de seus discursos parlamentares), Bolsonaro é um autoproclamado herdeiro da tradição autoritária, militarista, golpista e anticomunista que originou o regime ditatorial instalado em 1964. Trata-se de um projeto repressivo baseado na utopia autoritária segundo a qual seria possível extirpar comunistas, subversivos e corruptos que se punham no

caminho do destino glorioso do país do futuro (FICO, 2004). Nele, a contraposição entre homens de bem e os tipos acima descritos constituiu-se como elemento ideológico central. Segundo Fico (2004, p. 38), “a principal recomendação da doutrina era o combate interno ao comunismo”.

Motta (2020) esclarece que o anticomunismo brasileiro emana, historicamente, de três principais matrizes. A primeira é aquela ligada à religião: tradicionalmente, à Igreja Católica, para quem, a partir da Revolução Russa, o comunismo passou a figurar como “inimigo irreconciliável [...], um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta” (MOTTA, 2020, p. 42). Constituindo-se como sistema quase totalizante de explicação do mundo, uma filosofia pautada no materialismo ateu e na luta entre “irmãos”, o comunismo era capaz de oferecer uma alternativa sólida à Igreja e ao cristianismo, aos quais se opunha abertamente. O ápice da tensão entre comunistas e religiosos teria se dado durante a década de 1930, devido aos desdobramentos da Guerra Civil Espanhola e ao sem-número de atos antirreligiosos promovidos pelos revolucionários. A ortodoxia católica, então, foi o eixo de combate contra o comunismo. Posteriormente, na década de 1960, o sentimento anticomunista e a articulação de grupos empenhados em fortalecer a presença da Igreja viriam a crescer na mesma velocidade em que se proliferavam grupos de “esquerda católica”, menos interessados em tecer críticas ao comunismo do que em promover justiça social.

A segunda grande matriz do anticomunismo no Brasil foi o liberalismo. Aqui predominou uma retórica que se ocupava da luta contra o intervencionismo estatal e relegava para segundo plano a questão da participação política. Em relação à tradição religiosa e (veremos adiante) à tradição nacionalista do anticomunismo, a ação anticomunista liberal parece débil. Se a crítica liberal se assentava na defesa da liberdade e no combate ao autoritarismo, o extenso histórico de regimes autoritários instalados no Brasil republicano tornava o tema da liberdade particularmente sensível. Em períodos de maior encerramento político, como foi o Estado Novo, a inserção de conteúdo efetivamente liberal-democrático na argumentação anticomunista poderia demonstrar-se imprudente. Foi apenas no

segundo pós-guerra, passado o inebriante efeito do fascismo sobre nossas elites políticas e intelectuais, que o anticomunismo liberal encontrou maior eco. Nesse contexto, as ideias liberal-democráticas ganharam espaço entre empresários e proprietários e se tornaram fundamentação ideológica da Constituição de 1946. Especialmente nos anos que precederam o golpe de 1964, a democracia passou a ocupar lugar importante na retórica anticomunista liberal, que buscava contrapor democracia e comunismo.

A tradição autoritária brasileira servia de freio às aspirações puramente liberais, inclusive no que se refere ao anticomunismo. Para Motta (2020) é nela que repousa a terceira matriz do anticomunismo brasileiro: o nacionalismo. O nacionalismo que serviu de inspiração aos anticomunistas remete aos modelos conservadores do século XIX, onde a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização contra a desordem figuravam como elementos centrais. Para os nacionalistas brasileiros — que se organizavam, sobretudo, em torno das Forças Armadas — portanto, “a nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado” (MOTTA, 2020, p. 55). Precisamente por essa razão o comunismo era visto como ameaça à saúde do corpo nacional, instigando a divisão e a luta entre classes, além do internacionalismo.

Este último ponto parece ter sido fulcral para a constituição de um imaginário anticomunista nacionalista: por seus laços (tanto reais quanto imaginados) com o Kremlin, os comunistas foram tidos como agentes estrangeiros de sua real pátria, a pátria soviética — cujas ideias e proposições não possuíam qualquer relação com a realidade, o “caráter” e a “alma” brasileiros. O comunismo, portanto, não poderia significar senão uma momentosa ameaça à pátria. (MOTTA, 2020).

O binômio nacionalismo-anticomunismo foi central para as duas mais importantes ofensivas anticomunistas da história do país: o Estado Novo e a ditadura de 1964. Segundo Motta,

Ambos empenharam-se vigorosamente em campanhas de valorização dos ideais cívicos e patrióticos e estimularam o culto aos símbolos, datas e heróis nacionais, para tanto lançando mão de reformas educacionais e construção de monumentos, entre outras estratégias. A intenção, obviamente, era esvaziar o discurso comunista, promovendo a ideia de que a união da nação estava acima de qualquer consideração, fossem conflitos sociais ou interesses econômicos. (MOTTA, 2020, p. 62)

Em sua pesquisa o historiador constatou, igualmente, que foram os militares o grupo social mais receptivo às propostas nacionalistas de mobilização contra o comunismo. Indivíduos egressos das Forças Armadas se demonstram particularmente propensos a agir contra o perigo vermelho. Nos meios militares havia, naturalmente, duas fortes tendências que advinham do papel constitucional da corporação como garantidora da ordem: respeitar o *status quo* e preservar a integridade nacional. Ambas os atiravam contra qualquer proposta revolucionária. Daí seu papel como apoiadores de Vargas na década de 1930 e como núcleo duro do golpe civil-militar de 1964.

É o enraizamento do anticomunismo em grupos que historicamente obtiveram sucesso em realizar uma ampla coalizão anticomunista (como os militares, os católicos tradicionalistas e as classes dominantes) aquilo que explica a capacidade de reciclagem da retórica anticomunista na política brasileira. Essa é a razão pela qual o discurso de Bolsonaro ecoa não apenas aquele produzido pelo regime militar, mas a tradição iniciada no Brasil após a revolução de 1917 e consolidada durante a era Vargas⁴⁶, período no qual estabeleceram-se inúmeros (e heterogêneos) grupos civis de combate ao comunismo (por vezes de caráter violento), além de uma frente parlamentar instituída em 1961. Esses mesmos grupos, a despeito de suas particularidades (de grupos de mulheres cristãs até o violento Comando de Caça aos Comunistas), viriam a mobilizar-se em torno do chamado dos militares em 1964, consolidando a “união sagrada” contra o comunismo:

⁴⁶ A constituição promulgada, em 1937, por Getúlio Vargas, cuja escalada ao poder foi propulsionada pela suposta ameaça do (inverídico) Plano Cohen, chegava a estabelecer o anticomunismo como um dos pilares do novo governo.

O comício da Central provocou a consolidação das mobilizações anticomunistas e anti-João Goulart, cujo movimento convergente se completou. Setores sociais importantes, que até então se mantinham em expectativa, alguns inclusive simpáticos à pregação reformista, alinharam-se ao lado da direita radical, sob a bandeira do anticomunismo. O processo de formação da “união sagrada” contra o comunismo se consumou, reunindo as elites empresariais, militares, políticas, religiosas e as classes médias, todos amedrontados ante a possibilidade de uma suposta ruptura revolucionária (MOTTA, 2020, p. 289)

O anticomunismo, que consistiu no argumento principal para o golpe de 1964, invocava velhas temáticas: o sofrimento mundial causado pelo comunismo (a pobreza, a fome e a miséria supostamente disseminadas por socialistas), a representação dos comunistas como manifestações do mal e da imoralidade (uma ameaça clara à família e aos bons costumes), a ameaça da infiltração de uma ideologia estrangeira e capitaneadas por agentes infiltrados, a invocação da chamada Intentona como símbolo de sua derrota. Além disso, pode-se notar a permanência de uma antiga ideia, capitaneada pelos militares da década de 1930, de que os militares constituiriam a única “força sã e honesta da nação, campeões imaculados do bem e devotados a livrar a pátria do inimigo nefasto” (MOTTA, 2020, p. 244). Percebe-se a força das duas principais matrizes (a religiosa e a nacionalista) do anticomunismo na própria centralidade que tomavam questões morais e relativas à segurança nacional na retórica anticomunista do regime militar.

Alguns pontos de ruptura com a tradição anticomunista nacional, entretanto, valem ser sublinhados. Já na década de 1960 era possível observar o deslocamento do papel da Igreja Católica como instituição mobilizadora dos sentimentos anticomunistas. A ortodoxia católica deu lugar a uma espécie de ecumenismo anticomunista, capaz de potencializar a adesão de outros grupos religiosos ao movimento, mas que sustentava o viés da crítica moralizante como eixo principal.

Outro movimento interessante deve ser apontado. Se os militares de fato acreditavam na ameaça comunista que serviu de pretexto para o golpe, logo suas impressões demonstraram-se superdimensionadas. À medida que o regime avançou (e, com ele, a ofensiva, apoiada por grupos da sociedade civil, contra aqueles tidos como comunistas), tornou-se claro que os comunistas não eram tão numerosos,

fortes ou articulados como haviam previsto os militares. Uma nova retórica (que nos é de particular interesse, devido a sua retomada por Jair Bolsonaro) emergiu: uma que associava o comunismo à corrupção. Emergiram acusações de que João Goulart havia herdado do “mar de lama” do governo varguista a tolerância com a corrupção. Como pontua Motta,

as denúncias contra a corrupção frequentemente vinculavam essa prática à trama comunista. Os vermelhos seriam responsáveis por estimular a corrupção, pois, por meio desse recurso, aliciavam para seu lado políticos “menos sensíveis aos fatores moral ou cívico”. De acordo com as representações anticomunistas, o problema da corrupção era um desdobramento secundário da ameaça maior, o comunismo. (MOTTA, 2020, p. 297)

Não é difícil perceber que o bolsonarismo parece ser caudatário das três matrizes do anticomunismo, especialmente a religiosa e a nacionalista. Como veremos mais adiante, o discurso de Bolsonaro replica incessantemente a tradição anticomunista arraigada na política brasileira desde o início do século XX. Particularmente, ele parece ter se erguido precisamente sobre a fundação de um amálgama de grupos sociais distintos, unidos sob o signo do anticomunismo, que veio se consolidando ao longo deste mesmo século. Para sustentar-se sobre uma base tão heterogênea, apega-se ao mesmo discurso anticomunista unificador, moralista, de segurança nacional (portanto, militarizado) e que, por vezes, tangencia a temática do combate à corrupção (na medida em que esta é considerada consequência do fortalecimento de grupos de esquerda). Age ao exemplo e inspiração declarados da ditadura militar.

De fato, podemos considerar que Bolsonaro é herdeiro direto do regime: foi treinado nos quartéis do exército sob a influência dos oficiais da chamada “linha dura”, que se tornaram instrutores das turmas de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras após sua participação no desmonte da guerrilha do Araguaia, último dos redutos de resistência armada ao regime militar. Ali, teve oportunidade de estar ao lado de oficiais atraídos pela luta contra a subversão e, em alguns casos,

envolvidos com grupos militantes e, mesmo terroristas. A ditadura militar lhes havia concedido

um espaço e um sistema a ser defendido bem como uma nova identidade política: eles são 'combatentes da revolução', que exigem a eterna perpetuação dos anos de chumbo sob o argumento de que a ameaça subversiva é imortal (CHIRIO, 2012, p. 141)

Retomaremos este ponto mais adiante. Reivindicando essa herança, bradando pela defesa nacional, contra a penetração de agentes estrangeiros (como médicos cubanos) e contra o PT (considerado um partido comunista), Bolsonaro conseguiu atrair o apoio de setores que se encontravam afastados do núcleo militar conservador ao qual, por formação e convicção, pertence. A importância desse movimento não deve ser subdimensionada. Foi o anticomunismo (convertido em antipetismo) um dos elementos que conseguiu aproximar Bolsonaro de círculos onde ele fora anteriormente motivo de desprezo e, mesmo, chacota.

Este é o caso dos círculos liberais que, a partir de 2013, começaram a se organizar nas ruas e nos partidos políticos; um núcleo afastado dos militares e, não raro, avesso às ideias conservadoras de indivíduos como Bolsonaro. Precisamente por conta dessas divergências, esses círculos da direita mantiveram-se afastados por um bom tempo após a redemocratização.

Cabe entendermos o estado das relações entre a direita conservadora e a liberal quando sua aliança se consolida definitivamente para embalar a candidatura de Bolsonaro em 2018. Em *Menos Marx, mais Mises* (2021), Camila Rocha descreve o processo de formação da chamada "nova direita", um círculo liberal que acabou por embarcar na campanha de Bolsonaro às vésperas da campanha de 2018. A chamada "nova direita" liberal encontra suas raízes em meados do século passado, com a publicação de autores tais quais Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman. A publicação foi apoiada pelo empresário Adolpho Lindenberg, primo de Plínio Corrêa de Oliveira, que se tornaria líder do movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundado em 1960. Por conta de sua linha de ação, baseada sobretudo no anticomunismo católico, a TFP logo aproximou-se dos empresários

que, por meio do recém-fundado Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), buscaram, eles também, tomar a dianteira do combate ao comunismo. O Comitê Executivo, a Comissão Diretora e o Conselho Orientador do instituto, entretanto, não se constituíam apenas de empresários e intelectuais, como por militares (liderados por Golbery do Couto e Silva) que se ocupavam de atividades de inteligência anticomunista. Já os intelectuais, ocupados das atividades de propaganda (como o próprio Lindenberg) eram em grande parte católicos conservadores (alguns, inclusive, clérigos), muitos advindos do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) ou da Sociedade Convívio.

Os liberais, entretanto, eram muito poucos e, com a consolidação do regime militar que contribuíram para instalar, alinharam-se a Castelo Branco. Ao contrário dos conservadores — que conseguiram ser alocados nas estruturas do regime precisamente por haverem incorporado o discurso anticomunista —, intelectuais liberais não encontraram espaço nas gestões posteriores — que adotaram uma orientação econômica estatizante — e tampouco na União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia, de início, as bases governistas. Naquele momento, portanto, recolheram-se em círculos empresariais, como o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), de opositores à política econômica do governo militar, que se expandiam à medida que aumentava o ativismo pró-mercado de empresários como Henry Maksoud. Afastados dos militares e aproximados de egressos da Escola de Chicago, os liberais passaram a se organizar institucionalmente durante a década de 1980, após a fundação do primeiro de muitos *think tanks* voltados para a divulgação do ideário liberal: o Instituto Liberal.

Seguindo aquilo que se transformava em uma tendência internacional, o ideário pró-mercado passava paulatinamente a penetrar as organizações anticomunistas, e a direita ia tomando uma nova face:

Se antes da transição democrática, o apoio à ditadura era a principal baliza que definiria o pertencimento à direita, durante o processo de democratização, em especial no bojo do momento constituinte (1987-1988), a direita abraçaria a defesa de políticas de liberalização econômica, ditas “neoliberais”, como seu principal traço programático. (KAYSEL, 2015, p. 68)

Diversos intelectuais e empresários que haviam apoiado o golpe passaram a orbitar o circuito de *think tanks* durante a década de 1980. À medida que era incorporado por intelectuais conservadores, o ideário pró-mercado passava a tomar proeminência. Ao mesmo tempo, as antigas sociedades conservadoras (como a Sociedade Convívio, a IBF e a TFP) iniciaram seu declínio. De um lado, a redemocratização fez com que seus membros perdessem o lugar que ocupavam ao lado do regime militar. Por outro, o Brasil começava a passar por uma transição religiosa, na qual o catolicismo tradicional cedia espaço tanto para as proposições da Teologia da Libertação quanto para novas correntes de matriz evangélica. (ROCHA, 2021)

A redemocratização pareceu unir novamente instâncias que, sob a força do regime militar, haviam se separado parcialmente. Nesse sentido, o que havia em comum entre conservadores e ativistas pró-mercado era o fato de que eles se demonstravam insatisfeitos em relação ao pacto de 1988. Consolidava-se novamente, portanto, o amálgama liberal-conservador no país. Naquele momento, entretanto, os liberais, fortalecidos pela rede de *think tanks* das décadas de 1980 e 1990, representavam o elo mais forte desse binômio. As antigas lideranças conservadoras, por sua vez, viam-se forçadas a reformular seu discurso, e deslocavam-se do combate ao comunismo às questões relacionadas às agendas feminista e LGBT. É dessa época que data a formulação da expressão “ideologia de gênero” por intelectuais católicos.

Por outro lado, novas lideranças conservadoras surgiam no campo evangélico, impulsionadas pela força que tomavam internacionalmente (e, sobretudo, nos Estados Unidos) o neopentecostalismo e a Teologia da Prosperidade

⁴⁷. No contexto da expansão do neoliberalismo mundial, aquilo que Lacerda (2019)

⁴⁷ Organizações religiosas norte-americanas orquestraram uma investida na América Latina ainda durante o período da ditadura militar, exportando lideranças, financiando transmissões evangélicas

denomina neoconservadorismo brasileiro passou a ser encabeçado também por figuras e instituições que se expandiam à medida que o Estado demonstrava sua insuficiência no enfrentamento da marginalização social. Por essa razão (e por uma certa convergência de valores) núcleos evangélicos, já articulados politicamente, passaram a atuar com proximidade do núcleo parlamentar atuante na área de segurança pública — a chamada bancada da bala. Em um contexto periférico, onde a pauta econômica do neoliberalismo e a lógica de mercado pura e simples não conseguem legitimar-se perante crentes que, via de regra, dependem de políticas sociais, a pauta da moralidade e da família tradicional — à diferença daquilo que pudemos observar no caso francês — colocou-se como núcleo duro do neoconservadorismo brasileiro.

A direita conservadora tradicional, entretanto, que havia se aproximado do regime militar, ainda se recolheria por mais alguns anos em círculos relativamente isolados após a redemocratização. Malgrado a anistia concedida aos ditadores e torturadores do regime, fazia-se dificultosa sua presença na esfera pública, bem como seu enquadramento partidário. Os anos em que Lula ocupou a presidência coincidiram tanto com o período de declínio dos *think tanks* quanto com o auge do fenômeno da “direita envergonhada”. Essas são algumas das possíveis explicações para o fato de que a direita brasileira (com exceções pontuais, como o Movimento Endireita Brasil, fundado na esteira do Mensalão, em 2006, por Ricardo Salles) tenha demonstrado dificuldades em organizar-se durante a primeira década deste milênio. (ROCHA, 2021)

A eleição de Dilma Rousseff, no entanto, deu-se ao arrepio e grande descontentamento das direitas brasileiras. O histórico pessoal de Dilma, sabidamente sobrevivente dos porões da ditadura militar, bem como seu apoio à criação e atividade da Comissão Nacional da Verdade (CNV), parece ter despertado a ira de uma direita que vinha se mantendo até então relativamente recôndita. Enquanto Junho de 2013 permitiu com que a direita se alinhasse a um discurso que colava disposições anti-corrupção ao anti-petismo, a Campanha Pelo Impeachment

em rádio e TV e treinando quadros religiosos na mídia. A partir de então, o crescimento da adesão às denominações evangélicas tem crescido incessantemente.

uniu pela primeira vez ultraliberais até então recolhidos em comunidades obscuras do Orkut, discípulos de Olavo de Carvalho, religiosos fundamentalistas e figuras como aquelas da família Bolsonaro. De maneira um tanto similar ao que havia acontecido na ocasião do Comício da Central, de Jango, solidificou-se uma espécie de união sagrada antipetista dentro de uma direita cuja seção liberal havia saído fortalecida da onda de *think tanks* dos anos 1980 e 1990. Mais uma vez, a direita recorreu à antiga estratégia de conectar a esquerda brasileira a uma suposta articulação comunista internacional — dessa vez uma na qual Cuba, e não mais a URSS, parece representar o fulcro. Para Motta (2021), reside aí o principal ponto de contato entre o anticomunismo tradicional e o antipetismo, o que teria levado os propagandistas de direita a cunhar expressões como “lulocomunismo” e “comunopetismo”. A associação confere potência ao discurso da direita, uma vez que

o anticomunismo traz um rendimento propagandístico ímpar. Afinal, os exemplos históricos que alimentam o discurso de direita se referem aos países comunistas representados como experiências fracassadas, totalitárias e assassinas. A estratégia discursiva é conectar os governos petistas a tal história de violência e sofrimento, com isso procurando convencer o público de que eles são perigosos e deveriam não apenas sair do poder, mas ser eliminados do sistema político. (MOTTA, 2021, p. 12)

Aqui uma observação faz-se necessária. É possível que se argumente que a onda antipetista não possa espelhar os sentimentos de meados do século passado, quando o anticomunismo tornou-se o pilar central do golpismo. Não se tratando de um partido comunista, o PT não poderia ser alvo de anticomunismo: seria, sim, alvo de um sentimento essencialmente particular a sua própria situação, alvo do antipetismo. O que gostaríamos de sugerir, entretanto, é que o antipetismo possa ser tratado como uma forma de manifestação do anticomunismo — que frequentemente, historicamente, esteve colado ao discurso anti-corrupção do qual o PT também foi alvo. Não o fazemos sem motivos: o anticomunismo no Brasil nunca foi exclusivamente anticomunista. Por vezes aplicava-se aos comunistas de fato.

Com mais frequência do que o contrário, contudo, o discurso anticomunista foi mobilizado para atacar qualquer forma de política vagamente progressista que ameaçasse o *status quo*. Assim, eram tratados como comunistas, e vítimas do anticomunismo, grupos tão diversos quanto trabalhistas e anarquistas. Pode-se dizer que o comunismo parece operar como uma espécie de fantasma, pouco importando sua existência real — o que é particularmente verdadeiro após o fim da Guerra Fria. (MOTTA, 2021)

Analiticamente, esse fato não é desprezível. Significa que o anticomunismo nunca foi propriamente *anticomunista*. É por essa razão, precisamente, que sugerimos que o antipetismo possa ser lido como um anticomunismo: como os trabalhistas antes deles, membros do Partido dos Trabalhadores não precisam ser comunistas para serem alvo do anticomunismo. Com este movimento, tornamo-nos capazes de situar o Partido dos Trabalhadores e os sentimentos que ele despertou no plano da longa duração, dos movimentos seculares da política brasileira. Isso, por sua vez, pode auxiliar a compreender a ascensão meteórica de Bolsonaro no contexto das agitações antipetistas do último mandato de Dilma.

A esta altura, Bolsonaro, através de sua *fan page* do Facebook (criada em 2013), já havia se convertido em figura célebre — movimento catalisado tanto pelos desdobramentos da Operação Lava-Jato quanto pela adesão completa à pauta conservadora que se intensificou a partir de 2010. Se, até então, o deputado havia aderido à maior parte do repertório conservador, com sua defesa do militarismo interno e externo (destacando-se sua atuação parlamentar em prol dos direitos e da maior remuneração de militares e policiais) e seu anticomunismo, ele não se havia colocado, até então, como um típico defensor da religião e da família tradicional. Foi sobretudo a partir de 2010 que Bolsonaro passou a adicionar a defesa da família tradicional a seu rol de preocupações⁴⁸. Se antes referia-se a menores de idade quase exclusivamente para demandar que pudessem ser encarcerados, a legislatura

⁴⁸ O ponto de virada parece ter sido a “Escola sem homofobia”, uma iniciativa não governamental pensada para compor o Programa Brasil sem Homofobia do governo federal, consistindo em materiais didáticos voltados para a promoção dos direitos humanos e cidadania da comunidade LGBT.

de 2011 a 2015 observou Bolsonaro converter-se em um defensor das crianças e aproximar-se de figuras como o pastor Marcos Feliciano.

Por outro lado, sua presença nos círculos da direita liberal ainda era fonte de desconforto para muitos. Logo, contudo, os liberais tratariam de baixar suas resistências. Não seria, é claro, a única vez em que se registra a adesão de liberais e defensores do livre-mercado a projetos políticos conservadores. Trata-se de uma tendência histórica que já se havia manifestado, por exemplo, na eleição do senador americano Barry Goldwater, apoiado por libertários, no apoio de Friedrich Hayek à eleição de Margaret Thatcher e, é claro, como vimos anteriormente, na adesão de setores supostamente democratas ao golpe militar de 1964 (MOTTA, 2020). Em 2017, quando o presidente do IEE apresentou o banqueiro Paulo Guedes a Bolsonaro, um círculo parecia se fechar. Sob a bênção de Rodrigo Constantino, Guedes — figura bem relacionada nos círculos de *think tanks* liberais — tornou-se a ponte entre Bolsonaro e o mercado financeiro.

Aqui nossas fontes primárias revelaram algo no mínimo interessante. Como vimos anteriormente, o processo de adesão dos conservadores ao ideário pró-mercado foi paulatino mas insistente. Não é raro que analistas na imprensa considerem Bolsonaro um liberal de última hora: um deputado que teria defendido o projeto intervencionista do governo militar até as vésperas das eleições, quando a aliança com a direita liberal o teria impulsionado em direção ao liberalismo. Uma análise mais detida dos discursos parlamentares de Bolsonaro, entretanto, é capaz de atestar que sua adesão ao discurso liberal é bastante anterior à sua candidatura à presidência. Ainda, se demonstra que sua defesa do livre-mercado não implicava a oposição a medidas intervencionistas aos moldes do regime de 1964. Pode parecer contraditório e, objetivamente, é.

Bolsonaro, como tantas figuras políticas, não está isento de contradições. Pelo contrário, talvez seja possível afirmar que o contexto descrito acima, de aproximação de núcleos direitistas diversos, tenha sido particularmente fértil para o florescimento de combinações exóticas entre elementos ideológicos distintos, advindos de matrizes de pensamento diversas, e que apenas de maneira um tanto

insólita poderiam ser combinados em um mesmo discurso político. De maneira aparentemente irrefletida, sem procurar encontrar sustento lógico ou filosófico para suas proposições, Bolsonaro, pelo menos desde 2014, passou a dispor lado-a-lado elementos da tradição militar-conservadora da qual faz parte, da tradição neoconservadora religiosa à qual aderiu tardiamente e o discurso pró-mercado capitaneado pelos liberais.

Cabe ilustrar essa afirmação. No dia 13 de março de 2014, em discurso em que celebrava o aniversário do golpe de 1964, o então deputado afirmou:

Em 9 de abril de 1964, este mesmo Congresso elegeu Castelo Branco para presidir o Brasil, inclusive com o voto de Ulysses Guimarães. Foram 20 anos de pleno emprego, segurança e respeito aos humanos direitos. Passamos da 49ª para 8ª economia do mundo, mesmo com duas crises do petróleo. Só no governo Médici foram construídas 15 hidrelétricas. Com Geisel e Figueiredo, veio Itaipu Binacional e também a Usina de Angra. Sem as obras dos militares o Brasil não existiria. (DISCURSOS..., 2020)

No mesmo discurso, prosseguiu para lamentar o fato de que os livros escolares da atualidade “condenam o capitalismo, o livre mercado e a propriedade privada e exaltam o socialismo como remédio para todos os males”. Já ele mesmo se definiu, em discurso exatamente um mês antes, em 13 de fevereiro, da seguinte maneira: “sou de direita, sou capitalista, sou pelo livre mercado. Eu sou uma pessoa que não tem nada a ver com a ideologia de esquerda — nada, absolutamente nada!” (DISCURSOS..., 2020).

Para o olhar atento e analítico, a contradição parece óbvia. Resta a impressão, entretanto, de que, para Bolsonaro, ela possa não ser tão evidente assim. Adotando o discurso pró-mercado preconizado pelos liberais, o então deputado parece legitimamente não ter se dado conta de que o projeto liberal nada tem em comum, em termos econômicos, com o receituário intervencionista do regime militar. A construção de hidrelétricas ou grandes obras públicas, que ele lamenta não ter sido repetida pelos governos petistas, ou mesmo o pleno emprego, muito dificilmente poderiam ter lugar no Estado mínimo liberal — para ficar em apenas alguns exemplos.

Mas isso não impede que esses elementos sejam justapostos no discurso de Bolsonaro, demonstrando, de um lado, o equilíbrio frágil da direita brasileira contemporânea e, do outro, a importância de um inimigo comum para manter unidas fatias do eleitorado cujos interesses são conflitantes. Daí, talvez, a importância que teve o discurso anti-corrupção para os eventos que levaram à eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Mais uma vez, demonstrada a fragilidade de um perigo comunista (pelo menos para setores menos conspiracionistas e desconectados da realidade), foi necessário associar o partido supostamente comunista ao discurso anti-corrupção, cujo apelo para a classe média e empresarial, como já havia mostrado a campanha de Fernando Collor, era imenso. Historicamente, como demonstramos, a direita tem obtido sucesso em reunir-se em torno do anticomunismo e do discurso anti-corrupção. Adaptando seu discurso ao gosto do freguês, Bolsonaro foi capaz de colocar mais uma vez sob o mesmo guarda-chuva conservadores, tanto militares quanto religiosos, e liberais.

4.2 Com a palavra, Jair Bolsonaro

Assim como procedemos com os discursos parlamentares de Marine Le Pen, nosso trabalho sobre aqueles de Jair Bolsonaro iniciou-se com a leitura da íntegra de suas manifestações na Câmara dos Deputados compreendidas entre os anos de 2013 (entendendo que foi a partir daquele ano que, na esteira das mobilizações de Junho e da criação de sua página no Facebook, o deputado tomou maior proeminência) e 2018, último ano de seu mandato. A etapa seguinte consistiu na codificação de suas manifestações, buscando, assim como no caso francês, identificar e salientar termos e ideias que nos eram de interesse. Nessa etapa, buscamos averiguar a possibilidade de formação de polos discursivos que opusessem o deputado e os seus (nós) a um inimigo (o outro). Esta acabou por demonstrar-se uma tarefa bastante simples: em uma primeira leitura das manifestações de Bolsonaro, salta aos olhos sua tendência a identificar e

culpabilizar inimigos. Na verdade, poderíamos afirmar que este é o núcleo de seus discursos, seu tópico de predileção. Retomaremos esse ponto mais adiante. O passo seguinte, da mesma maneira como procedemos com os discursos da deputada francesa, foi identificar os problemas associados aos inimigos, bem como aquilo que havia de positivo em seus discursos, isto é, as propostas voltadas à solução dos problemas.

De maneira similar ao que pudemos observar no caso francês, tanto os termos “povo” quando “nação” foram infrequentes, especialmente se comparados com aqueles termos (como, por exemplo, “PT”) utilizados na identificação dos “outros”. Obtivemos aí o primeiro dos indícios de que as categorias de Laclau poderiam ser úteis para nossa análise: em análise preliminar, os discursos de Bolsonaro pareciam permeados pela negatividade. Note-se, entretanto, que “povo” foi, factualmente, uma palavra muito mais empregada por Jair Bolsonaro. Entre outras coisas, este fato poderia indicar que Marine Le Pen esteja mais atenta ao fato de que o uso frequente da expressão pode facilitar com que um político possa ser taxado, pejorativamente, de populista. Uma outra possibilidade, contudo, é de que no contexto francês, dadas as características associadas ao nacionalismo excludente que destacamos no capítulo anterior, a palavra *francês* torne-se significativa.

É preciso fazer uma consideração antes de prosseguirmos. A teoria do populismo de Laclau tem como um de seus pontos principais a conversão de determinados significantes em pontos nodais do discurso, como discutimos anteriormente. Ao nos utilizarmos dela para a análise de nosso material, entretanto, uma questão metodológica importante se impõe. Trata-se da averiguação da centralidade, ou nodalidade, do “povo” na cadeia de equivalências constituída. Ora, parece difícil que possamos examinar de maneira objetiva qual a centralidade de uma noção qualquer, atribuindo-lhe uma cifra. Contudo, demonstrar a centralidade do “povo”, por exemplo, torna-se um tanto mais plausível se pensarmos que tal centralidade apenas pode ser *relativa*, isto é, que não são necessários (ou sequer possíveis) valores absolutos. O que de fato se encontra dentro das possibilidades da

análise qualitativa, defendemos, é demonstrar que (por exemplo), em relação a um caso B, no caso A pode-se observar maior ou menor centralidade de determinados significantes. Nesse caso, o que deve ficar claro ao final desta seção é a nodalidade relativamente alta do “povo” em Bolsonaro, em relação àquele nos discursos de Le Pen. Não estamos, aqui, em busca de absolutos. Revela-se aqui a importância da análise comparativa para nossos fins.

Isto posto, passemos à elencagem daqueles termos que codificamos como pertencentes à categoria do “outro”, para Bolsonaro. Para referir-se àqueles a quem se opunha, Bolsonaro, como Marine Le Pen, também não poupou palavras. Para Bolsonaro, o “outro” é representado, dentre outros, pelas figuras de Lula, Dilma Rousseff, José Dirceu, Paulo Maluf, Fernando Haddad, Celso Amorim, Benedita da Silva, Gleisi Hoffmann, Maria do Rosário, Fernando Henrique Cardoso, João Goulart, Carlos Araújo, Randolfe Rodrigues, Inácio Arruda, Luiza Erundina, José Genoíno, Eleonora Menicucci, Rubens Paiva, Nicolás Maduro, Evo Morales, Lênin, Carlos Marighella, Hugo Chávez, Fidel e Raul Castro, Aloízio Mercadante, Carlos Eugênio Paz, Miriam Leitão, Pepe Mujica e Carlos Lamarca.

De maneira menos pessoal e individualizante, parece ter eleito como seus inimigos a UNASUL, o Foro de São Paulo, a classe política, a esquerda e a extrema esquerda, radicais de esquerda, “esquerdopatas”, “esquerdalhas” ou simplesmente esquerdistas, petistas, petralhas e “a petralhada”, o Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Distrito Federal, “todo tipo de gente” (referindo-se aos imigrantes), “tudo quanto é tipo de escória”, “elementos”, “vagabundos”, “tipo de gente”, o PT, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), o governo (mesmo para aquele encabeçado por Michel Temer, após o golpe de 2016), deputados do PSOL, a China, a Palestina, Cuba, Venezuela, União Soviética, Equador, a ditadura cubana e os supostos agentes cubanos (sobretudo médicos), tidos como “carrapatos” e “vermes”, “marginais” do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o próprio MST, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a Ação Popular, as Brigadas Vermelhas, a Vanguarda Popular

Revolucionária, as FARC, haitianos, Estado Islâmico e senegaleses, a Comissão Geral da Câmara, os governos do PSDB, a mídia e a imprensa, a “facção criminosa que está no poder”, o Comando Vermelho, o Primeiro Comando da Capital, os Amigos dos Amigos, o Primeiro Comando do Paraná, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, o Comando de Libertação Nacional, os Proletários Armados Pelo Comunismo, a guerrilha, sanguinários ditadores (de esquerda), Satanás, os “inimigos de ontem que hoje estão no poder”, os maus brasileiros, os traidores, menores infratores (“marmanjos”) e suas “hordas”, a ditadura bolivariana, canalhas, sem-vergonhas da política dos direitos humanos, entidades de direitos humanos, a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara, a “cambada” dos direitos humanos, organizações não-governamentais (ONGs) e defensores de “vagabundos”, patifes, corruptos, assassinos, homicidas, pedófilos, traficantes, estupradores, perseguidos políticos, sequestradores, marginais, bandidos, a “bandidagem”, a “vagabundagem” brasileira, gentalha, gays, facínoras, terroristas, presidiários, maoístas, bolcheviques, marxistas, comandantes da luta armada cubana, ditadores da África, da Coreia e de Cuba, bolivarianos, o mal, índio, a Comissão Nacional da Verdade, a Rússia, a KGB (Komitet Gosudarstveno Bezopasnosti), a guerrilha do Araguaia, iranianos, nós (políticos) ou vocês (políticos), a elite econômica e corrupta e o poder Judiciário.

A esses grupos, Bolsonaro atribui a responsabilidade pelos problemas brasileiros, quais sejam: as fraudes nas eleições, o sistema eleitoral falho, o aparelhamento das instituições, a falta de fé na política da população brasileira, o poder do Tribunal Superior Eleitoral, a corrupção, as indicações políticas, a manutenção da política tradicional, a Lei da Migração de 2017, a imigração, a “questão ideológica”, a crise do três poderes, a usurpação dos poderes do Legislativo por parte do Judiciário, a falta de segurança, o caos no campo e a ameaça à agricultura causados pela indústria da demarcação, o abuso de autoridade, o desmando, o descaso, a exploração do nióbio brasileiro pela China, a entrega de riquezas minerais (de maneira mais geral) para os chineses, a dependência de gás da Bolívia, a “situação de Roraima” (referindo-se à problemática

indigenista, ambiental e aquela referente à imigração de venezuelanos), as grandes reservas indígenas que ameaçam a integridade nacional, a falência de estatais, a importação de potássio da Rússia, a interferência da inteligência cubana e venezuelana sobre o governo Dilma, a radicalização ideológica, a desordem social, greves, luta armada por vir, a presença de militares e agentes cubanos no Brasil a serviço do PT, a tomada do Colégio Pedro II por marginais do MST, promovendo o desrespeito à constituição, à família, a ideologia de gênero e o crime contra as crianças, o estímulo precoce das crianças ao sexo, o fato de a esquerda supostamente considerar o estupro uma cultura ou patologia, ensino de questões de gênero na educação básica, a suspeição, “quase certeza” de que o salário dos médicos cubanos voltaria para Cuba e de lá acabaria nas mãos do PT via Foro de São Paulo, a cultura de impunidade para os estupradores, a ideologia de esquerda nas escolas, a “intubação” de crianças e pregação do socialismo, a possibilidade de um ato terrorista e declaração de um Estado de Defesa que impedisse o PT de ceder o poder democraticamente a um líder eleito, a existência de cubanos, pessoal do Estado Islâmico e haitianos dentro das fronteiras brasileiras, a iminência de um banho de sangue causado pela presença de agentes estrangeiros no Brasil, os sinais que PT e PCdoB viriam dando de que “vão para o tudo ou nada”, o patrocínio de movimentos com dinheiro público, a falta de compromisso do governo Dilma com a democracia e a liberdade, a máquina de ódio e mentiras da esquerda, o apagamento de fatos sobre 1964, o fato de as minorias serem jogadas umas contra as outras, a roubalheira e o assalto aos cofres públicos e à Petrobrás, as pretensões do governo a uma ditadura, a ausência de uma política de planejamento familiar, o crescimento populacional, o empobrecimento geral, os ataques contra o agronegócio, a Base Nacional Comum Curricular, o empobrecimento do país, a compra de votos, o aparelhamento do Judiciário, a crise econômica, os negócios com o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), a crise do agronegócio, a crescente dependência de outros países da América do Sul sob a égide da “grande pátria bolivariana”, o impedimento de movimentos democráticos, o desarmamento do cidadão de bem, o aumento da carga tributária, a ameaça da perda da Amazônia, a

crise ética, moral e econômica, o porto de Mariel, a Medida Provisória draconiana contra os caminhoneiros, o terror no campo, a obstrução de vias pelo MST, os saques na poupança, a crise energética, viés ideológico no comércio exterior, a Lei da Anistia, a crise de autoridade, a “maior taxa de desemprego do mundo”, a inflação, os juros altos, a estagnação econômica, a penalização dos empresários pela crise, o aumento e criação de impostos, a insegurança, o laxismo judicial com menores infratores, a imigração de haitianos e de pessoas advindas de países “que nunca admitiram liberdade em seu solo”, a pedofilia, o uso da Comissão Nacional da Verdade para “esculachar” os militares, a iminente transformação das escolas em bordeis homoafetivos, o desrespeito às famílias representado pela parada gay, a valorização de movimentos culturais lésbicos, gays, bissexuais e travestis, o ativismo gay, a indústria de demarcação de terras indígenas, o desgaste dos valores familiares, o comunismo, o Plano nacional de promoção da cidadania e dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais, a “sanha” LGBT, a retirada do porte de arma de policiais militares da reserva, a falta de direitos trabalhistas dos militares, a nova reforma da previdência militar, os salários das forças armadas, a falta de fundo de garantia, hora extra e carga horária de 44 horas por semana dos militares, o poder da Secretaria de Direitos Humanos em relação à pasta de Defesa, o despreparo dos oficiais das forças armadas para lidar com um marginal, a falta de um presidente que defenda seus soldados, o descaso de sucessivos governos com as forças armadas, bombeiros e policiais civis inativos, a dificuldade de acesso a armas pelo cidadão de bem, o estatuto do desarmamento, o “kit gay”, a recusa em se discutir a criminalização do terrorismo, o exército do MST formado por agentes estrangeiros a serviço da ditadura petista, o usufruto do Bolsa Família por haitianos dispostos a “mamar na bandidagem do MST”, a compra de votos via Bolsa Família, o tráfico de drogas, armas e munições, a volta iminente da CPMF, a alíquota do imposto de renda, a possível taxação de grandes fortunas, a importação de bananas do Equador, a falta de água, a divisão de classes, a lei da palmada, a sanha ecológica, a censura à imprensa, a maneira como os materiais escolares retratam a ditadura militar; o acordo com o Irã, as obras no porto de Cuba,

o perdão de dívidas de ditaduras africanas, o contrato de trabalho escravo com cubanos, a ratificação da convenção da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a autodeterminação dos povos indígenas, o auxílio reclusão aos presidiários, o fim do auto de resistência, as políticas de cotas raciais, a falta de saúde, segurança, educação, emprego, paz e futuro, o culto ao marxismo, o iminente fim da propriedade privada, o programa Brasil Carinhoso, os apagões, o fato de que garimpeiros e bandeirantes tenham passado a serem vistos como vilões, a ligação umbilical entre o PT e regimes antidemocráticos, cotas para professores homossexuais nas escolas fundamentais, a medida provisória dos Mais Médicos, a evasão de médicos militares, o aumento do preço do almoço na Câmara dos Deputados, o impedimento da redução da maioria penal, a PEC (Projeto de Emenda à Constituição) das domésticas, a ditadura do proletariado.

Partindo da codificação executada, foi possível identificar algumas correlações que julgamos de relevância para a análise discursiva de Bolsonaro. Observou-se que, em Bolsonaro, o povo (ou, menos frequentemente, os brasileiros) liga-se com a nação, com Deus e com os governos militares, bem como ao próprio Bolsonaro (“Jair Bolsonaro”, “capitão Bolsonaro”, “eu”), com o Congresso de 1964, com o agronegócio, com o cidadão de bem, com o Exército Brasileiro. De maneira negativa, entretanto, o povo é contraposto à classe política, à política tradicional, ao comunismo e ao Partido dos Trabalhadores. Este, por sua vez, conecta-se com as ideias de aparelhamento do judiciário, de relativização da propriedade privada, demagogia, “questão ideológica”, imigração, imoralidade, corrupção, baixaria, gays, comunismo, ateísmo, criminosos, Lênin, Cuba, família Castro, ditadura, Foro de São Paulo. Pode-se afirmar também que o próprio Bolsonaro se coloca como antípoda do Partido dos Trabalhadores ao lado da família brasileira, dos pobres e das Forças Armadas.

Esta lista ilustra, mas não esgota, as correlações que nos chamaram maior atenção durante a análise preliminar de nossos documentos. Abre também as portas para que possamos escolher algumas das “amostras típicas” e, com elas, proceder para a etapa de análise de discurso.

A primeira amostra escolhida é da sessão parlamentar do dia 10 de março de 2016. Talvez por seu caráter incomumente extenso, este discurso figurou como um dos melhores exemplos do conteúdo das falas de Bolsonaro. O deputado, na ocasião, percorreu vários de seus tópicos de preferência, relacionando-os entre si: do desarmamento ao “kit gay”, da pedofilia ao crime organizado, de médicos cubanos à iminência de um golpe de Estado. O valor dessa amostra reside precisamente aí. Duas observações antes de seguirmos adiante. Primeiramente: os grifos são nossos, visando a melhor visualização dos pontos de maior interesse. Em segundo lugar, pela mesma razão, o discurso a seguir, proferido a um só momento, foi dividido em três partes. Começemos pela primeira delas:

[...] O **agronegócio**, que é realmente a locomotiva da nossa economia, não pode continuar sendo tratado dessa maneira por este **Governo**. É só uma curiosidade. Nós vemos o Brasil envolto em problemas dos mais variados possíveis, e não temos visto a Sra. **Dilma Rousseff** tocar em assunto algum. No passado, o **PT**, sendo a Oposição, tinha solução para tudo. Agora simplesmente vive nas cordas, defendendo-se basicamente de acusações gravíssimas e comprovadas sobre corrupção. O setor do agronegócio continua com problemas dentro e fora da cerca, em especial dentro da cerca, tendo em vista as ações criminosas desses **marginais do MST** — hoje nós temos acesso a tudo que acontece no Brasil pela Internet, mas infelizmente nossa grande mídia pouco toca nesse assunto —, o que faz com que cada vez mais o **produtor rural** deixe de produzir. Qual é o **nosso** destino? Cada vez mais nos empobrecemos. Mas, vamos lá, vamos desviar um pouco o assunto, apesar de ter a ver. Logicamente, este é um projeto de poder: empobrecer a **todos**. O Governo ataca nessa área como atacou na questão do desarmamento e desarmou o **cidadão de bem**. É quase impossível o **cidadão de bem** — há aqui agora oito pessoas nas galerias — ter uma arma, mas qualquer **bandido** tem até fuzil. Por que o **Governo** insistiu e insiste nesse programa de desarmamento? É em cima desta linha que falo: projeto de poder. **Povo** desarmado é **povo** facilmente dominado. Quando estou no interior do Brasil e converso com o **peçoal do agronegócio**, com os **produtores rurais**, sou bem claro: no que depender de **mim** — se um dia eu tiver poderes para tal —, o **proprietário rural** vai ter fuzil para portar por todo o perímetro da sua propriedade rural. Eu entendo que numa democracia a propriedade é sagrada. Se ela não é sagrada, é sinal de que não é propriedade privada, mas do Estado, e, quando a propriedade é do Estado, estamos numa ditadura. Esse, então, é outro viés. (DISCURSOS..., 2020)

O primeiro ponto que gostaríamos de destacar é a oposição que se começa a edificar. De um lado, o governo, o PT (“essa facção criminosa que está no poder”), a então presidente Dilma Rousseff, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), bandidos. Do outro, o povo, o pessoal do agronegócio, os produtores rurais. É, evidentemente, ao lado destes últimos que Bolsonaro se coloca (“no que depender de mim...”). Vale ainda notar que parece haver uma espécie de equalização entre o interesse do agronegócio, dos produtores rurais, e o interesse do povo de maneira mais ampla. Isso se observa quando Bolsonaro afirma que “nosso” destino é o empobrecimento, e que o projeto de poder do PT seria empobrecer “a todos”.

Cabe, igualmente, uma nota sobre o uso do termo “cidadão de bem” pelo deputado: na íntegra de suas manifestações, foi possível constatar que o termo foi empregado exclusivamente no contexto do debate sobre o porte de armas no Brasil. O cidadão de bem, defendido por Bolsonaro, só se manifesta quando armado. Evidentemente, as armas das quais dispõe o cidadão de bem não seriam apenas ilustrativas. Serviriam, objetivamente, para protegê-lo contra bandidos, como se observa no trecho acima. Serviriam, certamente, para proteger os produtores rurais, o agronegócio, da ação de “marginais” como os integrantes do MST, ou de “bandidos” armados com fuzis. Em seguida, evocando o “povo”, Bolsonaro o iguala ao cidadão de bem. Nesse sentido, o povo é igual ao cidadão de bem e o cidadão de bem é uma figura que porta armas. As armas, curiosamente, parecem constituir parte da identidade do povo tal qual reivindicado por Bolsonaro.

Colocando a questão nesses termos, Bolsonaro vincula o PT (ou o governo) ao desarmamento e o desarmamento ao crime e à impotência do povo. A oposição que se constrói é clara: o governo está contra o povo — e em uma questão de vida ou morte, uma que toca as bases da legitimidade do próprio Estado, compreendido como aquele que deveria fornecer proteção à vida. Ele vai mais longe na aproximação, como atesta o trecho abaixo. Bolsonaro segue expandindo o raio da criminalidade à qual associa o Partido dos Trabalhadores e seus representantes, incluindo a pedofilia, o crime organizado e a ditadura. É o que se observa a seguir:

Mas tenho falado muito sobre educação. Muitos políticos sobem à tribuna e defendem a educação. Tudo bem. Mas qual é o currículo escolar do **PT**? O que o povo está sabendo da nova armadilha, dessa **facção criminosa** que está no poder, conhecida agora como Base Nacional Comum Curricular? Acho que os donos de estabelecimentos particulares de ensino fundamental ainda não se aperceberam do problema. [...] Com isto aqui o **Governo** está estimulando precocemente a **criançada** para o sexo. O que uma **criança** vai aprender na escola com isto? [...] E digo mais, o **PT** — eu tenho em meu gabinete documentado —, via Secretaria de Direitos Humanos, quer relativizar a pedofilia. Isso está bem claro no site Humaniza Redes, hospedado na Secretaria de Direitos Humanos, de **Dilma Rousseff**, do **PT**, quando fala sobre a pedofilia. O **PT** diz claramente que, caso um de vocês aqui, ao irem para casa, encontrem um adulto abusando sexualmente de uma **criança** de 3, 4, 5, 6 anos de idade, devem chamar a polícia — tudo bem — e conduzir esse **marmenjo** não para uma delegacia, mas para um hospital. Após laudo psiquiátrico, caso ele esteja sofrendo de transtorno, deve ser submetido a tratamento. Pelo amor de Deus, onde estamos? O que o **PT** quer com isso? Emburrecer mais ainda a **nossa juventude**? Castrar de conhecimentos mais uma geração? Quanto mais uma **população** for ignorante, com o cartão de Bolsa Família numa mão e o título de eleitor na outra, melhor para o **PT**. Depois, é só semear o terror. Falar que eles defendem os **pobres** e que **nós** aqui, do lado de cá, somos contra os pobres. É sempre a mesma ladainha. Esse é um partido de criminosos. Partido de criminosos! [...] **Eu** conheço vocês desde 1970, com 15 anos de idade, quando participei da caça ao **Lamarca**, no Vale do Ribeira. Naquele momento tinha a base da guerrilha do lado da fazenda de Rubens Paiva, um dos heróis de **vocês**, que havia, então, executado, em cárcere privado, o Tenente Alberto Mendes Júnior, nas matas do Vale do Ribeira de Iguape, a **VAR-Palmares**, de **Dilma Rousseff**, de **Carlos Lamarca**. Vocês são uma vergonha! Disso nasceu o **PCC** [Primeiro Comando da Capital], o **Comando Vermelho**, etc., esta mesma facção criminosa, VAR-Palmares, depois que um carro-bomba matou um **jovem recruta** do **nosso querido Exército Brasileiro**. E depois **vocês** dizem que lutaram por democracia! **Vocês** estão de brincadeira! **Vocês** são apaixonados por regime de exceção. Se **Fidel Castro** morrer hoje, vocês farão uma verdadeira corrida. Haverá um congestionamento no espaço aéreo de Havana para tecer homenagem a um dos maiores **sanguinários ditadores** que o mundo já teve conhecimento. Voltando para o Brasil. O projeto de poder de **vocês** está indo por água abaixo. Está sobrando para o grande **líder de vocês**, acusado de roubalheira. E é verdade! **Eu** era do PP! **Eu** sei como é que funcionava. **Eu** sou Deputado Federal há 25 anos e sei como funciona a corrupção. A corrupção também fez parte do projeto de poder de **vocês**, ou seja, através da corrupção, comprar votos para aprovar o que interessa para vocês, entre outras coisas, a **omissão, como no caso da pedofilia, material escolar, desarmamento, empobrecer o País, praticamente aterrorizar o produtor rural, mandar nossa economia para o espaço e, nesse caos, partir para medidas de exceção e assumir de vez o poder.** (DISCURSOS..., 2020)

Nessa passagem, o deputado executa o improvável movimento de conectar a Base Nacional Curricular à pedofilia, bem como opor o Partido dos Trabalhadores e Dilma Rousseff às crianças. Prossegue estabelecendo vínculos entre o suposto

apoio do governo à sexualização de crianças e as atividades de grupos que se opunham ao regime militar, como a VAR-Palmares. Em seguida, vincula as atividades de tais grupos ao crime organizado, representado pelas figuras do Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho e prossegue imediatamente para opor tais grupos a “nosso querido exército brasileiro” e, é claro, ao próprio Jair Bolsonaro (“eu”), que coloca a si mesmo como do lado das crianças, da “nossa” juventude, do “nosso” Exército. Ato contínuo, em exemplar operação retórica, conclui relacionando à corrupção a série de denúncias sobre o projeto de poder do Partido dos Trabalhadores. É o que se observou no trecho em que afirma que a corrupção promovida pelo PT serviria para comprar votos que aprovariam “a omissão, como no caso da pedofilia, material escolar, desarmamento, empobrecer o País, praticamente aterrorizar o produtor rural, mandar nossa economia para o espaço e, nesse caos, partir para medidas de exceção e assumir de vez o poder”. Nessa sequência, Bolsonaro explicita uma ideia que nem sempre está clara: a de que ele crê que a agenda petista visa, em última instância, à instalação do caos para a viabilização de um golpe de Estado.

O deputado, no entanto, ainda não estava pronto para finalizar sua fala no plenário. Em conclusão, declara:

Estou terminando minha fala, Sr. Presidente. Ainda me resta 1 minuto. Estarei em Brasília neste domingo participando, como **cidadão**, junto com o **povo** nas ruas, de mais uma manifestação. Se outras mais houver, estarei presente também. [...] Essa é a maneira que temos para protestar, porque nós queremos o poder pela democracia, e **vocês** querem pela força, pela intimidação. **Vocês** vão acabar tendo o troco, apesar de estarem muito bem armados, de terem aqui dezenas e milhares de **estrangeiros. Cubanos** aqui, em sua maioria, são agentes **militares do exército cubano. Vocês** não terão sucesso. Podem ter certeza disso! De uma forma ou de outra, **nós** voltaremos o Brasil à normalidade. Isso não vai demorar. O caminho de **vocês** vai ser o da cadeia — ainda está faltando a relação dos petistas — ou do autoexílio, como fizeram no passado. Obrigado, Sr. Presidente. (DISCURSOS..., 2020)

Com isto, amplia ainda mais a esfera dos “outros” ligados ao Partido dos Trabalhadores (vocês, petistas), incluindo supostos agentes militares do exército cubano. Assegura, entretanto: “‘nós’ voltaremos o Brasil à normalidade”.

O que se pode observar é a fundação de dois polos discursivos. Um, referente a “nós”, inclui o cidadão de bem, o agronegócio, os produtores rurais, o Exército Brasileiro, as crianças, a juventude, os pobres, o cidadão, a população e, finalmente, o povo. No polo oposto (o do “outro”), por sua vez, encontramos o governo, marginais do MST, a grande mídia, a “facção criminosa que está no poder”, Carlos Lamarca, os cubanos e estrangeiros, o PT, Dilma Rousseff, o Comando Vermelho, o PCC, a VAR-Palmares, Fidel Castro, marmanjos, bandidos e sanguinários ditadores, além do “líder de vocês”, presumivelmente o ex-presidente Lula.

Começam a se delinear as cadeias de equivalência mobilizadas pelo discurso de Bolsonaro. Torna-se especialmente claro o lugar que o Partido dos Trabalhadores ocupa nesse desenho. Se, para Marine Le Pen, o “outro” convergia em Bruxelas, aqui é no PT que desaguam as várias imagens do mal construídas por Bolsonaro: o crime organizado, o comunismo internacional, os pedófilos, todos se encontram e se fazem representar pelo Partido dos Trabalhadores.

Há aí um forte indício daquilo que propusemos anteriormente, isto é, a existência de um “outro” que é, antes de tudo, um inimigo interno. Se, em Le Pen, argumentamos que o governo aparece como inimigo na medida em que se encontra sujeito a um poder externo, este, sim, identificado como o “outro” absoluto, aqui o que se observa é o oposto. Mesmo a ameaça externa, representada por Cuba e seus agentes infiltrados, só se faz possível a convite do verdadeiro inimigo, o Partido dos Trabalhadores.

Passemos agora a um outro discurso, proferido no dia 30 de abril de 2014. Na ocasião, o deputado se colocava à disposição para concorrer à presidência da República:

Sr. Presidente, na semana passada, officiei ao meu partido, o PP, colocando **meu nome** à disposição, por ocasião das convenções de junho. Estou pleiteando uma vaga para disputar à Presidência da República. Por quê? Porque **a Direita tem cara, tem nome e tem voto**. O jornalista Lauro Jardim, na sexta-feira, fez uma matéria a respeito disso, levando para a chacota — vamos assim dizer. Só que ele foi surpreendido: até a manhã de hoje, contamos com 11.576 comentários, sendo 995 favoráveis a nós e contrários à matéria do jornalista Lauro Jardim. Em 3 minutos, vou falar sobre as **nossas** propostas. O **Brasil** clama pela redução da maioria penal. Clama por uma política de planejamento familiar, uma política de defesa da família, contra o malfadado kit gay, que agora o **Governo do PT, de Dilma Rousseff**, quer ressuscitar, via Plano Nacional de Educação, incluindo ali a ideologia de gênero. **Nós defendemos a revogação** total do Estatuto do Desarmamento, porque apenas o cidadão de bem foi desarmado. Os marginais continuam bem armados e protegidos por este **Governo**. **Somos contrários** à indústria de demarcação de terras indígenas, que sufoca a **nossa** agricultura. **Somos contra** o Exame da Ordem. Não podem os nossos bacharéis continuar sendo boys de luxo em escritórios de advocacia. Eles têm direito a trabalhar. **Somos contra** quaisquer tipos de cotas. O **Governo** não pode continuar estimulando o ódio racial entre **nós**. Todos **nós** somos iguais. Somos pelo fim da ideologia nas escolas. Hoje os livros escolares do ensino fundamental, para 30 milhões de crianças, com textos e gravuras, ensinam que o capitalismo é um inferno e o socialismo é um paraíso, cada vez mais nos aproximando de Cuba. **Trabalharemos pela valoração das Forças Armadas, contra** essa Comissão da Verdade, que nada mais faz do que produzir mentira sobre o que foi aquele período. **Somos contra**, apesar de não ter sido regulamentado ainda, o Marco Civil da Internet, porque será regulamento [sic.] por decreto feito por Franklin Martins e assinado por **Dilma Rousseff**. Inclusive, ali está escrito que os internautas devem respeitar os direitos humanos. Foram abertas, escancaradas as portas para a censura na Internet. **Somos contra** as atuais políticas de direitos humanos, que só defendem vagabundo, nada mais além disso. **Somos** contra o auxílio-reclusão. Se tiver que existir um dia, que exista, mas que seja para familiares, órfãos e vítimas. **Somos favoráveis**, apesar de sabermos que consta de cláusula pétrea da Constituição como sendo negativo, ao trabalho forçado em presídios. Assim sendo, Sr. Presidente, **nós** oficiamos ao IBOPE, ao Datafolha, ao Vox Populi e ao CNT. Caso a pesquisa venha a ser feita, pode ter certeza de que muitos vão se surpreender com a quantidade de pessoas que se identificam com **a Direita brasileira** e com essas propostas, e não com essas da **Esquerda**, que está aí e que, cada vez mais, com seu projeto de bolsas, nos aproxima de uma ditadura do proletariado, onde **todos** vão perder. Assim sendo, **nossa** candidatura está sendo posta e vai ser trabalhada. Com toda a certeza, vamos ter espaço na mídia, para defender esses temas, entre outros. E tenham certeza disto: no mínimo, vamos garantir que haja um segundo turno, seja quem for contra o atual candidato do Governo. Colaborando com o segundo turno, estaremos colaborando para que o Brasil continue democrático e não se aproxime cada vez mais, repetindo, de ideologias de esquerda, que nos farão, em curto prazo, perder o que **nós** temos de mais sagrado, que é a nossa liberdade. Muito obrigado, Sr. Presidente. (DISCURSOS..., 2020)

Nesse trecho, torna-se mais clara a percepção de Bolsonaro sobre quem e o quê ele representa. A primeira conexão direta é entre a “direita” e o próprio Bolsonaro: a direita tem nome. A segunda conexão que nos é de interesse é menos óbvia, mas igualmente potente. Ao prosseguir afirmando que “O Brasil clama pela redução da maioria penal. Clama por uma política de planejamento familiar [...]. Nós defendemos a revogação total do Estatuto do Desarmamento.”, o que se pode observar é que o Brasil é, primeiramente, equalizado com “a direita” a quem Bolsonaro se referia anteriormente e que se converte rapidamente em “nós” (“nossas propostas”, “nós defendemos”). Bolsonaro não parece referir-se a seu partido de então, o Partido Progressistas, ou a uma possível equipe de governo. “Nós”, nesse caso, é a direita que ele representa, “nós” é o Brasil que clama pela redução da maioria penal e pela revogação do Estatuto do Desarmamento. É ao amálgama representado por Bolsonaro-Direita-Brasil que o deputado se refere quando utiliza a primeira pessoa do plural ao longo do discurso acima transcrito: “nós defendemos”, “somos contra”, “trabalharemos”, “somos favoráveis”, “nossa candidatura”. Ao contrário de Marine Le Pen, Bolsonaro não evita ser associado com a ideia de “direita”, ele a reclama. Esse “nós” se constitui em oposição — como, aliás, já havia ficado claro em nossa análise do discurso de 10 de março de 2016 —, essencialmente, ao PT: “governo”, “governo do PT de Dilma Rousseff”. Chama atenção, portanto, que a divisão operada pelo deputado parece se dar entre o eixo alto-baixo (nas linhas do que haviam proposto De Cleen e Stavrakakis), a elite então no poder e o restante (“todos”). Trata-se de uma divisão interna.

Há mais uma ideia importante contida nesse discurso. É a ideia da negatividade. Ela se apresenta nesse trecho como na íntegra dos discursos de Bolsonaro no Parlamento. Pode-se observar que, se a constituição desse “nós” se dá em termos negativos em relação a um “outro”, frequentemente demonizado, a agenda deste “nós” também passa, em grande medida, pela destruição. Se este fato já havia sido constatado por observadores não menos hábeis que Miguel Lago, Heloísa Murgel Starling e Newton Bignotto, em *A linguagem da destruição* (2022), ele se torna ainda mais evidente quando observamos quais eram as propostas do

então deputado no momento em que anuncia sua disposição de se candidatar presidência. É curiosa sua escolha de palavras: “com toda certeza, vamos ter espaço na mídia, para defender esses temas, entre outros”. Na prática, entretanto, o que havia acabado de fazer era elencar não temas os quais defendia, mas aqueles a que se colocava como contrário: o Marco Civil da Internet, as políticas de direitos humanos, o auxílio reclusão, a cláusula pétrea da Constituição que proíbe o trabalho forçado dentro de presídios, as políticas de bolsas.

Parece igualmente significativo que a única pauta de fato positiva dentre as listadas por Bolsonaro seja (de maneira um tanto genérica) a “valoração das Forças Armadas”. Algo similar foi encontrado na íntegra dos documentos analisados, onde pudemos verificar que as propostas defendidas por Bolsonaro entre os anos de 2013 e 2018 foram as seguintes: o voto impresso, o projeto de anistia aos policiais militares, o fim da indústria da demarcação de terras indígenas, a criminalização do abuso de autoridade, a construção de hidrelétricas no rio Cotingo, um exame “Revalida” para médicos cubanos, fazer “uma OPEP [Organização dos Países Exportadores de Petróleo]” de um único país para o nióbio, o julgamento pela justiça militar federal de militares que estejam envolvidos em crimes dolosos em função do serviço, o banimento do código penal da figura de excesso, ressuscitar a Justiça Militar, agravação das penas para estupro e corrupção, castração química com condição para progressão de pena para estupradores, afastamento/cassação/*impeachment* de Dilma, liberação da fosfoetanolamina sintética para pacientes terminais⁴⁹, um projeto de lei visando a legítima defesa do patrimônio, revogação do estatuto do desarmamento, política de planejamento familiar, PEC da reforma política, redução da maioria penal, garantia da legitimidade da PM (Polícia Militar) para desarmar “esses que nada produzem a não ser violência”, bolsa óleo diesel para quem trabalha, defesa da família contra o “kit gay”, fim do Marco Civil da Internet, política contra os direitos humanos, fim do

⁴⁹ Dados os desenvolvimentos políticos decorrentes da pandemia do COVID-19, não poderíamos deixar de notar que, dentre as poucas pautas propositivas de Bolsonaro ao longo dos anos analisados, figura precisamente a defesa de um medicamento obscuro sem eficácia comprovada para o tratamento de câncer.

auxílio-reclusão para presidiários, extensão do porte de armas a caminhoneiros em serviço e agentes penitenciários, revisão do salário dos militares, permissão do acúmulo de funções por profissionais da saúde militares. Salta aos olhos o fato de que, daquelas que constituem propostas positivas, uma fração considerável diga respeito às Forças Armadas, bem como ao porte de armas, além de propostas voltadas especificamente para a Polícia Militar e outra, ao exemplo do regime de 1964, para a construção de uma usina hidrelétrica.

A partir do exposto, nossa interpretação é de que as Forças Armadas, muito mais do que apenas uma base eleitoral do deputado, constituem sua própria identidade. Nesse sentido, Bolsonaro é as Forças Armadas, da mesma maneira que ele é o povo e o Brasil. Adiciona-se, pois, um novo elemento ao “nós” — e um de importância. Observemos a maneira como Bolsonaro encara a relação entre o país, o povo e as Forças Armadas, ilustrada por seu discurso do dia 31 de março de 2016, aniversário do golpe militar de 1964:

[...] Eu quero, Sr. Presidente, saudar o 31 de março de 1964, segunda data da independência do nosso Brasil. Não quero saudar apenas os **militares das Forças Armadas**. Quero saudar todo o **povo brasileiro**, que naquela época foi às ruas pedir o afastamento do comunista João Goulart. O **Congresso**, ouvindo a **voz das ruas**, este Congresso que aqui está, no dia 2 de abril de 1964, cassou o mandato de João Goulart. Esse pessoal da Esquerda é tão descarado, tão sem caráter, que no ano retrasado votou um projeto de decreto legislativo anulando a sessão de 2 de abril de 1964, como o ídolo deles, Lenin, que apagava fotografias. A "esquerdalha" no Brasil, que não tem compromisso com a verdade, com a democracia nem com a liberdade, simplesmente apaga fatos. É uma vergonha essa Esquerda do Brasil! É uma máquina do ódio e da mentira. Sr. Presidente, trago três manchetes de jornais da época. Veja que manchete atualíssima na capa do *Correio da Manhã* de 31 março de 1964: "O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!" Agora, basta, Dilma! Basta, PT! Basta, PCdoB! Basta, PSOL! Chega de roubar da **Nação brasileira!** Chega de enganar os **mais humildes!** Manchete do jornal *O Globo* de 4 de abril de 1964: "Ressurge a Democracia. Vive a Nação dias gloriosos". Nós vamos chegar lá. Nós vamos afastar esse corpo estranho chamado PT. Quero dizer ao Líder do PT, que há pouco passou por esta tribuna, que presidencialismo de coalizão não é vale-tudo, não! Não é jogar Ministério para cima e enfiar dinheiro na cueca de assessor parlamentar, não! O seu irmão, até pouco tempo, estava no xilindró. O grande defensor da democracia, preso no regime militar e na democracia de vocês, estava cumprindo pena na Papuda por corrupção. A última manchete, Sr. Presidente, é do Jornal do Brasil de 6 de abril de 1964. Pontes de Miranda, respeitado até hoje, enunciou: "As Forças Armadas violaram a Constituição para poder salvá-la". Meus senhores, com base no art. 142 da Constituição Federal, as **Forças Armadas** estão à disposição da **soberania nacional**, tenham certeza! De acordo com o art. 142, as Forças Armadas cumprirão seu papel constitucional. **As Forças Armadas nunca foram intrusas na política. Sempre estiveram subordinadas à vontade nacional, e assim será.** Não vai ser um Ministro comunista, do PCdoB, Aldo Rebelo, que vai dar qualquer ordem às Forças Armadas para defender um Governo corrupto, canalha, imoral, que não tem nenhum compromisso com a democracia ou com a nossa liberdade. Muito obrigado. Salve o dia 31 de março de 1964! (DISCURSOS..., 2020)

O que se pode verificar é que existe, discursivamente, um forte elo que amarra as forças armadas à nação e ao povo. Bolsonaro considera que as Forças Armadas são capazes de representar a verdadeira vontade nacional — característica que não atribui ao governo democraticamente eleito.

De maneira análoga ao movimento executado por Marine Le Pen que descrevemos, sobre "os franceses", o povo é dissociado do governo para ser anexado a uma outra instância capaz de representar seus interesses verdadeiros. Bolsonaro, ao contrário de Le Pen, não possui um partido. No caso de Bolsonaro, essa instância representativa parece ser as Forças Armadas. Isso se faz a despeito

do fato de que o ex-capitão jamais esteve alinhado com o *mainstream* da instituição que afirma representar — e, além do mais, dentro da qual pouco tempo passou.

Gostaríamos de tomar um momento para entender precisamente a natureza da relação existente entre Jair Bolsonaro e as Forças Armadas. Neste elemento repousa uma das particularidades de Bolsonaro que permitem distinguir seu discurso daqueles de outros setores de direita.

Formado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1977, Bolsonaro teria a carreira militar como oficial do Exército da Arma da Artilharia interrompida apenas onze anos depois, em 1988. Já nessa época ele teria como pauta privilegiada o salário dos militares, razão pela qual, ainda em 1986, foi punido com prisão disciplinar pela publicação de um artigo denominado “O salário está baixo” na revista *Veja*, ato considerado quebra de disciplina e hierarquia por seus superiores. Isso não o impediu de manter contato com a imprensa, em especial com a repórter Cassia Maria, que no ano de 1987 levou ao conhecimento das autoridades o plano de codinome “Beco sem saída”. Na capa da edição 999 de *Veja*, de 28 de outubro de 1999, lia-se: “Pôr bomba nos quartéis: um plano na EsAO [Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais]”. A revista referia-se ao plano, orquestrado por Bolsonaro e o oficial Fabio Passos, de explodir bombas em várias unidades da Vila Militar, da AMAN e em diversos quartéis. A denúncia resultou em uma batalha de narrativas entre o capitão e a revista que, levada a tribunal, acabou resultando no recolhimento prematuro de Bolsonaro à reserva, a despeito de sua absolvição, em meio a imbróglis técnicos e judiciais⁵⁰. (SANTOS, 2021) (CARVALHO, 2019)

O que se pode afirmar sem dúvida é que, ativo na causa dos salários dos militares (característica que o acompanharia em sua carreira legislativa, posteriormente), Bolsonaro não era bem visto pelos oficiais mais antigos ou pela cúpula militar. No *Noticiário do exército*, editorial intitulado “A verdade: um símbolo da honra militar” (documento obtido por Rubens Valente) expressava a versão oficial sobre Bolsonaro e o capitão Fabio Passos da Silva:

⁵⁰ Para uma descrição mais detalhada do processo ver Carvalho, 2019.

Tornaram-se [Bolsonaro e seu colega], assim, estranhos ao meio em que vivem e sujeitos tanto à rejeição de seus pares como a serem considerados indignos para a carreira das armas. Na guerra, já plena de adversidades, não se pode admitir a desonra e a deslealdade que não do lado inimigo, jamais do lado amigo. (VALENTE, 2021)

O tom severo não deixa dúvidas quanto ao desconforto que causava entre seus pares e superiores no ano de 1988. As preocupações da corporação com seu comportamento, aliás, não cessariam com a ida do capitão à reserva: como parlamentar e como membro da fundação da Associação dos Servidores Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas e Auxiliares, Bolsonaro continuava a preocupar seus superiores. (SANTOS, 2021)

Como explicar, portanto, que Bolsonaro reivindique a legitimidade e, mesmo, a memória de uma instituição que, na melhor das hipóteses, o tratou com desdém? Parece ser o caso de que ele reivindique uma *determinada* herança militar e pertença a uma *determinada* fração das Forças Armadas (FA), uma de suas mais radicalizadas. Para entender Bolsonaro faz-se necessário entender a heterogeneidade de pensamento dentro das FA no período ditatorial, que vai além da oposição entre a chamada “linha dura” do regime e a “Sorbonne militar” representada pelos seguidores do primeiro dos presidentes militares, Castelo Branco.

Para a historiadora Maud Chirio (2012) a divisão historiográfica maniqueísta entre uma “linha dura” e a “Sorbonne militar” castelista deve ser colocada à prova frente a evidências de tensões longevas, mas mutantes, dentro das FA ao longo do período militar. Já no ano de 1967, a chegada de Costa e Silva ao poder — candidato apoiado por aquela que a autora designa como “primeira linha dura” — teria significado o afastamento do lado castelista das principais posições de poder. Já do lado da linha dura algo curioso acabaria por se passar. Costa e Silva daria continuidade ao esforço de despolitização das Forças Armadas que Castelo Branco havia iniciado. Os oficiais de linha dura, uma vez incorporados ao seio do aparelho de Estado, se afastam de aspirações ao poder, e com isso a lembrança de sua importância para a conspiração que culminou no golpe de Estado passou a

dissipar-se. Os anos 1970, por sua vez, testemunharam mudanças na contestação intramilitar. Uma década após o golpe, sua legitimidade não se encontrava mais ligada aos posicionamentos históricos em torno do golpe militar, ou mesmo a uma determinada intelectualidade, como era o caso de alguns membros da primeira linha dura. A segunda linha dura legitimava-se na “prova do combate”, isto é, na própria repressão e, à diferença da primeira, trouxe “a visão maniqueísta do mundo político à cena intramilitar.” (CHIRIO, 2012, p. 203). Construiu seu próprio discurso sobre a traição à revolução, uma na qual até mesmo a “Sorbonne” e o grupo da Escola Superior de Guerra são excluídos do campo revolucionário. Nesse cenário, quem não era aliado era comunista. Demonstraremos que não se trata de coincidência que essa seja a lógica dicotômica pervasiva nos discursos de Bolsonaro.

O general Sylvio Frota, ministro do Exército de Geisel entre maio e março de 1974 (ano de posse do ditador), converteu-se no principal porta-voz da segunda linha dura, apresentando-se à sucessão presidencial e opondo-se abertamente ao presidente em seus planos de distensão do regime. Demitido por Geisel por suas posturas inflamadas e insubordinadas, Frota chegou a lançar um manifesto golpista, “Aos meus comandados!” (1977) e convocar uma reunião do Alto-Comando das quatro forças armadas em Brasília. A seu lado, contava com figuras como Carlos Alberto Brilhante Ustra e Augusto Heleno Ribeiro Pereira, bem como de membros do Centro de Inteligência do Exército. Sem apoio do generalato, entretanto, a tentativa de golpe falhou e “o reacionarismo recuou para a caserna” (STARLING, 2022, p. 106).

Nas décadas que se seguiram, entretanto, a segunda linha dura atuou como transmissora de ideologia. Na condição de instrutores na Academia Militar das Agulhas Negras, esses militares foram capazes de iniciar a geração de oficiais da década de 70 — em especial nas turmas de 1974 a 1977 — no reacionarismo, no anticomunismo fanático baseado na experiência sangrenta da Guerrilha do Araguaia e na ideia de uma perpétua ameaça subversiva à qual deve fazer frente um governo militar igualmente perpétuo.

Esses foram os homens que formaram Jair Bolsonaro durante sua permanência na AMAN entre 1974 e 1977. Durante esse período, os cerca de quatrocentos cadetes da turma, entre os quais Bolsonaro, foram treinados sob a influência do êxito militar da campanha do Araguaia. O contexto acima exposto permite-nos, portanto, entender melhor os discursos analisados na Câmara dos Deputados. De um lado, passamos a entender que Bolsonaro tenha privilegiado pautas militares em sua carreira parlamentar. De outro, compreende-se melhor sua atitude agressiva e insistente (até mesmo repetitiva) acerca da temática de uma suposta ameaça comunista. A vitória no Araguaia foi referência em seu treinamento no Exército — e o Exército, como temos argumentado, tornou-se parte importante de sua própria identidade. Evidência da influência de seu treinamento é o fato de que tenha invocado a Guerrilha do Araguaia em ao menos dez ocasiões vezes durante o período dos discursos analisados. Observemos seu discurso do dia 11 de dezembro de 2014:

[...] Ou seja, só um imbecil ou esses "esquerdopatas", esses radicais de esquerda podem acreditar que Fidel Castro queria democracia. Foram centenas de atos terroristas praticados em nosso País. Vocês queriam que o Governo brasileiro ficasse de braços cruzados? Não tinha como. Ele foi para cima. Houve a luta. O que vocês foram fazer no **Araguaia**? Pescar lambari? Foram estimular a luta armada. Repito aqui: Fidel Castro bancava a luta armada no Araguaia. Aliciaram estudantes inocentes com espírito altruísta e os levaram para o Araguaia. Levaram meninas para o Araguaia para satisfazerem sexualmente os seus comandantes, que lá eram estupradas. **Lutamos** por democracia! Poxa! Familiares de mortos e desaparecidos, vocês deviam ter vergonha na cara, porque ou choravam **vocês** ou chorava toda a Nação brasileira, pois o Brasil estava mergulhando no comunismo. É difícil entender isso? Vejam como **Lula e Dilma** tratam de forma carinhosa os ditadores da África, da Coreia do Norte, de Cuba, os bolivarianos daqui da América Latina. Dá para entender que eles não têm nada, absolutamente nada de democrático. E ousa dizer que a situação hoje está muito pior que o pré-64, porque **eles** estão aparelhando quase todas as instituições. Pelo que me parece, faltam apenas as **Forças Armadas**. Daí, será festa por parte deles. Então, Sr. Presidente, hoje à tarde, estarei na Comissão de Direitos Humanos para debater isso. Eu espero que a Segurança da Câmara assegure a minha integridade física, com a minha palavra para falar verdades a esses que são torturados, sim, mas por palavras verdadeiras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

É possível observar que o discurso de Bolsonaro opera como se ele próprio tivesse lutado contra a guerrilha do Araguaia: “lutamos por democracia”. De maneira semelhante, um “eles” abstrato se forma de maneira que se aglutinam aqueles que participaram da guerrilha e “esquerdopatas”, “vocês”, de maneira genérica e indiscriminada, incluindo os próprios membros do PT. Na verdade, o único entreposto entre um governo petista e a ditadura do proletariado seriam as Forças Armadas — e, de uma certa maneira, portanto, o próprio Bolsonaro.

Essa narrativa faz parte, é evidente, de um projeto de memória castrense. Por meio de seus laços com veteranos do aparelho de segurança militar, Bolsonaro, depois de reformado, se reintroduziu silenciosamente nas casernas durante a década de 1990, onde para reproduzir uma determinada narrativa, um projeto de memória em grande parte elaborado pelos membros dos órgãos de segurança do governo militar. Difundia-o para as gerações posteriores e, mais ainda, para fora dos quartéis. A atuação de Bolsonaro ao lado do núcleo de “guerreiros da guerra ideológica” (GODOY, 2021, p. 55) da comunidade de informação acabaria por transformá-lo em uma figura importante para os veículos que faziam parte do arsenal da rede de mídia que se articulava contra a esquerda. Tratava-se de uma espécie de (autoproclamada) ofensiva gramsciana anti-comunista, como colocaria um dos maiores porta-vozes desse movimento, Olavo de Carvalho. A expansão dos tentáculos desse círculo, bem como o elemento aglutinador que (como expusemos em seção anterior) constituía o anticomunismo, acabariam fazendo com que mesmo supostos liberais, como Rodrigo Constantino (à época presidente do Instituto Liberal), passassem a orbitar em torno do círculo ultraconservador fortemente militarizado. (CHIRIO, 2021)

Em sua atuação como congressista, Bolsonaro aproveitou-se de sua própria visibilidade para normalizar mesmo as figuras mais atrozes do regime militar frente ao público mais amplo. Sem pudores, o deputado lamentava em plenária, em 15 de outubro de 2015, a morte de Brilhante Ustra — único dos algozes do regime condenados pela justiça brasileira por sua ação bárbara nos porões dos órgãos de segurança:

Sr. Presidente, depois de 83 anos, o Brasil perde um grande homem: o Coronel do Exército, da Arma de Artilharia, Carlos Alberto Brillhante Ustra. Foi um herói que, desde jovem, esteve na linha de frente do combate à guerrilha em nosso País. Enfrentou maus brasileiros, verdadeiros doentes mentais que, treinados por Fidel Castro e financiados pela União Soviética, tentaram aqui implantar a ditadura do proletariado. Perseguido após a Lei da Anistia, que só valeu para os traidores, foi também um símbolo de resistência para a nossa juventude. Esperamos que o seu espírito e os seus valores encarnem nos brasileiros, civis e militares, neste momento em que os inimigos de ontem estão no poder hoje. Brasil acima de tudo! (DISCURSOS..., 2020)

Foi também a Ustra que Bolsonaro dedicou seu voto no fatídico dia 17 de abril de 2016, data da aprovação do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados Federais:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a *Folha de S.Paulo*, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brillhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! (DISCURSOS..., 2020)

Não deve ser coincidência que parte expressiva dos militares a ocuparem os mais altos postos do governo Bolsonaro tenha frequentado a Academia Militar das Agulhas Negras no mesmo período que ele próprio. É o caso de Carlos Alberto Santos Cruz, Floriano Peixoto Vieira Neto, Fernando Azevedo e Silva, Luiz Eduardo Ramos e Edson Pujol. O general Augusto Heleno, por sua vez, foi nada menos que ajudante de ordens de Sylvio Frota. Parte dos militares levados por Bolsonaro ao Planalto também possui passagem pela Brigada Paraquedista — um dos principais núcleos de radicalização do Exército. Nesta lista tem-se o vice-presidente Hamilton Mourão, além do próprio Augusto Heleno Pereira, Edson Pujol, Carlos Alberto dos Santos Cruz, Fernando Azevedo e Silva e Guilherme Theophilo. Não seria portanto exagero dizer que Bolsonaro e seus homens de confiança são herdeiros diretos de um dos núcleos mais radicalizados e autoritários do período militar, e que constituem uma das engrenagens para a expansão do projeto de memória do Exército. Essa

característica distingue o discurso de Bolsonaro de outros setores da direita aos quais se associou.

Até aqui, portanto, fomos capazes de demonstrar a presença de alguns daqueles que acreditamos serem os elementos centrais do discurso bolsonarista: o anticomunismo, o agrarismo, o armamentismo, o militarismo. Desenhamos uma cadeia de equivalências construída em torno do Partido dos Trabalhadores que articula petismo, comunismo, crime e pedofilia, entre outros. Do outro lado, Jair Bolsonaro passou a representar a direita, o povo, as Forças Armadas e, finalmente a família, como demonstra discurso de 16 de abril de 2015:

Sr. Presidente, esta semana eu fui julgado e condenado em primeira instância a pagar 150 mil reais a uma associação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Eis o motivo homofóbico: ao me perguntarem se **eu** participaria de uma parada gay, eu respondi que não participaria de parada gay para não promover maus costumes e por acreditar em **Deus** e na **família**. Obviamente, eu não seria condenado se tivesse respondido que participaria de parada **gay** para promover os bons costumes e por não acreditar em **Deus** e muito menos na **família**. Vamos recorrer, Sr. Presidente, mas eu continuarei defendendo as **crianças** de 5 anos a 8 anos de idade, nas escolas, do ativismo gay que é patrocinado por esse **Governo do PT**. Muito obrigado (DISCURSOS..., 2020)

Não poderíamos encerrar este trabalho sem conferir atenção ao fato de que Bolsonaro se coloque como defensor da família e executor, nesse sentido, da vontade de Deus. O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, é articulado ao ataque à família — sobretudo ao longo dos últimos anos do mandato do deputado, quando se intensificaram seus laços com forças religiosas. A proximidade da esquerda com pautas de gênero e sexualidade — que ele chama de “sanha LGBT” — foi reiteradamente utilizada por Bolsonaro para opô-la às crianças. Há portanto que se dizer que o anticomunismo e a defesa da família se encontram imbricados discursivamente — como, aliás, no século XX, como vimos anteriormente. Aqui, novamente Bolsonaro se afasta, em termos de conteúdo, de Marine Le Pen, pouco preocupada com questões ligadas a gênero e sexualidade.

Por meio da defesa da família, a cadeia de equivalências que constitui o “nós” de Bolsonaro se abre para mais uma demanda ou, melhor, um conjunto de

demandas contido na ideia de defesa da família. Abrem-se os caminhos para grupos que têm na família alguns de seus pilares. Eles entram, assim, na órbita do núcleo duro militarizado do discurso bolsonarista. É o caso de neoconservadores preocupados mormente com pautas ligadas à moralidade, como observa Lacerda (2019), e é também o caso de liberais, para quem a defesa e o fortalecimento da família significam o enfraquecimento relativo do Estado (CESARINO, 2019).

É legítimo dizer que setores tão diversos quanto as Forças Armadas, os liberais e os neoconservadores partilham de uma gramática comum que permite a conversão de suas demandas em momentos de uma mesma cadeia de significados sem que a comunicação se comprometa significativamente. Como aponta Nunes (2022), há muito tempo o encontro entre o liberalismo e o conservadorismo já vem sendo gestado, no Brasil como nos Estados Unidos. Nesse processo, atuaram a teologia da prosperidade das igrejas neopentecostais (que justifica o acúmulo de riqueza, por um lado, e por outro reforça o princípio de responsabilização do indivíduo pelo próprio sucesso material) e aquilo que o autor chama de “neoliberalismo desde cima”, que concebe a família como instituição disciplinar que atua como contrapeso às tendências desagregadoras do mercado. Ao passo que a direita torna-se progressivamente mais capaz de ordenar linguisticamente o mundo a seu redor, as pessoas são privadas do vocabulário necessário para tratar as injustiças estruturais. Este é o resultado prático da formação de uma cadeia de equivalências que reduz a alteridade ao comunismo, que opera discursivamente como antítese da família. Já esta articula-se com o “povo” no discurso de Bolsonaro, ao ponto de “família” e “povo” se tornarem signos praticamente intercambiáveis: a família representa o povo já atomizado pelo liberal-conservadorismo.

Parece que nos tornamos finalmente capazes de delinear os contornos do terreno no qual Jair Bolsonaro foi capaz de se fazer cultivar. As pegadas de sua hereditariedade podem ser encontradas por todo o perímetro das cadeias discursivas que articula. Elas ajudam a traçar o caminho da divisão dicotômica entre nós (os defensores do país, da família) e os outros (o inimigo comunista) que vem acompanhado o país pelo menos desde o século XX. Permitem identificar as cisões

e as aproximações entre núcleos históricos que acabaram por desaguar na alçada de Bolsonaro à presidência e no retorno do anticomunismo ao centro do cenário e do debate político. É o que pretendemos haver demonstrado com este capítulo.

5 RUMO A UMA CONCLUSÃO

Nos capítulos anteriores exploramos o prisma teórico e as categorias propostos por Ernesto Laclau para a compreensão mais fina da escalada populista no Brasil e na França. Se, a princípio, indagamo-nos acerca da pertinência do binômio “populismo de direita” para dar conta de experiências tão divergentes, logo tornou-se claro que apenas dois termos tão abrangentes poderiam revelar-se adequados à tarefa. A definição de populismo de Laclau combinou-se com aquela de direita proposta por Marcel Gauchet, demonstrando a força de abordagens formais dos conceitos em teoria política, sobretudo quando lidamos com comparações entre contextos profundamente díspares. Mostramos que a aparente aproximação entre os discursos de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro reside antes na forma como eles articulam seus discursos do que em seu conteúdo.

Ao analisarmos os discursos de Marine Le Pen, evidenciou-se a construção de cadeias de equivalência entre significados que acabam por opor os franceses, de um lado, a Bruxelas, de outro. A União Europeia exerceu papel central na construção de um “outro” a ser combatido. Essa ordem externa, à qual somam-se imigrantes, países fora da UE (como os Estados Unidos) e empresas estrangeiras, ocupou grande parte de seus discursos parlamentares. A abordagem formal do populismo provou-se adequada ao caso francês, na medida em que foi possível distinguir a formação de dois polos discursivos (“nós”, representado pelos franceses, e o “outro”, representado pela UE).

Já as propostas de De Cleen e Stavrakakis, eles mesmos baseados nas ideias e conceitos laclauianos, foram capazes de conferir maior sofisticação analítica àquilo que observamos. No caso francês, constatamos que a dicotomia essencial repousa no eixo dentro-fora, de forma que assumem lugares importantes na cadeia de equivalências o nacionalismo e o protecionismo, entendidos como respostas à ameaça exterior — representada tanto pelos fluxos migratórios quanto pela austeridade imposta por Bruxelas.

Isto não significa, evidentemente, que elementos propriamente populistas (isto é, centrados na oposição alto-baixo) estejam ausentes do discurso de Le Pen. Destacamos o papel que ocupa a defesa da soberania popular via referendo frente à inocuidade das instituições francesas, submetidas à ordem europeia. O elemento populista se faz notar pelo esvaziamento do “povo” e subsequente preenchimento dessa mesma ideia pela negatividade: isto é, pela formação de uma cadeia de equivalências que dá os contornos do “nós” erigido em torno da negatividade. Demonstramos, entretanto, que os elementos constitutivos dessa negatividade, como a austeridade e a imigração, encontram-se subordinados, em última instância, à equivalência entre soberania popular e soberania nacional. Isso significa que a nação opera como o significante transcendental do povo. Chamou-nos portanto a atenção o caráter marcadamente nacionalista do discurso de Le Pen.

Se a deputada de fato acusa o governo francês de se colocar contra os franceses, isso parece ter se dado sob a égide de um domínio estrangeiro, nos âmbitos cultural e institucional. Tornou-se claro que o governo francês, nesse sentido, é entendido como havendo se curvado perante à União Europeia e, de maneira mais abstrata, ao globalismo. É nesse sentido que pautas distintas como o antieuropeísmo e o combate às imigrações parecem se fundir de maneira assaz harmônica, naquilo que Laclau havia denominado aglutinamento de demandas, conduzindo à formação de uma identidade popular. A operação hegemônica no caso francês conta com a centralidade da nação.

Já do lado de Bolsonaro, pode-se dizer que se revelou a formação de um “outro” à imagem do Partido dos Trabalhadores — não sem grandes semelhanças com aquilo que se verificou ser uma já longa tradição histórica no Brasil, isto é, o anticomunismo. À diferença do caso francês, aquele que é designado como “outro” é uma força interna. A comparação com o caso francês ajuda a vislumbrar a particularidade do discurso de Bolsonaro. Apenas lateralmente o “outro” (que se converteu no significante “PT”) se liga a forças exteriores, e não parece ser subordinado a ameaças estrangeiras. O papel desempenhado por instâncias como, por exemplo, o Foro de São Paulo parece bastante reduzido se comparado com

aquele que Bruxelas assumiu no discurso lepenista. Se pensarmos que Bolsonaro e Le Pen são frequentemente lidos como líderes anti-*establishment*, é preciso notar que se tratam de dois *establishments* diferentes.

Nota-se que, do lado de Le Pen, pautas comumente associadas à direita no campo da moralidade, como a interrupção voluntária de gravidez, o porte de armas, a homossexualidade e a educação sexual nas escolas — para citar apenas alguns exemplos — não chegam a figurar entre suas maiores preocupações — por vezes, sequer são mencionados. Para o observador ainda não familiarizado com a direita francesa, pode parecer estranho que uma força lida como de extrema-direita denuncie o neoliberalismo e advogue pelos direitos dos trabalhadores, pela proteção do produto nacional, pelo laicismo, que atue junto a sindicalistas ou entenda o aborto como direito fundamental. Foi precisamente nesse sentido que se tornou patente a importância do entendimento da “direita” nas linhas do trabalho de Marcel Gauchet. Por meio do trabalho histórico, o autor demonstrou a contingência dessa denominação, sua mutabilidade no tempo e no espaço.

Pode ser que Bolsonaro e Le Pen compartilhem um determinado léxico. As evidências indicam, entretanto, que os significados nele contidos são diversos. Isto pela maneira como articulam outros termos e significados ao redor de si. Pela maneira como a própria história que distingue os dois países condicionou a forma como se constroem as cadeias de significação.

Demonstramos que é pertinente resgatar, para o caso francês, a história do colonialismo e da ideia de nação francesa. Passamos a entender com mais clareza qual a ideia de nação que subjaz o discurso lepenista e sua relação com o contexto histórico francês compreendido de maneira mais ampla — isto é, o que o discurso de Le Pen carrega não de excepcional, mas de trivial em relação a seu contexto.

Trata-se do contexto de um país que, como vimos, é marcado pelo revisionismo colonial institucionalizado que vem tomando impulso ao longo dos últimos trinta anos — à diferença de parte significativa de seus vizinhos europeus. Por outro lado, trata-se do país considerado berço do republicanismo. Argumentamos que esses dois fatos se relacionam intimamente, na medida em que

o nacionalismo e a xenofobia se justificam pelo medo do desvanecimento da ideia da República. A questão colonial se coloca como cicatriz no seio de uma república que se estabeleceu sob a égide da identidade nacional e da civilidade republicana, ideias difíceis de conciliar com a brutalidade do colonialismo e com os fluxos migratórios que se seguiram, se bem que a epopeia colonial tenha sido feita em nome dos valores universalistas e dos direitos do homem que residem nas bases do republicanismo francês.

Estamos diante de uma situação evidentemente complexa, permeada por elementos que, muitas das vezes, se contradizem. Talvez seja precisamente da carência de explicações e narrativas políticas totalizantes, discursos alternativos suficientemente fortes para dar conta da complexidade da realidade francesa que emane a aparente facilidade com que o discurso populista de Le Pen se demonstra capaz de se propagar e reorganizar o campo do discurso popular. Agregando a história, tornamo-nos, finalmente, capazes de compreender as particularidades de uma direita nascida no berço do republicanismo e que, na contramão daquela do Brasil, parece evitar associar-se a pautas ligadas à moralidade religiosa. Passamos a entender a história de um partido que voltou-se estrategicamente para os trabalhadores e sindicatos. Desprendidos de definições estreitas e substantivas de direita e de populismo, tornamo-nos capazes de analisar e prover de contexto o discurso lepenista, sem o tratar como exceção ao conceito.

Também no caso brasileiro as linhas analíticas de Laclau foram pertinentes. Utilizando-nos de suas categorias, fomos capazes de identificar a dicotomização típica do discurso populista no discurso de Bolsonaro. Observamos que a constituição do “outro” de Bolsonaro se centra em torno do Partido dos Trabalhadores, que se comportou como ponto nodal da cadeia de equivalências. Ao PT o então deputado associou a pedofilia, o crime, a corrupção, o ataque à família, o terrorismo, a luta armada, o comunismo. Nas linhas de Laclau, pode-se dizer que um conjunto de demandas não atendidas se converteu em uma única demanda central, isto é, o antipetismo. O aspecto negativo dessa demanda é fulcral, já que é na negatividade ela mesma que reside a potência do discurso populista.

Chamou-nos particular atenção a forma como o discurso de Bolsonaro parece ecoar a tradição do anticomunismo brasileiro, especialmente em sua matriz nacionalista, capitaneada, historicamente, sobretudo por integrantes das Forças Armadas. De fato, Bolsonaro jamais ocultou a inspiração que retira dos anos de chumbo, e a admiração que nutre pelos perpetradores do regime. Tornou-se nítido, na verdade, que o treinamento que recebeu no interior da Academia das Agulhas Negras resultou em seu alinhamento com alguns dos setores mais radicais do regime militar.

Treinado pela geração da chamada “segunda linha dura”, Bolsonaro teve como referência a Guerrilha do Araguaia e os métodos utilizados para combatê-la. Educou-se sob o signo de uma suposta ameaça comunista perpétua, à qual seus instrutores pensavam que deveria fazer frente um governo militar igualmente perpétuo. Tornou-se possível distinguir, por meio do discurso, a linha de transmissão que conecta o anticomunismo histórico (argumento principal para o golpe de 1964) a Bolsonaro.

O projeto de memória castrense, reproduzido por Bolsonaro, tem como elemento central o revisionismo histórico. Nessa leitura, os inimigos de 1964 teriam chegado ao poder com as presidências do Partido dos Trabalhadores. Igual o inimigo, iguais os males: a imoralidade, a corrupção e o ataque à estrutura familiar. Mais uma vez, a única força limpa, capaz de representar os verdadeiros interesses do povo, seriam as Forças Armadas. Por extensão, o próprio Jair Bolsonaro.

Vimos anteriormente que Marine Le Pen, por meio de seu discurso, afastava o povo francês das instâncias que deveriam representá-lo, descredibilizando-as, para trazê-lo para perto de si própria. Ela mesma e seu partido foram colocados como verdadeiros representantes do povo. Em Bolsonaro, concluímos que as Forças Armadas parecem ocupar lugar semelhante ao partido.

Argumentamos que, pela maneira como se constituiu a cadeia de equivalência, anticomunismo e antipetismo tornaram-se equivalentes. Se o anticomunismo jamais teve como alvo exclusivo os comunistas no Brasil (aliás, pode-se dizer que apenas uma minoria dentre as forças progressistas que se

tornaram alvos do regime estavam efetivamente vinculada a organizações comunistas), faz sentido pensar que o antipetismo seja uma das formas como ele pode se manifestar. Como em 1964, a mobilização das paixões contra um “outro” demonstrou-se ferramenta eficaz para que se fizesse reunir grupos cujos interesses e ideias podem parecer muito diferentes.

Essa é a força do discurso populista, como Laclau já apontava. Pela análise de discurso, se aclarou que a identidade principal de Bolsonaro é com as Forças Armadas. A maneira como as FA são articuladas com outros significantes ao seu redor, entretanto, torna possível com que grupos que não partilham necessariamente dessa identidade possam convergir. Há, portanto, aspectos que são próprios do discurso de Bolsonaro e que não devemos esperar observar — pelo menos não com a mesma intensidade — em sua base, ou no bolsonarismo de maneira geral. Mas nos gera especial interesse o fato de que seu discurso contém determinados elementos, significantes esvaziados, que funcionam como portas para que se juntem setores sociais dos mais diversos. O recorte temporal que utilizamos permitiu precisamente constatar as movimentações de Bolsonaro no sentido de se abrir paulatinamente a questões que extrapolam o antipetismo ou a defesa dos interesses dos militares. Observamos o papel que o projeto Escola sem Homofobia exerceu na conversão do militar em um defensor da família.

Em abril de 2016, denunciando um suposto conluio entre o presidente da seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil e o PT (unidos em torno da ideologia comunista) para a cassação de seu mandato, Bolsonaro afirmava: “Minha munição é minha palavra. [...] Minha arma é a verdade”. O deputado estava correto. Não é preciso que haja uma conspiração comunista de fato para que diversas forças políticas se unissem sob esse pretexto. Com suas palavras, o deputado tornou-se capaz de forjar a verdade apenas o suficiente para que cada uma dessas forças pudesse agregar suas próprias demandas e expectativas. Essa é sua principal arma.

Chamou-nos especial atenção (como, aliás, a outros autores que se ocuparam do tema) a capacidade do discurso populista de Bolsonaro de reunir

liberais e conservadores. Essa capacidade parece ligar-se com a constituição das cadeias de equivalência. O antipetismo opera como significante esvaziado em torno do qual se une toda sorte de demandas não-atendidas pela ordem política (o anticomunismo, aliás, já havia demonstrado historicamente sua capacidade de aproximar liberais e conservadores). Por outro lado, a conjuntura do neoliberalismo parece especialmente fértil para a consolidação de uma espécie de aliança ecumênica pela defesa da família — que vimos constituir parte da cadeia de equivalência que representa o “nós” construída pelo discurso de Bolsonaro, operando como equivalente ao povo.

Do lado do liberalismo, vimos que a família cumpre papel social estratégico, convertendo-se na instituição principal a atuar como contrapeso às tendências desagregadoras do mercado sobre a sociedade. Nesse aspecto, entra em convergência com o conservadorismo, que confere grande importância à hierarquia patriarcal em seu projeto de sociedade, sobretudo em suas seções mais ligadas à religião. Sugerimos que a direita, à medida que se expande e se aglutina discursivamente, torna-se progressivamente capaz de ordenar linguisticamente o mundo ao seu redor. Enquanto ganha terreno na batalha discursiva, priva as pessoas da linguagem necessária para tratar questões estruturais, reduzindo, por exemplo, qualquer progresso material ao mérito individual — ponto onde convergem o liberalismo e a teologia da prosperidade. À medida que captura signos, imbuindo-os de significação própria, a expansão dessa gramática da direita contribui para a redução da alteridade a uma figura estereotipada do petismo, ou do comunismo.

Em resumo, pode-se dizer que as lentes da teoria crítica do discurso de Ernesto Laclau foram capazes de fornecer alguns *insights* interessantes a respeito da temática sobre a qual nos debruçamos neste trabalho. O tratamento formal do populismo demonstrou-se capaz de dar conta de dois casos bastante diferentes, se bem que marcados pelas semelhanças básicas que justificam sua aproximação em primeiro lugar.

A abordagem formal e histórica de Marcel Gauchet dos significados de esquerda e direita também se revelou bastante adequada para tratar de nossos objetos. Se uma intuição básica amplamente compartilhada leva Marine Le Pen a ser considerada uma representante da direita, abordagens menos “mínimas” da aceção de direita apresentam dificuldades para explicar o fato de que, se comparada com casos como o de Jair Bolsonaro, a deputada pareça alocar-se mais à esquerda em temas relacionados à desigualdade e à moralidade. A proposta de Gauchet ajuda a visualizar a heterogeneidade que as abstrações teóricas e conceituais devem necessariamente carregar: a esse ponto de nosso trabalho com a teoria do discurso, já estamos acostumados com a ideia de que as palavras são incapazes de conter ideias inteiramente. Consideramos um mérito que o prisma utilizado tenha se demonstrado capaz de dar conta dessa heterogeneidade sem relegar características importantes de um ou outro de nossos objetos para o campo das exceções.

Afirmamos, no começo desse trabalho, que estávamos interessados sobretudo com o ângulo da diferença. Ao aproximarmos-nos do fim, se tornou claro que Brasil e França, no que diz respeito ao discurso populista de direita, apresentam profundas dissemelhanças quanto às duas dimensões que nos propusemos a analisar: a do populismo, e a da direita. Os discursos que analisamos possuem convergência de conteúdo muito baixa: compreendem a si, aos outros e ao contexto a seu redor de maneiras amplamente diferentes.

Essa constatação não deve surpreender se temos em mente as marcadas diferenças na história recente desses países. Ambos estão às voltas com os traumas que viveram na segunda metade do século XX, em meio a uma verdadeira batalha de memória que se expressa discursivamente. A violência representada pelo colonialismo francês e pela ditadura brasileira ainda continua a perturbar o tecido social de um e outro país. Mais do que isso, deixou marcas na maneira como podem se articular os discursos políticos, como se tornou patente ao longo dessa pesquisa. Por consequência, prevalecem lógicas que, identificando o “outro”, não vêem possibilidade de integrá-lo — pois a unidade que os discursos populistas oferecem

só é possível na negação da alteridade. O resultado são sociedades profundamente (mas diferentemente) cindidas, onde o diálogo torna-se difícil.

A categoria de “populismo de direita” demonstrou-se, portanto, pertinente para entender os dois casos em questão. Mas não sem uma importante ressalva: em se utilizando do binômio, cada um de seus fatores deve ser esvaziado de conteúdo substantivo. Tornou-se claro que a ideia de nação francesa — muito presente no discurso de Marine Le Pen — carregada de significação pela colonialidade, não encontra paralelos no caso brasileiro, por exemplo. O mesmo poderia ser dito sobre o peso do anticomunismo militarista brasileiro, que deve muito à influência que ainda exerce a ditadura militar de 1964 sobre o imaginário de Bolsonaro.

Ao longo deste trabalho, propusemos e trabalhamos com uma definição estritamente formal de populismo de direita, assentada, de um lado, na categoria de populismo de Laclau e, de outro, naquela de direita de Marcel Gauchet. Com essas ferramentas analíticas, nos tornamos capazes de fornecer um panorama amplo e global da “direita”. Abandonando conceitualizações substantivas, tornou-se possível lançar luz sobre um aspecto da direita populista que nem sempre recebe a atenção necessária: sua pluralidade. Ficou claro que não deveríamos buscar por um fundo ideológico comum que fosse capaz de conectar experiências como a brasileira e a francesa, mas também a americana, a húngara, a indiana, a polonesa: o resultado de um movimento parecido poderia ser a redução de cada experiência à caricatura imperfeita de um modelo ideal.

Tampouco por força das ferramentas teóricas que mobilizamos, descartamos a existência de uma direita populista (cuja existência parece bastante palpável em termos empíricos, no interior de cada nação) devido à heterogeneidade que exhibe. As abordagens de Laclau e Gauchet demonstraram-se capazes de dar os contornos daquilo que antes se trataria apenas de uma intuição: aquela de haver uma semelhança basilar entre as “direitas” e os “populismos”. Esta semelhança, elucidam, é a forma.

Esse trabalho abre as portas para a pesquisa futura. Indicou-se algum tipo de especificidade da direita brasileira, ao menos com relação ao caso francês. Se constatamos que não há convergência substantiva, apenas formal, entre nossos objetos, talvez se possa pensar no bolsonarismo como um fenômeno político particular, incapaz de ser apreendido totalmente nas linhas em que o debate sobre as direitas se dá na Europa e nos Estados Unidos. Em que se pese os aspectos em que o bolsonarismo parece assemelhar-se o fascismo histórico ou o neoconservadorismo americano, coloca-se crescentemente a possibilidade de que estejamos lidando com uma manifestação da direita (entendida amplamente) que, em termos de seu conteúdo, não pode ser compreendida sob o signo dessas experiências estrangeiras. Parece evidente que as ferramentas teóricas que utilizamos neste trabalho demonstraram-se bastante férteis, mas estão longe de esgotar o assunto, podendo ser enriquecidas com aportes vindos de outras matrizes de pensamento. Essa nos parece uma perspectiva que merece ser melhor explorada futuramente.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. Boitempo Editorial, 2020.

BALIBAR, Étienne. Existe um “neorracismo”? *In*: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe**. São Paulo: Boitempo, 2021a.

BALIBAR, Étienne. Racismo e nacionalismo. *In*: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe**. São Paulo: Boitempo, 2021b.

BALIBAR, Étienne. A forma nação: história e ideologia. *In*: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe**. São Paulo: Boitempo, 2021c.

BANCEL, Nicolas; LEMAIRE, Sandrine; BLANCHARD, Pascal. La fracture coloniale: une crise française. **La Fracture coloniale**. La société française au prisme de l'héritage colonial, p. 9-32, 2005.

BETZ, Hans-Georg. **Radical right-wing populism in Western Europe**. Springer, 1994.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Revue de synthèse historique**, 1928.

BOBBIO, Noberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BURITY, Joanildo A. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. **Contemporaneidade e Política no Brasil**. Recife, Bagaço, 1997.

CAMUS, Jean-Yves. Chapitre 1. Origine et formation du front national (1972-1981). *In*: **Le Front national à découvert**. Presses de Sciences Po, 1996.

CANOVAN, Margaret. Two strategies for the study of populism. **Political studies**, 30(4), 1982.

CANOVAN, Margaret. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. **Political studies**, v. 47, n. 1, p. 2-16, 1999.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel**. Todavia, 2019.

CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

CHIRIO, Maud. Da linha dura ao marxismo cultura. O olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira. *In*: FILHO, João Roberto Martins (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

DE CLEEN, Benjamin; STAVRAKAKIS, Yannis. Distinctions and articulations: A discourse theoretical framework for the study of populism and nationalism. **Javnost-The Public**, v. 24, n. 4, 2017.

DISCURSOS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS. Câmara dos deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 16 de jul. 2020.

DI TELLA, Torcuato S. Populismo y reformismo. *In*: GERMANI, G.; DI TELLA, T. S.; IANNI, O. **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. México D.F: Ediciones Era, 1973.

DVOSKIN, Gabriel. **Discursos silenciosos, discursos silenciados**. Lá apropiación enunciativa como operación discursiva. 2017.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity press, 1992.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 59-124, 2001.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista brasileira de história**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GAUCHET, Marcel. Right and Left. *In*: NORA, Pierre (org.). **Realms of History**. Vol. II. Columbia University Press, 1996.

GAUCHET, Marcel. Droite et gauche en redéfinition. **Le débat**, n. 5, p. 35-46, 2016.

GERMANI, Gino. De la sociedad tradicional a la participación total en America Latina. *In*: GERMANI, G. **Política y sociedad en una época de transición**. 1971.

GODOY, Marcelo. Soldados influenciadores: os guerrilheiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Bôas. *In*: FILHO, João Roberto Martins (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. **O populismo e sua história**, p. 17-57, 1996.

GOMIDE, Rafael; TORRES, Sergio. Araguaia era referência em aulas do Exército. **Folha de S. Paulo**, 26 de jul. de 2009. Acesso em 4 de jul. de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2607200906.htm>>.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HENNESSY, A. Populism: Its natural consequences. **Populism: Its meanings and national characteristics**, London: Weidenfield and Nicolson, 1969.

HOFSTADTER, Richard. The folklore of populism. **Antisemitism in the United States**, p. 58-63, 1955.

IANNI, Octavio. **A política populista**. A formação do Estado populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IGOUNET, Valérie. **Le front national**: De 1972 à nos jours, le parti, les hommes, les idées (Kindle). Seuil, 2014.

JESSOP, Bob; MENGER, Katiele. Análise crítica do discurso no pós-Marxismo de Laclau e Mouffe. **Simbiótica**. Revista Eletrônica, v. 7, n. 2, p. 292-316, 2020.

JØRGENSEN, Marianne W.; PHILLIPS, Louise J. **Discourse analysis as theory and method**. Sage, 2002.

JOURNAL OFFICIEL. Assemblée Nationale. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/15/debats/>. Acesso em 28 out. 2020.

KATSAMBEKIS, Giorgos. **Constructing ‘the people’ of populism: A critique of the ideational approach from a discursive perspective**. Journal of Political Ideologies, v. 27, n. 1, p. 53-74, 2022.

KAYSEL, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. *In*: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver. O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LACLAU, Ernesto. On imagined communities. **Grounds of comparison: Around the work of Benedict Anderson**, p. 21-28, 2003.

LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name. **Populism and the Mirror of Democracy**, v. 48, 2005.

LACLAU, Ernesto. Ideology and post-Marxism. **Journal of Political Ideologies**, 11:2, 103-114. 2006

LACLAU, Ernesto. **Politics and ideology in Marxist theory: Capitalism, fascism, populism**. Verso Trade, 2012.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. Verso Trade, 2014.

LUKÁCS, Georg. **History and class consciousness: Studies in Marxist dialectics**. MIT Press, 1972.

MARQUES, Adriana. A conexão Porto Príncipe-Brasília: a participação em missões de paz e o envolvimento na política doméstica. *In*: FILHO, João Roberto Martins. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

MBEMBE, Achille. La République et l'impensé de la "race". **La fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage colonial**, p. 139-53, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. *In*: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. Alameda Casa Editorial, 2021.

MUDDE, Cas. In the name of the peasantry, the proletariat, and the people: populisms in Eastern Europe. **East European Politics and Societies**, v. 15, n. 1, p. 33-53, 2000.

MUDDE, Cas. An ideational approach. **Oxford Handbook on Populism**, p. 27-47, 2017.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: A very short introduction**. Oxford University Press, 2017.

MUSSI, Daniela; KAYSEL, André. Os populismos de Francisco Weffort. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 35, 2020.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**. Ubu, 2022.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. *In*: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319- 377.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**. São Paulo: Todavia, 2021.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Controle civil? A ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada do Brasil — militares, forças armadas e política. *In*: FILHO, João Roberto Martins (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, v. 27, p. 705-729, 2022.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. The uses of comparative history in macrosocial inquiry. **Comparative studies in society and history**, v. 22, n. 2, p. 174-197, 1980.

STANLEY, Ben. The thin ideology of populism. **Journal of political ideologies**, v. 13, n. 1, p. 95-110, 2008.

STARLING, Heloísa Murgel. Brasil, país do passado. *In*: STARLING, Heloísa Murgel; LAGO, Miguel; BIGNOTTO, Newton. **Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise**. Companhia das Letras, 2022.

STAVRAKAKIS, Yannis. Discourse theory in populism research: three challenges and a dilemma. **Journal of Language and Politics**, v. 16, n. 4, p. 523-534, 2017.

STAVRAKAKIS, Yannis et al. Extreme right-wing populism in Europe: revisiting a reified association. **Critical Discourse Studies**, v. 14, n. 4, p. 420-439, 2017.

STOCKEMER, Daniel. **The Front National in France: Continuity and Change Under Jean-Marie Le Pen and Marine Le Pen**. Springer, 2017.

VALENTE, Rubens. Há 33 anos, a palavra oficial do Exército sobre Bolsonaro. **UOL**, 23 fev. 2021. Acesso em 4 de jul. 2022. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/02/25/bolsonaro-exercito-palavra-oficial-editorial.htm?cmpid=copiaecola>>

VAN KESSEL, Stijn. **Populist parties in Europe: Agents of discontent?**. Springer, 2015.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WODAK, Ruth; KHOSRAVINIK, Majid; MRAL, Brigitte (Ed.). **Right-wing populism in Europe: Politics and discourse**. A&C Black, 2013.

ANEXO A - Discurso de Marine Le Pen do dia 18 de julho de 2017

Mme Marine Le Pen: Monsieur le président, monsieur le ministre, mes chers collègues, le projet de loi qui nous est soumis nous invite à approuver les comptes de l'année 2016. L'exposé des motifs qui l'accompagne présente les données budgétaires de l'État avec, il faut bien le dire, une autosatisfaction indécente face une situation dramatique. Celle-ci est en très grande partie liée au chômage massif que nous enregistrons depuis des années : dette et déficit sont la conséquence de ces choix économiques désastreux, mais ce constat résulte aussi d'années, et même de décennies, de gestion calamiteuse des deniers publics.

Nous le disons avec force et le répéterons tant qu'il sera nécessaire : il est inacceptable de continuer à faire peser sur nos ménages et nos entreprises une pression fiscale insupportable ou de leur imposer d'injustes coupes budgétaires dans les domaines où l'argent public est plus qu'utile, tout en maintenant des dépenses que les Français ne devraient pas avoir à assumer. Le coût de l'immigration (« Ah ! » sur plusieurs bancs),...

Mme Marine Le Pen. ...celui de l'Union européenne, la gabegie résultant d'une fraude sociale et fiscale d'ampleur, le coût de l'insécurité : voilà des sources réelles d'économies pour l'État, pour l'hôpital, pour les collectivités. Voilà le véritable chantier auquel devrait s'attaquer un gouvernement courageux.

Surtout, ces comptes s'inscrivent dans le cycle infernal des exigences austéritaires que nous impose Bruxelles et qui ne produisent pourtant, comme vous le savez tous, que désordre, surendettement, pauvreté et reculs sanitaires et sociaux dans les pays où elles s'appliquent – il suffit d'ailleurs, pour s'en convaincre, de regarder l'horreur économique et sociale imposée au peuple grec.

À cette situation dramatique des comptes de 2016 s'ajoutent aujourd'hui les révélations de la Cour des comptes sur les dissimulations affectant ceux de 2017. Cette vénérable institution s'autorise même à qualifier d'insincères les prévisions du précédent gouvernement. C'était pour le nouveau du pain bénit : 8 milliards d'euros

manqueront dans les caisses pour tenir l'objectif de 2,8 % de déficit, 4 à 5 milliards pour arriver à 3 % ; voilà une bonne raison de couper encore davantage les budgets essentiels de la Nation – mais c'est un peu facile.

En réalité, malgré les promesses de campagne, on continue de dissimuler, on rejette les responsabilités et l'on se dédouane en serrant la ceinture des Français. C'est piquant, quand on sait que l'un des principaux responsables de la dérive de nos comptes en 2016 et de ce trou subitement révélé à l'été 2017 n'est autre que l'actuel Président de la République. M. Sapin, bouc émissaire idéal du moment, l'a confirmé : le ministre de l'économie de M. Hollande, Emmanuel Macron, connaissait parfaitement les dérives que sa politique laissait à la France.

Il est aujourd'hui trop facile aussi de profiter de ces révélations pour saigner nos administrations tout en envisageant l'accueil de nouveaux migrants ou la création d'un budget pour la Première dame. Je pense bien entendu à nos forces de l'ordre, touchées de manière scandaleuse, et à nos armées, dont les crédits vont être cette année brutalement amputés, mettant notre défense en quasi-cessation de paiement et nos soldats en danger.

Nos soldats effectuent leurs missions périlleuses avec des équipements d'un autre âge ou sans toucher les primes qui leur sont dues. C'est inacceptable.

Mme Marine Le Pen. Le général de Villiers a osé porter devant la représentation nationale une parole forte et honnête : les foudres de notre président arrogant lui sont tombées dessus de manière humiliante et parfaitement inappropriée. Le mépris qu'il adresse à nos forces armées est inadmissible, tout autant que les coupes claires que les restrictions budgétaires leur font subir.

Pour toutes ces raisons, pour nous, ce sera : non. Croyez-le bien, nous ne cesserons jamais de fustiger l'incurie budgétaire de l'exécutif, l'injustice des politiques menées et le honteux abandon de l'intérêt national devant les exigences austéritaires iniques que nous impose Bruxelles.

ANEXO B - Discurso de Marine Le Pen do dia 20 de abril de 2018

Mme Marine Le Pen: Voilà, le plan se dessine ! En réalité, il ne s'agit pas d'un plan caché, comme le disent depuis plusieurs jours nos collègues du groupe Les Républicains. Vous organisez l'immigration. Voilà le lien entre « asile » et « immigration », les deux mots-clés du titre de ce projet de loi : vous admettez vous-mêmes que vous vous servez du droit d'asile pour organiser une nouvelle filière d'immigration,...

Mme Fiona Lazaar, rapporteure pour avis: C'est faux !

Mme Marine Le Pen: ...pour permettre aux clandestins de bénéficier de l'hébergement que vous refusez à nos propres compatriotes (Exclamations sur plusieurs bancs des groupes LaREM, NG et FI) ,...

M. Rémy Rebeyrotte: Regardez, ils sont là ! Ils sont dans les campagnes, dans les villes...

Mme Marine Le Pen: ...les plus modestes, qui n'ont pas accès au logement et se retrouvent dans la rue. Les SDF sont de plus en plus nombreux, mais cela ne semble pas atteindre votre humanité.

Mme Danièle Obono: Vous, vous en accueillez dans votre château ?

M. Serge Letchimy: Arrêtez d'opposer les peuples !

Mme Marine Le Pen: Vous êtes en train d'organiser une nouvelle filière d'immigration. Vous organisez la submersion migratoire de la France.

ANEXO C - Discurso de Marine Le Pen de 8 de dezembro de 2018

Évidemment, vous y êtes favorable. Nous n'en sommes pas très étonnés.

Il faut tout de même se souvenir que la peine dont vous parlez est une peine substitutive à l'emprisonnement. Savez-vous ce qu'il faut avoir fait pour prendre de la prison ferme ? Savez-vous la gravité des faits qu'il faut avoir commis dans notre pays, compte tenu de l'effondrement de l'échelle des peines, pour être condamné à de la prison ferme ? Savez-vous combien de fois il faut avoir récidivé pour se voir condamné à une peine de prison ferme ?

Bien qu'il s'agisse déjà d'une peine aménagée, d'un cadeau, en quelque sorte, fait à celui qui devrait aller en prison, vous nous expliquez qu'il faut que nous restions souples au cas où le type concerné rentre un peu en retard s'il a été invité à un pot de départ. Vous rendez-vous compte de ce que les Français ressentent lorsqu'ils vous entendent ? Eux, ils sont confrontés tous les jours à la délinquance, tous les jours, ils croisent en bas de chez eux, sur leur trottoir, des gens qui devraient être en prison.

Ils considèrent déjà que depuis des années les gouvernements n'ont pas mené la politique pénale qui aurait dû être menée, qu'ils n'ont pas fait preuve de la fermeté dont ils auraient dû faire preuve, et vous en rajoutez une louche de manière complètement déconnectée avec la réalité de ce que vivent les victimes ! Pardon de dire des gros mots et de parler des victimes. Je sais que, dans cette assemblée, on les évacue systématiquement d'un revers de main, mais, enfin, tout de même ! Point trop n'en faut ! Un peu de décence à leur égard ! Je crois qu'il faut raison garder dans vos propositions et dans vos arguments ! (MM. Louis Aliot et Ludovic Pajot applaudissent.)

Le travail d'intérêt général est déjà un cadeau puisqu'il se substitue à une peine de prison. Il est donc raisonnable d'acter le principe que tout refus de la peine de travail d'intérêt général proposée à la place de l'emprisonnement entraîne l'exécution immédiate de ladite peine de prison, laquelle ne peut alors plus faire l'objet d'aménagement, parce que l'échelle des peines, ce n'est pas le resto : chacun

ne choisit pas à la carte ce qui lui plaît. À partir du moment où la personne refuse le cadeau qui lui est déjà fait en lui proposant une peine alternative à la prison, non seulement elle doit immédiatement purger sa peine de prison mais, de surcroît, tout ou partie de cette peine ne doit pouvoir faire l'objet d'aucun aménagement, prenant encore je ne sais quelle forme – tant vous faites preuve d'imagination dans cette assemblée.

Cet amendement, dans la lignée des précédents, a le mérite de la clarté et de la simplicité. Il tend à inscrire dans la loi que tout étranger condamné sera automatiquement interdit de séjour en France. Cette interdiction sera prononcée de manière définitive en cas de crime, et pour dix à vingt ans en cas de délit puni de plus de cinq ans de prison.

Il est ahurissant d'accepter qu'un étranger bénéficiant de l'hospitalité que lui accorde non pas tel ou tel gouvernement, mais la France, se permette de violer non seulement les lois de l'hospitalité, mais celles du pays. Cela vaut pour un délit, pour un délit puni de plus de cinq ans d'emprisonnement, mais plus encore pour un crime. Rien ne peut justifier – et très peu de Français comprennent – que nous autorisions, à la différence de dizaines d'autres pays, des étrangers condamnés à un crime à demeurer sur notre territoire à l'issue de leur peine, si possible d'ailleurs aux frais de la princesse : ils ont le droit à l'aide médicale d'État s'ils sont clandestins, à la couverture maladie universelle s'ils ne le sont pas, aux aides au logement, au revenu de solidarité active, et j'en passe et des meilleures.

Cette situation est insupportable. Elle n'est pas insupportable à Marine Le Pen, madame la ministre, mais aux Français. Si vous vous attachiez à regarder les sondages ou si, avec votre Gouvernement, vous aviez le courage d'organiser un référendum – j'emploie bien des gros mots ce soir : victimes, référendum... – vous constateriez probablement que plus de 90 % des Français souhaitent que les étrangers coupables d'un crime soient bannis à vie et que ceux qui ont commis un délit soient bannis pour dix à vingt ans.

Votre résistance à cette mesure de bon sens en dit long, une nouvelle fois, sur votre idéologie judiciaire et sur cette idéologie immigrationniste dont vous avez déjà fait la démonstration avec d'autres textes qui ont été adoptés dans cet hémicycle.

Madame la ministre, puisque vous évoquez mon inconséquence, j'évoquerai votre cynisme et votre hypocrisie. Combien d'étrangers condamnés pour des délits de plus de cinq ans ou pour des crimes ont versé les dommages et intérêts auxquels la justice les a condamnés ?

Ce que vous ne dites pas, la vérité qui blesserait peut-être certaines oreilles chastes, c'est que bien souvent... Pardon : pas « souvent », mais presque systématiquement, c'est la commission d'indemnisation des victimes d'infractions qui dédommage les victimes.

Pour les Français, cela revient à une triple peine : non seulement l'étranger viole la loi de l'hospitalité, non seulement il commet un crime ou un délit en faisant des victimes, mais de surcroît c'est avec leurs impôts que celles-ci sont indemnisées, parce que le coupable est incapable de payer les amendes et les dommages et intérêts auxquels il a été condamné.

Donnez les chiffres que je vous demande ! Je vous assure qu'entendre de tels arguments de votre part, vous qui ne pouvez pas ignorer cette réalité, est tout de même assez troublant.

Ce débat, et votre refus systématique de toute mesure visant à appliquer une forme de fermeté, sont très symptomatiques.

Madame la ministre, mesdames et messieurs de la majorité, il y a quelques mois, nous étions plusieurs, dans cet hémicycle, à vous dire que vous étiez en train de dégoupiller une grenade : nous voulions parler de votre politique fiscale. Vous nous avez traités avec mépris, vous avez levé les yeux au ciel, proféré lazzis et quolibets. Aujourd'hui, la France est à feu et à sang en raison des choix fiscaux que vous avez opérés et qui ont été votés par votre majorité.

Je viens vous annoncer ce soir que la prochaine bombe à fragmentation qui s'abattra sur notre pays sera celle de la délinquance et de la criminalité. Vous avez beau tenter de balayer cela d'un revers de la main, la réalité est que la criminalité et

la délinquance dans notre pays se situent aujourd'hui à des niveaux catastrophiques. Ils créent eux aussi, pas seulement en ville mais également dans la ruralité, une souffrance terrible. Le laxisme judiciaire est présent dans toutes les conversations – je dis bien toutes les conversations – des Français. Vous pouvez continuer à vous amuser, cher monsieur Rebeyrotte : rira bien qui rira le dernier.

Je viens vous annoncer officiellement que, si vous ne donnez pas un tour de vis en matière judiciaire pour lutter contre la délinquance et la criminalité, les prochaines manifestations dans la rue, d'ici quelques semaines ou quelques mois, porteront sur ce sujet. Réfléchissez-y avant de sourire et de vous moquer, parce que ça ne vous a pas réussi jusqu'à présent. (Exclamations sur les bancs du groupe LaREM.)

Madame la ministre, quelles sont précisément les règles du droit international qui obligent à demander l'autorisation du condamné lorsqu'un accord bilatéral prévoit que le transfèrement est possible ? Il est bien entendu que la personne est étrangère et n'a donc pas la nationalité française, mais celle du pays avec lequel la convention a été signée.

Le sentiment qu'on a, c'est que quelle que soit la proposition avancée, vous parvenez toujours à trouver la solution pour expliquer qu'il n'est pas possible de l'appliquer. Nous finissons par comprendre que ces propositions sont refusées non pas parce que vous ne pouvez pas, mais parce que vous ne voulez pas. Et si vous ne voulez pas, c'est parce que vous suivez une idéologie, qui transpire de l'ensemble des textes que vous proposez et des refus que vous opposez à des amendements de bon sens, qui recueillent l'assentiment d'une très grande majorité de la population.

Ne venez pas nous dire que ce qui est proposé est impossible à cause des conventions internationales. Ce que vous dites en l'occurrence est faux.

Nous avons bien compris la philosophie du texte : c'est celle du laxisme intégral. Ce que je ne comprends pas, madame la garde des sceaux, c'est ce qui vous empêche d'aller au bout de votre logique. Si le sursis n'est pas révoqué automatiquement en cas de commission d'un délit du même ordre dans les délais

prévus par la loi, à quoi sert-il ? Supprimez-le, vous qui êtes favorable à l'individualisation des peines ! Que les magistrats qui veulent relaxer relaxent !

Pour qui fréquente les tribunaux correctionnels – et pas pour y donner des instructions particulières au procureur dans des affaires qui font l'actualité, madame la ministre – il est évident que l'absence de révocation automatique du sursis en cas de récidive donne au condamné le sentiment d'avoir été relaxé, car il sait que celui-ci ne signifie rien et ne sera pas automatiquement révoqué la prochaine fois qu'il commettra le même délit.

Le signal est catastrophique : du sursis, puis du sursis, puis du sursis, puis du sursis ! Dans ces conditions, à quoi rime-t-il ? Allez au bout de votre philosophie, supprimez carrément la possibilité du sursis, au moins les choses seront claires ! Vous pourriez aussi peut-être aller jusqu'à supprimer les tribunaux correctionnels : dès lors que la moindre peine semble vous agacer et que l'idée même d'envoyer quelqu'un en prison vous est insupportable, cela réglerait la plupart de vos problèmes !

